



# PUC RIO

CÉLIA FERREIRA NOVAES

RELAÇÃO PSICANALÍTICA E PODER SOCIAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1979

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea  
CEP 22453-900 Rio de Janeiro RJ Brasil  
<http://www.puc-rio.br>

N. Ch.: 150 N935 TESE UC

Título: Relação psicanalítica e poder social /



Ex. 2 - PUCB

0031305

CÉLIA FERREIRA NOVAES

UC19488-1

## RELAÇÃO PSICANALÍTICA E PODER SOCIAL

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientador: Carlos Paes de Barros.

Departamento de Psicologia  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, fevereiro de 1979.



31305

19328

150  
N935  
TEXEUC

RM

## Meus agradecimentos

Ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ.

Ao Dr. Carlos Paes de Barros pela atenção e apreço com que orientou esta dissertação.

Ao Professor Aroldo Rodrigues, pela dedicação, paciência e disponibilidade com que sempre acompanhou o meu trabalho.

Ao Professor Silvério Manoel Correa, pelas sugestões e incentivos demonstrados durante o Curso.

## RESUMO

A dissertação apresentada focaliza o papel do poder social no contexto da relação terapêutica psicanalítica.

Visa apontar para a relevância do estudo das relações de influência e sua inevitável ocorrência nas relações diádicas em que está incluído o relacionamento entre terapeuta e paciente.

Inicialmente são revistos os diversos conceitos de poder social provenientes dos trabalhos das Ciências Políticas e Sociais prosseguindo-se com as principais posições da Psicologia Social relativas ao conceito de poder, com ênfase especial na teoria proposta por French e Raven e na apresentação das seis bases, que esses autores propõem, em que se estruturam as relações de poder.

Considerações sobre o quadro geral das psicoterapias são apresentadas com o intuito de situar a Psicanálise dentro do contexto das principais formas de tratamento psicoterápico e focalizar os aspectos que nortearam sua escolha como tema para este trabalho.

A teoria e a técnica psicanalítica são focalizadas mais extensamente com o intuito de realçar aqueles aspectos que propiciam a consideração da idéia de poder.

A ênfase maior, porém, é dada a técnica através da relação terapêutica em que estão envolvidos um terapeuta e um paciente.

Buscou-se isolar três aspectos importantes da técnica psicanalítica e que são elementos intrínsecos ao processo tera

pêutico psicanalítico, quais sejam o "setting" e a postura do terapeuta; o processo de transferência e de contratransferência e a interpretação psicanalítica.

O trabalho conclui pela inevitabilidade do exercício de poder pelo terapeuta e da relação de influência que então se estabelece; assim como a relevância do poder na consecução dos objetivos terapêuticos e os riscos que daí advêm.

## ABSTRACT

This dissertation focus upon the role of social power in the context of the psychoanalytic therapy.

It is particularly directed to the relevance of the study of influence relations and their inevitable occurrence in diadic relations in which it is included the relationship between therapist and patient.

First, several concepts of social power are reviewed as they appear in the social and political sciences; following this, some fundamental notions related to social power in social psychology are presented with special emphasis on French and Raven's position in which six bases of power are considered.

Some considerations are made with the aim of placing psychoanalysis within the broad framework of the main form of psychoterapeutic treatments, and in the attempt to single at the aspects that inspired its choice as the main theme for this work,

Both the theory and the technique of psychoanalysis are focused upon with the intention of highlighting those aspects that give rise to the consideration of the notion of power.

The major emphasis, however, is on the technique, through the therapeutic relationship in which both, the therapist and the client, are involved.

Three important aspects of the psychoanalytic technique, intrinsic to the psychoanalytic therapeutic process, are considered: the setting, the therapist posture, and the processes of transference

and countertransference and the psychoanalytic interpretation.

The work concludes by the unavoidability of the exercise of power by the therapist, and by the establishment of an influence relationship. It also emphasizes the relevance of power in the attainment of therapeutic goals and the risks derived therefrom.

## SUMÁRIO

I	-	INTRODUÇÃO .....	1
II	-	SOBRE O CONCEITO DE PODER SOCIAL .....	5
	A	- O conceito sócio-político do poder .....	5
	B	- O conceito de poder em Psicologia Social .....	19
		a) O enfoque Lewiniano .....	23
		b) A posição de Thibaut e Kelley .....	27
		c) A noção de influência social apresentada por French e Raven .....	28
		d) As bases do poder social .....	33
III	-	QUADRO GERAL DAS PSICOTERAPIAS .....	56
	A	- Psicoterapias de apoio .....	60
	B	- Psicoterapias reeducativas .....	62
	C	- Terapias reconstrutivas .....	64
IV	-	CARACTERÍSTICAS DO PODER NA RELAÇÃO PSICANALÍTICA ..	69
	A	- A teoria psicanalítica .....	69
	B	- A técnica psicanalítica .....	78
		a) "Setting" e postura do terapeuta .....	83
		b) Transferência e contratransferência .....	97
		c) Interpretação .....	113
V	-	CONCLUSÕES .....	127
		REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	135

## I - INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho surgiu a partir da leitura da teoria de French e Raven sobre o poder social. Estes autores distinguem seis bases de poder, isto é, seis estilos qualitativamente diferentes de relacionamento entre dois agentes que conduzem a uma relação de influência. O texto é por si só bastante interessante parecendo-nos terem os autores conseguido sintetizar nesta teoria as possíveis variáveis que colocam dois agentes numa relação de influência e quais os efeitos que advêm de tal relação. São apresentadas formas de exercer o poder, tal como a coerção, a recompensa e a legitimidade, que com certa segurança sabemos quando as estamos exercendo ou quando as estamos sofrendo, sendo, por assim dizer, mais detectáveis numa relação. Porém, formas de poder, tal como a referência, a informação e o "expertise", surgem de maneira sutil e podem passar perfeitamente despercebidas numa relação sendo, por vezes, totalmente alheias à vontade de seus membros. Desde o momento em que os estudos de Psicologia Social afirmam que toda a relação social ocasiona algum grau de influência em seus membros esta teoria veio de encontro a esse mesmo problema colocado em outra área da Psicologia, a clínica.

A prática da Psicologia Clínica, mais especificamente na atividade terapêutica, implica num tipo de relação social bastante complexa, que por mais estudada que tenha sido ainda suscita dúvidas e inseguranças. Como terapeuta nos colocamos frente ao cliente como um ponto de referência para que este empreenda a longa jornada através de si mesmo e, por maior que seja a divergência entre as escolas de psicoterapia, somos, pelo menos, em

proposta, agentes de mudança.

Neste ponto, esbarramos com uma série de perguntas tais como para onde mudar, como mudar e por que mudar. De onde estariam partindo as respostas para essas questões? Do terapeuta, do cliente, do meio social, de algum outro ponto ou de uma combinação de todos esses? Enfim, qual é o papel do terapeuta quanto a esse item - influência - que se interpõe ao seu objetivo, ou seja, seu cliente alcançar as mudanças de que necessita.

Permanecemos de acordo quanto à necessidade de o terapeuta respeitar a ideologia de seus pacientes seja do ponto de vista político, religioso, social, etc. mas, nos questionamos quanto à total abstenção, durante o tratamento, de uma atuação do terapeuta, direta ou indiretamente, sobre esses valores implicando possivelmente numa não abstenção da própria ideologia do terapeuta. A proposta de neutralidade do terapeuta é possível no contexto da relação terapêutica?

Estaremos neste trabalho questionando a neutralidade do terapeuta, na relação analítica, partindo do pressuposto que sua atitude, por mais atenta que esteja com relação a esse item não impede que a relação mantenha um certo grau de participação de valores pessoais do terapeuta. Ao se falar em mudança sabemos, como terapeutas, que a nossa proposta não é a de que o paciente alcance qualquer mudança e sim que adquira uma estrutura de personalidade que lhe permitirá um maior e melhor crescimento pessoal, mas dentro daquilo que a teoria em que se baseia tal prática terapêutica assinala como um limite da atuação social considerada normal.

Sabemos que muitos são os fatores que mereceriam desta

que num estudo desta natureza implicando na consulta a outros campos de estudo, tal como as Ciências Políticas e Sociais, porém nossa pretensão resumiu-se à analisar o exercício de influência (poder social) do terapeuta sobre o cliente na relação terapêutica psicanalítica baseando-nos nas informações sobre técnica contidas na obra de Freud e na teoria de poder social de French e Raven.

Nosso trabalho inicia-se com um aprofundamento do conceito de poder no campo das Ciências Sociais e das Ciências Políticas onde desempenha um papel de grande relevância. Em seguida, apresentamos o conceito de poder sob três enfoques distintos dentro da Psicologia Social onde tem havido um interesse cada vez maior nas questões relacionadas com o poder, possivelmente em decorrência das necessidades de melhor conhecer um fenômeno mundial de tal importância e gerador de tão graves consequências. Os três enfoques escolhidos são o de Kurt Lewin, o de Thibaut e Kelley, e o de French e Raven.

Em seguida apresentaremos, na terceira parte, um quadro geral das psicoterapias com a intenção de dar uma visão geral dos vários estilos terapêuticos existentes e dentre eles localizar a Psicanálise Freudiana como nosso foco de interesse.

Na quarta parte tentaremos apresentar com maior profundidade a teoria e a técnica psicanalítica buscando, a partir de então, relacionar as características da relação de poder social com a relação terapêutica psicanalítica. Sendo esta bastante complexa para ser estudada como um todo, escolhemos três situações que fazem parte integrante da relação terapêutica psicanalítica e que, a nosso ver, são momentos em que mais facilmente

detectamos as atitudes influenciadoras. Tais situações são: o "setting" terapêutico com todo o seu aparato, o contrato e a postura pessoal do analista; a relação transferencial e contra-transferencial e a atividade de interpretação que o analista realiza com o material trazido pelo paciente. Nesta parte tentaremos associar as bases do poder social descritas por French e Raven às situações acima mencionadas.

Na quinta parte concluiremos o trabalho apresentando os principais argumentos que nos levam a crer na existência de um exercício de poder social na relação terapêutica psicanalítica e a sua importância na consecução dos objetivos a que se propõe o tratamento; juntamos a isso nossa preocupação quanto ao papel do terapeuta frente ao seu cliente e à sociedade que preside a relação de ambos.

## II - SOBRE O CONCEITO DE PODER SOCIAL

### A) O conceito sôcio-político do poder

O conceito de poder é central nos estudos sociológicos e políticos chegando por vezes a ser confundido com a própria Ciência Política. As sociedades são definidas e classificadas pela forma de governo que adotam e as formas de governo se diferenciam a partir das formas de exercer e distribuir o poder. O estudo do poder, portanto, encontra-se implícito nas referências aos tipos de governos e formas de atuação social.

A tentativa de explicar a política através da análise das relações de poder remonta de Platão (87) e Aristóteles (5) sendo que este último usava a distribuição do poder como critério de diferenciação entre as boas e as más constituições. Em Platão (87) encontramos o poder como questão fundamental para que haja acordo social desde que haja acordo entre os membros da sociedade sobre quem deve exercer o poder e que tipo de poder corresponde a cada grupo social e cada indivíduo.

Como teórico da política, Hobbes (55) desenvolveu e frizou a importância de diferenciar os termos relacionados, e por vezes confundidos, com o poder, tais como influência, autoridade, normas, coerção e força. Sua preocupação eram as relações de poder internas em uma determinada sociedade. O Estado estaria de posse do poder de coação exercido numa estrutura institucional intrinsecamente ligada à sociedade a serviço da qual funciona. Separa o poder político do poder social. Hobbes (55) acredita ser necessário maximizar o poder político visando servir à sociedade; o poder político estaria destruído se deixasse de servir à sua função social rompendo o contrato social. A raiz

do poder político se encontra no poder econômico e qualquer atividade econômica que a sociedade vier a ter será com a finalidade de manter uma ordem política estável. Ambos, poder político e poder econômico, não existem em suas formas puras, a Economia é tanto um instrumento da política como a política também o é da Economia. O poder em Hobbes é visto como a possibilidade de se estabelecerem os preços e regular a lei da oferta e da procura de modo que favoreça a quem detém o poder. Traça a partir daí um retrato do homem burguês como um ser motivado apenas por seus interesses individuais e pelo desejo de poder. É esse desejo de poder que regulará as relações entre os indivíduos e a sociedade e as outras ambições como fama, conhecimento e riqueza são suas consequências. Hobbes mostra que na luta pelo poder, ou no desejo de possuí-lo, todos os homens são iguais pois por natureza os homens são iguais na sua potencialidade para matar outro homem. Essa igualdade leva os homens à insegurança surgindo daí a necessidade do Estado.

A partir de Hobbes a atenção dos politicólogos voltou-se mais para as relações externas da sociedade e o seu poder relativo.

Com Maquiavel (70) o poder foi abordado pelo seu "caráter demoníaco" em que na essência do político o bem e o mal, a destruição e a construção estão unidas de maneira necessária e indissolúvel.

Com o surgimento das modernas nações-Estados houve um recrudescimento no estudo das relações (políticas) de poder como base para a interpretação do Estado.

Como representante dessa tradição temos Max Weber (108)

para quem o poder é a possibilidade de um agente, numa determinada relação social, se ver em condição de dirigi-la a seu critério. Sua preocupação era com um tipo especial de poder elevado a um grau de grande importância - o poder legitimado ou autoridade. A partir de Weber todos os teóricos parecem ter sido direta ou indiretamente influenciados por seus princípios, considerando o poder como capacidade de obrigar um homem ou grupo de homens a praticar um ato determinado; assim é também definido por Cazeneuve e Victoroff (19) que distinguem o poder da autoridade em função de ser esta última definida como um direito reconhecido de exercício do poder.

Na Antropologia Política o poder não surge como um tema em si mas como uma característica dos estilos de governo e da ordem social existente. Rousseau (92), considerado frequentemente como um filósofo político, elaborou uma interpretação em termos da desigualdade social e das relações de produção como sendo a força motriz da história, reconhece o desequilíbrio de todo sistema social mantendo um debate constante entre dois tipos de poder, a "força das coisas" e a "força da legislação".

Com Marx e Engels (72) ressurgem as correntes do pensamento político do século XVIII focalizando o poder econômico e sua ligação com o poder político. Para o Marxismo, o poder político é um fenômeno histórico necessário, limitado a uma fase histórica pela qual a humanidade deve passar até que seja estabelecida uma sociedade sem classes, isto é, sem política. A solução adotada para combater o poder político é usar de um poder ainda maior e mais concentrado, ou seja, a ditadura do proletariado.

O problema das origens do Estado é também focalizado por

James G. Frazer (29) que relaciona a magia, a religião e a real~~e~~za tornando-se precursor dos trabalhos que esclarecem a relação entre o poder e o sagrado.

Com Max Gluckman (50) os antropólogos políticos buscam novas interpretações das sociedades sob um ponto de vista dinâmico; examina a natureza das relações existentes entre o costume e o conflito, e a ordem e a rebelião. Para ele a rebelião é vista como um processo que flui permanentemente nas relações políticas, e o ritual seria um meio de exprimir os conflitos e ultrapassá-los, afirmando com isso a unidade da sociedade; a instabilidade relativa e a rebelião são, assim, manifestações normais dos processos políticos.

No curso das pesquisas em Antropologia Política tornou-se necessário incluir as noções de poder, coerção e legitimidade.

De acordo com Hume (59), o poder é apenas uma categoria subjetiva; não é um dado, mas uma hipótese que deve ser verificada. Não constitui uma qualidade inerente aos indivíduos mas aparece sob um aspecto teleológico que é a capacidade de produzir efeitos, por si mesmo, sobre as pessoas e as coisas, sendo em geral definido por esta eficácia.

Para M.G. Smith o poder é a capacidade de agir efetivamente sobre as pessoas e as coisas utilizando-se de diferentes meios de ação que vão da persuasão à coerção.

Com efeito, independente das formas em que se condicione seu uso, o poder é reconhecido em toda sociedade humana mesmo as rudimentares. Para a Ciência Política o poder está sempre a serviço de uma estrutura social que não se poderia manter

apenas pela intervenção dos costumes ou das leis, por uma espécie de conformidade espontânea às regras. Não existe, portanto, sociedade em que as regras sejam automaticamente respeitadas.

Para Balandier (6) toda sociedade é vulnerável mantendo-se através de um equilíbrio aproximativo possuindo uma instabilidade potencial em seu interior. A função do poder seria a defesa da sociedade contra as suas próprias fraquezas conservando-a em bom estado e, se necessário, preparando novas adaptações que não venham a contrariar seus princípios fundamentais. Após a superação das relações sociais montadas nas relações de parentes sobrevem entre os indivíduos e os grupos uma competição mais ou menos aparente visando, cada um, a orientar as decisões da coletividade no sentido de seus interesses particulares. O poder (político) surge para Balandier, como produto da competição e como meio de controlá-la. Conclui-se, portanto, que o poder é inerente a toda sociedade, reafirmando o respeito às regras que a estruturam, defendendo-a de suas próprias contradições e limitando a competição entre seus membros, indivíduos ou grupos.

A partir destas características Balandier define poder "... como resultante, para toda sociedade, da necessidade de lutar contra a entropia que a ameaça de desordem". Embora não esclareça as bases em que se exerce o poder considera que a coerção é apenas um dos meios assim como os rituais, as cerimônias, os instrumentos burocráticos e todos os processos e mecanismos que contribuam para manter, renovar ou criar a cooperação interna e assegurar a renovação periódica ou ocasional da sociedade.

Em termos de sociedade deve-se considerar o poder não

apenas como determinante de sua estrutura interna mas também com relação ao exterior na medida em que toda sociedade global está em relação com o exterior ligando-se direta ou indiretamente com outras sociedades que podem suscitar perigo à sua segurança interna e soberania. Por consequência vê-se obrigada não só a organizar sua defesa e suas alianças mas promover uma sociedade coesa mantendo seus traços distintivos. O poder interno, portanto, fica em parte sujeito aos determinantes da necessidade externa, tomando forma sob a pressão dos perigos externos, reais ou não.

O poder e os símbolos a ele relacionados constituem-se na afirmação da coesão interna da sociedade permitindo-lhe exprimir sua "personalidade" e visando protegê-la do que lhe é estranho, assumindo assim, o poder, um duplo aspecto. Esta dupla orientação do poder pode exprimir-se através de uma dupla polarização da posse do poder, como por exemplo o estilo de chefia tradicional dos bamilequês, nos Camarões ocidentais, que possuem duas figuras dominantes: o chefe (fo) que desempenha um papel unificador, conciliador e mantenedor da ordem estabelecida servindo de intermediário, intercessor junto aos antepassados e as divindades, e o primeiro dignatário (kwipu), que desempenha o papel de chefe guerreiro, encarregado de vigiar o inimigo externo, proteger o grupo da ameaça exterior e assegurar a manutenção do potencial militar.

Nas sociedades modernas, embora mais sofisticadas, também encontramos caracterizadas essas duas formas de orientação do poder que, de certo modo, encontram-se em regime de competição e representam um papel de recíproco contrapeso.

Na análise feita por Balandier surge uma terceira condi

ção de expressão do poder qual seja a dissimetria das relações sociais. As sociedades não apresentam uma perfeita reciprocidade ou equilíbrio nas relações de seus membros e grupos, havendo situações de cisão e oposição em que se torna necessário recorrer ao poder. Este, portanto, reforça-se com a acentuação das desigualdades sociais que são condição para o seu aparecimento e que por sua vez é condição para mantê-las em bom estado. A relação entre o poder e a dissimetria que afeta as relações sociais aparece claramente nas sociedades onde o sexo, a idade, a situação genealógica e as qualidades pessoais são os determinantes das preferências e subordinações, ficando patentes em sociedades em que as desigualdades e hierarquias evocam classes rudimentares e castas. A dissimetria pode ser mais ou menos acentuada porém existe em todas as estruturas sociais como a variável potencial da desigualdade de seus membros.

Nos estudos de antropologia política dois aspectos principais do poder são examinados: a sacralidade e a ambigüidade. Em nenhuma sociedade o poder (político) é totalmente dessacralizado, podendo variar quanto à sua aparência e intensidade, mas o sagrado está sempre presente e através dele a sociedade é apreendida como um todo numa forma idealizada e como garantia coletiva da manutenção do costume e da lei.

Nas sociedades modernas laicizadas o poder nunca é inteiramente esvaziado do conteúdo religioso que continua presente embora reduzido e discreto.

Em sua origem a sociedade civil teve o Estado e a Igreja reunidos tão intimamente que o Estado conserva sempre algum caráter da Igreja mesmo quando se situa no término do processo

de laicização. É da natureza do poder manter uma verdadeira religião política que pode se manifestar de forma patente ou disfarçada.

Segundo Marx (72), o poder estatal e a religião, em sua essência, são de natureza semelhante mesmo quando o Estado, separado da Igreja, a combate. Esse parentesco essencial provém do fato de que o Estado parece situar-se além da vida real, num prisma cujo afastamento evoca o de Deus ou de deuses.

Toda sociedade associa a ordem que lhe é própria a uma ordem que a ultrapassa; o poder fica então sacralizado porque toda sociedade afirma sua vontade de eternidade e teme o retorno ao caos como a realização da própria morte. Essa solidariedade entre o sagrado e o político que transforma os atos de rebelião contra o poder em atos sacrílegos apresenta formas diferentes conforme os regimes políticos; nas sociedades "sem Estado" o sagrado assume o primeiro plano e nas sociedades estatais prevalece a dominação exercida sobre os homens e sobre as coisas revelando o poder como agente de luta contra os fatores de modificação, associados à desculturação. A religião pode tornar-se, assim, um instrumento do poder, garantindo a sua legitimidade.

Para Durkheim (23) a relação entre poder e sociedade não difere essencialmente da relação estabelecida entre o "totem" e o clã. A palavra "totem" provém de um idioma indígena norte-americano usada para referir-se a espécies animais ou vegetais, e ocasionalmente a outras coisas, por quem determinados grupos de uma sociedade mantêm uma estima especial. Os "totens", assim como as bandeiras e insígnias das sociedades ocidentais,

são símbolos da unidade do grupo.

A ambigüidade do poder é um aspecto que se apresenta de forma ainda mais sutil. Exprime a coação exercida pela sociedade sobre o indivíduo, e esta capacidade de coação é de tal ordem que chega a ser considerada perigosa pelos que a sofrem. A ambigüidade é um atributo fundamental do poder que na medida em que se apóia na desigualdade social e assegura privilégios aos seus detentores está sempre sujeita à contestação. Portanto, é ao mesmo tempo aceito como uma garantia de ordem e segurança, reverenciado pelas suas ligações com o sagrado e contestado porque justifica e mantém a desigualdade social. Todos os regimes políticos apresentam essa ambigüidade, quer os regimes ligados às tradições ou aqueles já imbuidos da racionalidade burocrática. Para Max Gluckman (50) "... a astúcia suprema do poder consiste em contestar-se ritualmente para melhor consolidar-se efetivamente." Assim, as sociedades dispõem de formas de descarregar o poder de suas ameaças e de seus riscos obrigando o detentor de poder a tornar manifesta, a cada instante, a inocência de sua função.

O poder deve manter-se dentro de certos limites requerendo em contrapartida o consentimento e certa reciprocidade que diferem segundo o regime político vigente. O consentimento supõe ao mesmo tempo o princípio da legitimidade e possui mecanismos que refreiam os abusos de poder. Max Weber (108) faz da legitimidade uma das características fundamentais da sua Sociologia Política. Para ele a dominação não se satisfaz apenas com a obediência mas tenta transformá-la em adesão a uma verdade que ela representa. Ele distingue três tipos de ideais de dominação legítima: - a dominação legal, de cunho racional;

- a dominação tradicional, baseada na crença do caráter

sagrado das tradições e no poder conservado pelos costumes;

- a dominação carismática, de cunho emocional, baseada na confiança total dirigida a um homem em função da sua santidade, heroísmo ou outra característica exemplar.

Para Beattie (11) o grau de diferenciação, concentração das relações de poder continuam a ser as referências utilizadas para classificar e diferenciar os campos políticos e suas formas de governo. Observa que o poder é um conceito fundamental nas Ciências Sociais e em todo pensamento humano; não é algo que observamos na natureza mas sim uma projeção sobre a natureza de uma categoria que emana de nossa própria consciência. O poder seria então fundamentalmente poder humano, e este consiste na capacidade de produzir efeitos desejados, isto é, realizar a própria vontade sobre si mesmo, sobre outras pessoas e sobre coisas. O conceito de poder assume assim uma característica essencialmente teleológica. Quando dizemos que uma pessoa tem poder social queremos significar que numa relação social pode fazer com que outra pessoa faça o que ela deseja. Desta forma, o poder social é um aspecto comum a muitas relações interpessoais, não se limitando às geralmente chamadas relações políticas, ainda que seja um aspecto característico dessas últimas.

Beattie (11) considera a legitimidade como o fator distintivo entre a autoridade política e o poder - "... a autoridade pode ser definida como o direito reconhecido de uma pessoa ou de um grupo, por consentimento da sociedade, de tomar decisões relativas aos demais membros da sociedade". Diferencia o poder da autoridade por estar esta última fundamentada no direito. "O direito é um conceito, uma idéia que só existe na mente das pessoas; é algo que as pessoas reconhecem e existe somente

porque é reconhecido". Assim a autoridade é algo mais que a capacidade de exercer poder, implica também que haja o direito para exercê-lo reconhecido publicamente.

O exercício de alguma forma de poder social legitimado ou autorizado parece ser condição para a manutenção da ordem social. As razões pelas quais se aceita a autoridade podem ser diferentes das razões que sustentam a ordem política.

Max Weber (108) distingue três razões distintas para a aceitação da autoridade política, a saber:

- autoridade tradicional, comum nas sociedades segmentárias com sistemas políticos ligados às bases tradicionais dos costumes;

- autoridade racional - legal, baseada no reconhecimento explícito, por parte dos governados, das vantagens de ser assumido um regime legal, e

- autoridade carismática, supõe a aceitação de um governante por suas qualidades pessoais ou por seu magnetismo.

Essas razões não se excluem mutuamente.

Na definição de Moore (79) o poder aparece "... como um valor instrumental, alguma coisa buscada, não por si mesma, mas para a obtenção de outra coisa tendendo rapidamente a tornar-se o valor supremo". A busca do poder, então, se justifica em função de algum plano mais amplo de valores. O próprio fato de ser o poder um instrumento vital para a busca de outros valores tende a transformá-lo, no curso de sua aquisição, em um fim por si mesmo.

Também na obra de Ritter (90) o poder se confunde com a própria política sendo usado como o aspecto dinâmico e determi

nante da existência do fato político. Considera que nenhum poder social pode afirmar-se sem uma luta permanente e que a ordem e o estado pacífico não podem ser alcançados sem a posse do poder. Para Ritter, sempre que um Estado aparece na história é em forma de acumulação de poder por meios não pacíficos, sendo a política uma luta constante por esse poder.

Essas lutas não são vistas por um prisma apenas destrutivo, mas também, com freqüência, capazes de produzir novas criações. "Não me parece que a luta pelo poder se moralize por aparentar, ou realmente possuir idéias. A luta pelo poder só será moral se, partindo da ordem jurídica destruída, aspira à uma ordem jurídica nova, melhor e por isso mais duradoura, não apenas a ordem fundamentada na força, pois uma força sem justiça elimina sempre, e em toda parte, a personalidade e com ela a possibilidade de construir uma autêntica comunidade". (Ritter-86).

O conceito de poder apresenta uma difícil delimitação por envolver, por vezes, relações radicalmente diferentes. Neumann (82) propõe dois tipos de poder: - controle da natureza e,  
- controle do homem.

O poder sobre a natureza é o poder intelectual que permite ao homem compreender a legalidade da natureza com o objetivo de submetê-la às suas necessidades. A acumulação desse conhecimento representa a base da produtividade de qualquer sociedade.

O controle do homem, o poder político, é o poder social que se focaliza no Estado. Ele trata do controle de outros homens com o fim de influenciar o comportamento do Estado, em suas atividades legislativas, administrativas e jurídicas. Es

te tipo de poder representa sempre uma relação dupla, bivalente, em contraste com o controle da natureza.

Neumann supõe como significante para o cientista político o estudo dos métodos utilizados pelos detentores do poder e o objetivo da sua execução. Formalmente os métodos vão desde o ato marginal de matar até o ato de educar. Há, segundo Neumann, três métodos básicos à disposição do poder:

- a persuasão
- os benefícios materiais
- a violência

Todos os três estão sempre presentes em todas as formas de governo. A violência é considerada um método de curto alcance e pouco eficaz para a manutenção da ordem por longos períodos pois obriga o grupo detentor do poder a intensificar a violência e a ampliá-la para alcançar maior número de setores.

O método mais eficiente é a persuasão, e seu significado aumenta com a crescente complexidade da sociedade. Neumann considera a persuasão uma outra forma de violência transformando as reações dos indivíduos em atitudes automáticas. O sucesso da persuasão depende muito da forma e da duração da propaganda, e da habilidade com que forem apresentadas as formas estereotipadas. É também a forma de exercer poder mais econômica do que o emprego de grandes forças policiais, exércitos ou milícias.

Ao abordarmos as raízes do poder político deparamos com três questões básicas:

- estabelecer uma estrutura conceitual
- esclarecer a parte institucional
- delimitar o processo histórico que altera as atitudes para com o poder e o comportamento político.

Para os historiadores antigos, o estudo do poder não a presentava grandes dificuldades. Ele vinha diretamente do poder econômico e do controle da terra. O aparecimento de novos modos de produção criaram novas formas de poder. A economia ca pitalista moderna tornou este assunto muito problemático e apesar de sua análise ser de extrema importância, tem sido dificul tada por um sem-número de fatos.

Enfim, a posse do poder pelo ser humano, poder esse reconhecido pela sua possibilidade de participação na comunidade política em que vive, é de importância capital para o homem. Privar um indivíduo de seu direito de adquirir ou manter seu "status" político seria tirar-lhe as qualidades que o possibilitam conviver dignamente com seus semelhantes. A privação fundamental do direito humano inicia-se pela privação do homem em possuir um lugar no mundo que torne significativa a sua opinião e permita-lhe desenvolver uma ação eficaz. Temos, na história, um exemplo extremo na atuação nazista frente ao extermínio dos judeus que começou pela privação de seus direitos legais, separando-os do mundo para juntá-los nos guetos e campos de concentração. Antes que o direito a vida fosse ameaçado criou-se uma condição de completa privação de direitos, da possibilidade de poder participar. Nas palavras de Hannah Arendt (4) "... algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, a não ser que por um ato de sua livre escolha. ... só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade"...

O problema do uso do poder (político) está relacionado diretamente com os direitos do homem e sua perda envolve a per-

da da relevância da fala e do relacionamento humano. A vida política baseia-se na suposição de que podemos produzir igualdades através da organização e pela aplicação da lei, pois a igualdade não existe nos indivíduos mas é montada por um princípio de poder que busque a justiça. O poder, independente de sua forma institucional, pode levar os membros de um grupo a garantir sua igualdade a partir da decisão do grupo de se manterem com direitos reciprocamente iguais.

#### B) O conceito de Poder em Psicologia Social

Considerando que o poder é o tema básico em torno do qual discutiremos a relação terapeuta-cliente, a primeira tarefa que se impõe é a de definir o conceito de poder.

Duas fontes de informação poderiam ser consideradas como principais fontes emissoras de conceitos sobre poder: a especulação filosófica e a pesquisa em Ciências do Comportamento.

Dentre tais fontes destaca-se a abordagem sociológica e política do poder que é tema central em suas teorias. Como se verá mais adiante, as formas de conceituar poder são bem pouco identificadoras dos campos de que provêm, podendo-se encontrar nas teorias sociológicas e políticas conceitos e definições que encontramos na Psicologia e vice-versa.

Gostaríamos, em princípio, de apresentar algumas dessas definições que apresentam maior grau de variação semântica, visando mostrar as idéias principais associadas ao tema:

"Poder pode ser definido como a capacidade de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, de modificar a conduta de outros

indivíduos ou grupos da forma como ele deseja". Tawney (105).

"Poder pode ser definido como o produto de efeitos desejados". Russell (96).

"Poder pode ser definido como a capacidade real de uma unidade-sistema de atualizar seus interesses dentro do contexto do sistema de interação e neste sentido exercer influência nos processos dentro do sistema". Parsons (84).

"Poder é um caso especial do exercício de influência : é o processo de afetar os objetivos de outros com o auxílio de severa privação pelo não conformismo com os objetivos pretendidos." Lasswell e Kaplan (65).

"Poder é a habilidade de empregar força, isto é, de aplicar sanções". Bierstedt (13).

"Poder é algo assim: A tem poder sobre B na medida em que ele pode levar B a fazer alguma coisa que B de outra forma não faria". Dahl (21).

"Poder de B sobre A é definido como o quociente de força máxima com a qual B pode induzir A e a máxima resistência com que A pode reagir". Lewin (66).

"Poder de A sobre B consiste na habilidade de A para afetar a qualidade do resultado obtido por B". Thibaut e Kelley (106).

"Poder é qualquer mudança ocorrida no comportamento de uma pessoa que teve origem em outra pessoa ou grupo". French e Raven (30).

Todas estas definições parecem se referir a uma mesma classe de fenômenos relacionados com a influência e o controle

do comportamento de um agente por outro, seja pessoa ou grupo. É impossível, entretanto, demonstrar sua equivalência como construtos formais pois cada um emprega termos ou específicas condições que não são encontradas nos outros. Se conseguirmos aceitar a afirmativa de Simon (102) de que poder significa simplesmente "... o comportamento de A influenciando o comportamento de B" fica então difícil imaginar como a Psicologia Social pode atuar sem considerar este aspecto. Há sem dúvida boas razões para se buscar uma sistematização do conceito de poder que possa ser usado em várias disciplinas das Ciências Sociais. Desta forma o poder de que se fala com referência a grupos, organizações ou relações interpessoais seria o mesmo de que se fala ao abordar as relações entre Estados e entre o Estado e seus cidadãos. Esta análise do poder, portanto, poderia ser aplicada a vários e diferentes tipos de sistemas, quer sejam diferentes em tamanho, estrutura interna e objetivos a serem alcançados.

Uma diferenciação porém se faz necessária quanto ao papel que desempenha a análise do poder para cada uma dessas disciplinas. Em Psicologia o tema é uma das inúmeras faces de que pode se revestir o estudo do comportamento humano. Já em Política, o estudo do poder se confunde com o objeto da própria Ciência sendo por vezes considerados sinônimos, como em Lasswell e Kaplan (65). "... a Ciência Política, como uma disciplina empírica .... o estudo das formas e da distribuição do poder". Uma questão levantada por essa posição da política, como estudo das relações de poder, é a postulação de que se procura o poder como o elemento de mais alto valor. Tal idéia é questionada pela maioria dos estudiosos do poder como sendo psicologicamente insustentável embora se encontre na Psicologia autores como Adler (1), por

exemplo, que dão prevalência a busca do poder como determinando as ações do homem.

Considerando as perspectivas históricas em que se prendeu o estudo do poder, qual seja sua filosofia e prática relacionadas às ideologias e formas de governo, além da dificuldade em se abordar empiricamente o termo, o poder foi tradicionalmente visto como um atributo de grandes entidades sociais ou a relação entre elas, levando os indivíduos a associarem tal palavra à força bruta e à coerção. Em se tratando do estudo do poder através da Psicologia Social sua atenção foi primeiramente atraída pelos trabalhos em instituições e organizações, passando em seguida a concentrar-se nas relações humanas dentro de tais organizações, onde ainda se encontra a maior quantidade de trabalhos, e por fim interessando-se pelos relacionamentos interpessoais de uma maneira geral. Porquanto ainda existam teóricos que mantêm o poder sempre envolvido em alguma forma de coerção, a tentativa de definir poder no sentido de incluir várias formas de influência social reduziu substancialmente a relutância dos psicólogos sociais de empregarem o termo para descrever interações sociais na família, nas salas de aula, em situações de lazer e outros lugares onde a força bruta deve ser raramente empregada.

Na medida em que tal processo se desenvolveu mais e mais tornou-se indistinta a aplicação do termo nas várias situações que são focalizadas pela Psicologia Social, pautada principalmente no estudo das relações entre indivíduos. Ainda muito resta a fazer para maior apuração e formalização dos dados coletados em torno do tema pois as concepções teóricas que têm guia do tais trabalhos ainda não mostram a abordagem sobre poder de

maneira satisfatória, estando apenas em sua fase inicial.

Dentre esses trabalhos em Psicologia Social que abordam o poder escolhemos três enfoques que denotam maior aprofundamento no tema e resumem, de certa forma, o que existe de mais consistente na área quanto a sua definição e conceituação.

a) O enfoque Lewiniano

O primeiro enfoque provém dos trabalhos de Kurt Lewin (66) que propõe podermos definir poder de B sobre A como "... o quociente de força máxima que B pode induzir em A e a máxima resistência que A pode oferecer". De acordo com essa concepção, poder se refere à indução de forças (psicológicas) por uma entidade B sobre outra A e à resistência a esta indução estabelecida por A. Considerando que o comportamento de A é determinado pela totalidade de forças que operam sobre ele num determinado momento, o poder de B sobre A diz respeito apenas àquelas influências no comportamento de A originadas por B. Deve-se notar que o conceito de força de Lewin não tem o mesmo sentido com que é empregado por autores que igualam força à coerção ou à imposição de sanções. Para Lewin, o conceito se refere a "... uma tendência para mudar alguma propriedade do espaço vital" e é definida em termos de direção e ponto de aplicação. Em sua elaboração do conceito, Lewin distinguiu três tipos de forças:

- a própria - que está baseada em alguma necessidade ou sistema de tensão do indivíduo,
- induzida - que se origina a partir do desejo de alguma outra pessoa e,
- impessoal - que se estabelece em função de partes impessoais do meio ambiente.

Portanto o poder de B sobre A diz respeito à habilidade de B em desempenhar atos que ativam forças no espaço vital de A e a resistência oferecida por A. Cabe diferenciar resistência de oposição, pois a primeira é gerada pela tentativa de influência enquanto que a oposição se estabelece em função de outros fatores.

É interessante notar que nem sempre B é capaz de mudar a direção da ação de A, pois forças ativadas por outros agentes (incluindo o próprio A) podem ser de magnitude superior, mas aparentemente ativa um componente do espaço vital de A. Em termos mais claros, B pode pedir a A para fazer algo e A pode experimentar uma tendência à conformidade mas não age realmente. Neste caso pode-se dizer que B, pela ativação de forças componentes, exerceu poder sobre A de alguma forma (produzindo conflito, culpa, etc.), mas não podemos dizer que B tenha controlado o comportamento de A. Para Lewin, se a direção do comportamento de A for modificada conforme a direção pretendida por B, então B tem poder e controle sobre o comportamento de A.

A afirmativa de Dahl de que "... A tem poder sobre B na extensão que ele pode levar B a fazer algo que B de outra forma não faria" parece se referir ao que Lewin chama de habilidade para controlar. É evidente que nestes termos a habilidade para controlar é uma instância especial do poder em que B deve ter algum poder sobre A de forma a controlar A. O exercício do controle de B depende, entretanto, de algumas coisas em adição a posse de poder. Em geral, depende não somente da potência da ação de B mas também da potência de todos os atos desempenhados por outros agentes (incluindo A) onde é necessário levar-se em conta as direções destas forças estabelecidas por diferentes a-

tos.

Ao se definir poder como instância do relacionamento entre dois agentes surge a questão referente às propriedades formais da relação de poder. Somente um número muito limitado destas propriedades são consideradas por Lewin necessitando ainda de um exame exaustivo.

- relação não-simétrica - para alguns autores se B tem poder sobre A, A não pode ter poder sobre B no mesmo momento. Esses autores definem poder como necessariamente assimétrico (posição da Sociologia e da Política). Enquanto fica claro que muitas das atuais relações de poder são assimétricas, não existe nada na definição de poder de Lewin que torne a relação necessariamente assim. Nada também a torna necessariamente simétrica concluindo-se portanto que poder é uma relação não-simétrica, sabendo-se que B tem poder sobre A não se estabelece nenhum requisito referente a relação A tem poder sobre B. Para Rodrigues (87), o termo mais apropriado seria reciprocidade e não-reciprocidade. Considera que apenas em raros casos as relações são de dependência e não interdependentes. Esta interdependência pode variar quanto a intensidade e o local do espaço vital ativado porém caracteriza a relação como sendo simétrica.

- relação irreflexiva - ao supor a relação como irreflexiva quer-se falar da não possibilidade de considerar o poder de B sobre B, o que numa linguagem comum chamaríamos de auto-controle. Refere-se portanto a dois agentes sendo ambos sub-partes de um mesmo indivíduo, o que foge a caracterização de poder social visto como a relação entre dois agentes distintos.

- relação não-transitiva - tal propriedade diz respeito à seguinte questão: se A tem poder sobre B e B tem poder

sobre C, então necessariamente A tem poder sobre C? Com base nas definições de poder a resposta é que o poder não é necessariamente transitivo ou intransitivo.

Um chefe pode ativar forças em sua secretária que por sua vez pode ser capaz de influenciar seu marido sem que isso signifique que o chefe ativou forças no marido de sua secretária. Deve-se notar, porém, que mesmo sendo intransitivo a influência pode ser transmitida de A para C via B sem A ser capaz de influenciar C diretamente. Em determinadas situações específicas da realidade social a relação de poder pode se tornar transitiva como no caso da hierarquia organizacional. Desde que as relações de poder são não-transitivas segue-se que quando A tem poder sobre C não há nenhuma restrição sobre a possibilidade de B também ter poder sobre C. A e B podem ativar forças em C ao mesmo tempo e em direções opostas, o que levará C a experimentar conflito.

Um outro aspecto constituinte do significado do ato de poder refere-se a intenção do agente do poder em desempenhar tal ato. B pode produzir um ato que estabelece forças no espaço vital de A mesmo se B não tiver intenção de influenciar A. Há por vezes um "contágio comportamental" sem que haja de parte alguma intenção de exercer influência, seria uma imitação espontânea por parte de A do comportamento iniciado por B (comum entre crianças); esta seria chamada de influência indireta enquanto que o comportamento de B que tem o objetivo manifesto de afetar o comportamento do outro seria a influência direta. A grande maioria das definições de poder deixa explícita a existência da intenção deliberada de influenciar e/ou controlar o comportamento do outro; porém Lewin e grande parte dos autores em Psicologia Social também consideram a influência não proveniente de um ato intencional como poder.

O significativo de um ato de poder também depende de suas características temporais, que para Lewin caracterizam a variação da duração de forças por ele ativadas. Refere-se à necessidade da presença do agente emissor de poder para a manutenção do comportamento esperado sem o que o ato é temporariamente interrompido (obediência).

b) A posição de Thibaut e Kelley

Outra vertente de estudos sobre o poder se baseia nas teorias de reforço e punição como ponto básico da emissão de comportamento. Para os autores que nelas se baseiam o poder também é definido como a possibilidade de influenciar outros "... o poder de A sobre B aumenta com a habilidade de A para afetar a qualidade de resultados obtidos por B". (106). Partem da premissa de que o comportamento mais significativo, socialmente considerado, não será repetido a menos que seja reforçado, recompensado de algum modo. Isso ocorre através das relações de interação que são a essência de qualquer relacionamento interpessoal. Interação significa "... que os membros da relação diádica emitem comportamentos na presença um do outro, criam produtos para outros ou se comunicam um com o outro" (106). Em todos os casos em que pudermos identificar uma relação de interação, há pelo menos a possibilidade de que as ações de um afetem as do outro. Embora não se preocupem com uma maior depuração dos termos de sua teoria, Thibaut e Kelley (106) demonstram não mais limitar o conceito de poder apenas ao seu sentido primitivo de coerção e exercício de força, distinguindo, em essência, duas variações de poder que podem estar presentes numa relação de interação:

- o controle do destino
- o controle do comportamento

O controle do destino ocorre quando, variando seu comportamento, A pode afetar os desempenhos de B, a despeito do que B faça.

O controle do comportamento ocorre quando, variando seu comportamento, A pode tornar desejável a B variar também o seu comportamento. Usa-se aqui a palavra "controle" no sentido da habilidade para afetar a "vontade" de ocorrência de um ou mais comportamentos. O controle de comportamento de A sobre B requer que este discrimine as escolhas de comportamento de A e faça suas próprias escolhas apropriadamente. Indicam os autores a desejabilidade de se considerar o poder utilizável de cada pessoa na relação (diádica), ou seja, "o poder que é conveniente e praticável utilizar" - o poder não é utilizável ao ponto em que seu uso penaliza o agente do poder seja diretamente ou devido ao contra-poder utilizável, em troca, pela outra pessoa. Na área da interdependência os autores enfatizam então a necessidade de um arranjo cooperativo entre os objetivos dos membros através de um processo de identificação que leva os membros a obterem satisfação, gratificando-se mutuamente ou desenvolvendo normas para a manutenção, ao nível ótimo, da relação de interação.

c) A noção de influência social apresentada por French e Raven

Por fim consideraremos o enfoque proveniente dos trabalhos de French e Raven (30). Esses autores tentaram identificar

os principais tipos de poder e defini-los, sistematicamente, de forma a se poder compará-los de acordo com as mudanças por eles produzidas e de outros efeitos que acompanham o uso do poder. Para eles o fenômeno do poder envolve uma relação diádica entre dois agentes que pode ser vista sob dois aspectos:

- o que determina o comportamento do agente que exerce o poder,
- o que determina as reações do receptor deste comportamento.

Desde que definem o poder em termos de influência e influência em termos de mudança psicológica, começaremos por esclarecer seus significados. Mudança psicológica é definida como qualquer alteração do estado de um sistema num dado momento. A quantidade de mudança é medida pela diferença entre os estados do sistema A no momento 1 e no momento 2.

Estão incluídas na definição de mudança alterações de comportamento, opiniões, atitudes, objetivos, necessidades, valores e outros aspectos do campo emocional de uma pessoa. Estas mudanças podem estar relacionadas com a força resultante de todas as forças que operam sobre o sistema num determinado momento (de outra pessoa, do grupo ou da própria pessoa). O termo sistema é usado para se referir a qualquer parte do espaço vital, seja o todo ou uma parte do todo.

A teoria de French e Raven é limitada à influência da pessoa A produzida por um agente social B, onde B pode ser tanto uma pessoa, um papel, uma norma, um grupo ou parte de um grupo. Não se está considerando porém, a influência social exercida sobre um grupo e sim apenas sobre uma pessoa. Desta forma a

Influência de B sobre o sistema X no espaço vital de A é definido como a força resultante sobre o sistema X que tem sua origem no ato de B. Esta força resultante induzida por B consiste de dois componentes: uma força para mudar o sistema na direção induzida por B e uma resistência (força oposta a B) estabelecida pelo mesmo ato de B. Poder é a resultante máxima dessas duas forças.

Assumem os autores que qualquer sistema é interdependente com outras partes do espaço vital de tal modo que uma mudança em uma parte pode produzir mudanças em outras; estas mudanças de estado são produzidas por qualquer fator sobre o qual exista uma dependência funcional. A manutenção de um mesmo sistema é devido a estabilidade ou falta de mudança nos fatores internos e externos. French e Raven também abordam o conceito de controle, resistência, intenção, temporalidade, regressão e dependência. Quanto ao controle, sua definição, correlata à de Lewin, sugere que a influência de B deve ser distinguida do controle de B. B pode ser capaz de induzir forças sobre A para ele conduzir uma atividade, mas se as forças opostas induzidas por outra pessoa ou pelas próprias necessidades de A forem mais fortes, então A se locomoverá numa direção oposta, isto é, B não tem controle sobre A embora tenha poder visto ter gerado forças de resistência no espaço vital de A, originadas pelo mesmo ato de B. Nos casos em que B pretende influenciar A numa determinada direção, uma força resultante na mesma direção pode ser chamada de influência positiva enquanto uma força resultante oposta pode ser chamada influência negativa.

Quanto à intenção, a posição de French e Raven é a de que a influência social ocorre, comumente, através de um ato

intencional, entretanto eles não limitam sua definição de ato a apenas aos comportamentos conscientes. A influência pode ser resultante da presença passiva de B, com nenhuma evidência de palavra ou movimento aparente.

Quanto à temporalidade do ato consideram eles que poder é um conceito útil para descrever a estrutura social somente se tiver uma certa estabilidade no tempo, sendo inútil se cada estímulo momentâneo for visto como poder social atualizado.

O estudo do tempo na relação de poder serve a dois propósitos: - mostrar que a relação de poder pode ter suas estruturas alteradas, como uma relação não-estática e, também, ao se colocar o poder numa série temporal é possível se descrever alguns aspectos do relacionamento quanto a sua grande estabilidade ou sua tendência para assumir outros estados preferenciais.

Com respeito à regressão e dependência observam os autores que há uma tendência a regressão do comportamento a um estado original tão logo as forças induzidas por B sejam removidas. Baseiam-se na afirmativa de Müller (81) de que todo o sistema vivo tem essa característica e apenas alguns sistemas do espaço vital não possuem tal elasticidade. Se após a remoção de qualquer traço de B do espaço vital de A houver uma regressão ao estado anterior à influência do ato de B podemos concluir que a manutenção da mudança no espaço vital de A era completamente dependente de B; mas se permanecer igual, essa mudança mostra que a situação do espaço vital de A se tornou completamente independente de B. Daí o grau de dependência de A, seguindo a influência de B pode ser definido como igual a quantidade de regressão que se segue a retirada de B do espaço vital de A.

Assim sendo, poderíamos sumarizar as colocações feitas até então em nove pontos básicos, a saber:

- Poder é uma relação entre dois agentes, não podendo ser um atributo de um só indivíduo,
- A relação de poder não é, necessariamente, simétrica ou assimétrica; é irreflexiva, embora se possa falar, em sentido figurado, do poder de um agente sobre si mesmo, e, não é necessariamente transitivo ou intransitivo,
- O relacionamento de poder entre dois agentes, A e B, pode, em princípio, assumir qualquer valor para o poder de A sobre B e de B sobre A, resultando em vários padrões de interdependência entre A e B. Nota-se, porém, que alguns desses padrões são empiricamente mais prevalentes que outros,
- Desde que o poder de B sobre A indica a habilidade de B para influenciar A, ele pode constituir-se em ameaça para A,
- Desde que um ato de B deve sanar uma motivação básica de A de forma a ativar uma força em A, o poder de B sobre A depende, em parte, do estado motivacional de A,
- O poder de B sobre A depende, em parte, de: a) os atos que B pode executar; b) a distribuição de recursos entre B e A (como também de outros agentes); c) as motivações básicas de A e, d) o conteúdo cognitivo do espaço vital de A.
- O exercício do poder requer sua posse; B não pode ativar forças no espaço vital de A a menos que o poder de B sobre A seja diferente de zero. Em contrapartida, o exercício do poder consiste do desempenho de atos cuja força, no que se refere a A seja diferente de zero. Deve-se, porém, ainda investigar as condições que determinam o desempenho e a força desses atos

considerando, entre outras coisas, o tipo de percepção social e a ideologia relacionada à estratégia e à ética da influência social,

- Qualquer relação de poder tem conseqüências para ambos os agentes, e,

- Ordinariamente uma determinada relação diádica de poder é apenas um elemento de um sistema de poder. Pode ocorrer, então, que esta relação dependa de propriedades desse sistema que podem assumir certos estados preferenciais.

Em termos de definição e conceituação dos termos empregados no estudo do poder em Psicologia Social, supomos serem estes os que dispõem de critérios mais apurados para a compreensão da dinâmica das relações de poder que abordaremos em seguida.

#### d) As bases do poder social

No desenvolvimento de uma relação diádica uma pessoa pode ser influenciada de várias maneiras. Do ponto de vista do indivíduo que sofre a ação do poder, tal ato poderá estar relacionado a diferentes fontes de emissão, isto é, diferentes bases de onde emana o poder.

Normalmente, o relacionamento entre duas pessoas será caracterizado por inúmeras variáveis qualitativamente diferentes, as quais contribuirão para a formação das bases de poder. Em geral se considera apenas a punição e a recompensa como atitudes que podem gerar ou permitir a influência de um indivíduo sobre o outro, porém, numa observação mais apurada, percebemos que muitas vezes somos influenciados e submetidos através de

meios que não incluem ganhos nem castigos. Tal limitação das bases em que se originam o poder nos parece ainda associada às definições que o relacionam à força bruta ou a atos intencionalmente coercitivos. O estudo dessas bases do poder nos remetem ao conhecimento qualitativo dos atos de influência, superando portanto os trabalhos anteriores, como os de Herbst (53) e Wolf (11) que consideram apenas o lado quantitativo, buscando saber "quem tem mais poder numa determinada situação". Assim, além de ver-se a situação do ponto de vista da fonte emissora de poder se poderá também estudar a reação do indivíduo que sofre a ação, pois esta irá variar dependendo da base de emissão utilizada.

Tal base, ou motivo base, em que se apóia o poder está relacionado a uma necessidade qualquer da pessoa influenciada. Esta concepção geral, relacionando poder com motivação, aponta para várias questões empíricas sobre influência motivacional como por exemplo a relação existente entre a magnitude da força estabelecida por um ato e sua dependência das necessidades do agente receptor. Em qualquer situação concreta várias coisas, além da necessidade de um dos agentes, determinam a magnitude da força estabelecida por um ato.

Essa conceituação de motivo base está bastante próxima do tratamento dispensado por Lasswell e Kaplan (65) aos "valores base" de influência e poder. Eles afirmam que a habilidade para influenciar apoia-se na posse de certos valores: "... quando X tem influência sobre Y existem alguns valores com relação aos quais ele pode exercer influência sobre Y. Este é o valor base da relação de influência".

Eles distinguem dois grupos de valores:

+ valores de bem-estar, aqueles cuja posse, até certo ponto, são condição necessária para a manutenção da integridade física de uma pessoa;

+ valores de deferência, aqueles que consistem em se ser levado em consideração, nos atos de outros ou de si próprio.

Neste sentido o motivo de uma pessoa pode ser visto como a base do poder de outra pessoa sobre ela.

Para Thibaut e Kelley (106) uma pessoa pode promover consequências em outra de uma ou ambas as seguintes maneiras:

- + promovendo-o com recompensas ou,
- + reduzindo seus custos.

Um caso especial da habilidade de influência da redução de custos é exemplificado pelo "expert", um indivíduo que tem um determinado conhecimento especial e que pode influir em outros de forma a ficarem capazes de desempenhar atividades compensadoras com menor esforço, menos ansiedade ou em menos tempo. Com a posse de tal conhecimento, o "expert" tem poder sobre seus clientes dando ou manipulando informações através das quais pode promover ou aperfeiçoar seus desempenhos. Se o indivíduo influenciado pela informação do "expert", entretanto, se tornar capaz de prover a si próprio com tal informação em ocasiões posteriores, o poder do "expert" estará perdido. O poder do "expert" é aumentado de grau na medida em que sua habilidade e experiência são insubstituíveis. Em outras palavras, quanto mais essencial é a habilidade do "expert" e quanto menores as alternativas do cliente maior será o apoio no poder do "expert". Da mesma forma, o "expert" retém seu poder somente na proporção

em que é capaz de manter o cliente em permanente aquisição do seu conhecimento. Isto é possível numa série de diferentes situações, como por exemplo quando o "expert" tem um conjunto de princípios gerais dos quais ele deriva suas recomendações específicas. Estes princípios nunca são revelados e são, em geral, bastante sutis para um cliente inferir a partir das sugestões específicas que ele recebe. O poder do "expert" traz uma questão de interesse: - sob que condições o conselho do "expert" é seguido? A resposta mais geral parece ser a de que a conformidade com as sugestões do "expert", ou outros similares, está baseada em resultados passados em que tal ato levou à aquisição de posições de recompensa ou a diminuição de custos.

Um experimento feito por Mausner (73) mostra que os julgamentos dos sujeitos eram influenciados mais, numa tarefa perceptual, por um parceiro que tinha sido previamente bem sucedido numa tarefa semelhante do que por aquele que não tinha obtido sucesso.

Também Russell (96) aponta estas mesmas bases do poder ao afirmar que um indivíduo pode ter poder sobre outro como resultado de ser capaz de influenciá-lo:

- pela força física directa sobre seu corpo,
- por recompensa ou ameaça de punição, e,
- pela influência de opinião.

É na teoria de French e Raven, porém, que encontramos uma formulação mais abrangente sobre as bases do poder social. Eles definem seis bases principais de poder de um agente B sobre outro A definidas psicologicamente em termos de "como" a situação é percebida por A. É raro poder-se considerar que num

determinado caso empírico de poder existe apenas uma fonte. Normalmente o relacionamento entre B e A será caracterizado por outras variáveis qualitativamente diferentes que também serão bases para o poder exercido. Embora para French e Raven possam existir outras variáveis, são seis as bases do poder social assim definidas:

- 1 - Poder de recompensa, baseado na percepção de A de que B tem a possibilidade de obter recompensa para ele,
- 2 - Poder de coerção, baseado na percepção de A de que B tem a possibilidade de puni-lo,
- 3 - Poder de legitimidade, baseado na percepção de A de que B tem o direito legítimo de prescrever comportamentos para ele,
- 4 - Poder de referência, baseado na identificação de A com B,
- 5 - Poder do "expert", baseado na percepção de A de que B tem algum conhecimento ou habilidade especial e,
- 6 - Poder de informação, baseado na mudança cognitiva de A.

A partir dessas definições descreveremos cada uma das seis bases com relação a sua força, grau de dependência e relação uma com as outras.

#### 1 - Poder de recompensa

É definido como o poder cuja base é a habilidade para recompensar. A força do poder de recompensa de B sobre A aumenta com a magnitude da recompensa que A percebe que B pode conseguir para ele. Depende da habilidade de B em administrar valências positivas e remover ou diminuir as valências negativas.

O novo estado em que o sistema influenciado foi induzido por uma promessa de recompensa será altamente dependente do agente influenciador. As formas de recompensa mais pessoais como o amor, a aprovação ou o agradecimento, oferecidas em função da conformidade do indivíduo com a direção do poder pretendida, tendem a ser mais potentes e de maior efeito do que as formas de recompensa.

Além do poder de recompensa ser altamente dependente do elemento influenciador vai requerer desse agente uma constante fiscalização sobre o agente influenciado. Geralmente essa fiscalização é bastante difícil tendendo a ser cada vez mais necessária até o ponto em que é preciso apelar para a motivação interna do indivíduo. Herzberg (54), a partir de trabalhos realizados com empregados de diferentes empresas, definiu dois tipos de necessidades, as de manutenção e as de motivação, percebendo que por maiores que fossem as recompensas voltadas para o atendimento apenas das necessidades de manutenção tendiam com o tempo a perder seu valor podendo inclusive adquirir uma valência negativa para o indivíduo.

Pode parecer óbvio que se uma pessoa for generosamente recompensada para fazer algo ela pode começar a apreciar tal atividade; quanto maior a recompensa mais ela gostará do que está fazendo. No entanto os trabalhos de Festinger (27), na sua teoria da dissonância cognitiva, parecem mostrar o contrário. Festinger propõe que o universo individual é composto de um grande número de elementos cognitivos, isto é, coisas de que ele está consciente, sobre as quais tem conhecimento. Se as implicações de uma parte deste conhecimento são opostas a outra, os dois elementos estão em dissonância. Festinger supõe que o es-

tado de dissonância é desconfortável e produz tensão, e que quando nós nos tornamos conscientes da dissonância cognitiva nós ten demos a efetuar uma mudança no conhecimento ou no comportamento de forma a reduzir aquela dissonância e restaurar a consonância. Após tomar uma decisão o indivíduo tem uma necessidade especial de reduzir sua dissonância buscando fatores adicionais que façam sua escolha parecer a melhor. Quanto maior o conflito era antes da tomada da decisão maior será a dissonância depois.

A partir de seus estudos, Festinger (27) afirma que quanto mais se recompensa alguém para fazer alguma coisa que ele realmente não quer fazer, menos sua própria opinião será afetada o que certamente parece ir de encontro ao nosso conhecimento intuitivo. Desde que haja uma grande recompensa o indivíduo atribui a ela a inconsistência de sua atitude ao passo que por uma pequena recompensa ele necessitará desenvolver uma mudança interna que justifique seu comportamento.

## 2 - Poder de coerção

O poder de coerção é semelhante ao de recompensa na medida em que também envolve a habilidade de B para manipular a obtenção de valências positivas. Baseia-se na expectativa de A de que ele será punido por B se falhar em ficar em conformidade com a influência pretendida. Então, valências negativas existirão em determinadas regiões do espaço vital de A correspondendo à ameaça de punição feita por B. A força do poder de coerção depende da magnitude das valências negativas de medo da punição multiplicada pela probabilidade, percebida por A, de que ele pode evitar a punição pela conformidade, isto é, a probabilidade de punição por não conformismo menos a probabilidade de punição por

conformidade.

O poder de coerção também conduz a uma mudança altamente dependente do agente influenciador, e o grau de dependência varia com o nível de observabilidade da conformidade de A. É interessante notar que a influência primária do poder de coerção é dependente, mas freqüentemente produz mudanças secundárias que são independentes.\* Técnicas utilizadas, por exemplo, com prisioneiros para produzir mudanças primárias em seus comportamentos são altamente dependentes do agente de influência e conduzem, muitas vezes, à identificação com o agressor, favorecendo mudanças secundárias na ideologia que serão totalmente independentes.

Assim como na recompensa, a coerção, ao utilizar formas pessoais de atuação, como a ameaça de rejeição, tende a alcançar maior potência do que quando se utiliza de formas impessoais. Os comportamentos influenciados pela coerção ficam também altamente sujeitos à fiscalização constante, por parte do agente influenciador, para que continuem a ser mantidos, requerendo sempre a reafirmação do poder.

Por vezes surgem algumas dificuldades para se distinguir entre o poder de recompensa e o poder de coerção. Até que ponto podemos considerar recompensa e coerção como duas bases diferentes de poder? Quando um chefe diz a seu subordinado: - "sua promoção depende de você aumentar ou não a sua produtividade", será isso uma ameaça de punição ou uma promessa de recompensa

---

\* Segundo Rodrigues (Comunicação Pessoal) chama-se de influência primária aquela que reflete a intenção do agente influenciador, e influência secundária é aquela obtida em decorrência da influência primária mas não intencionada pelo agente influenciador.

sa? Esta pergunta obterá respostas muito diferentes dependendo da interpretação de quem a ouve. Na medida em que se antecipa um prêmio gera-se um medo de não consegui-lo, pois implícito nesse tipo de prêmio está o castigo por não conseguir-lo, e a própria situação anterior, ficar com o mesmo nível de produção, já se transformou numa ameaça de punição. A influência de recompensa acaba, por vezes, se transformando numa possibilidade de castigo.

Através dos experimentos de Rubin e Lewicki (94); Rubin, Lewicki e Dunn (93); Horai (57) é interessante notar que quando se usa o poder de coerção a pessoa tende a gostar menos do agente influenciador e ter um sentimento negativo com relação a tal situação, por outro lado há maior probabilidade de que a pessoa venha a gostar do agente influenciador se for usada a recompensa como base de poder na mesma situação. Como se pode ver pelos trabalhos de Kipnis (63) quando um agente de poder gera hostilidade na pessoa influenciada sua habilidade para vir a usar outra base de poder, como, por exemplo, o poder de referência, fica grandemente diminuída. O poder de recompensa, entretanto, tende com o tempo a diminuir seus efeitos necessitando então ser substituído por outra base de poder que suscite a motivação interna do indivíduo influenciado.

A coerção tende a impelir a pessoa a abandonar inteiramente a situação enquanto a recompensa tende a encorajar o relacionamento com o agente influenciador. Embora a fiscalização seja necessária para ambas, recompensa e coerção, aparenta ser mais fácil mantê-la nas situações de recompensa pois, para obtê-la é necessário manter o agente influenciador seguro de sua conformidade. Tendo em vista esta diferenciação de respostas na aceita-

ção do poder, indivíduos que ocupam cargos de chefia nas empresas tendem a substituir as ameaças de punição por ofertas de recompensa para tentar "motivar" seus subordinados.

Dentre as tentativas de diferenciação entre poder de recompensa e coerção apresentadas por French e Raven aquela se refere à identificação com o agente de influência apresenta uma inconsistência dentro do próprio trabalho dos autores. Em seu artigo de 1959, nota de rodapé, French e Raven (30) colocam a identificação com o agressor como uma das consequências ocasionadas pelo exercício do poder de coerção. Já em 1976, French e Rubin (32) parecem não abordar esse fato considerando apenas que o uso da coerção tende a gerar hostilidade entre os agentes dificultando o uso, por parte do agente influenciador, de outra base de poder especialmente o poder de referência. A nosso ver a possibilidade de identificação com o agressor está presente como uma das possibilidades de desenvolvimento das relações com base na coerção o que levaria a estruturação do poder em nova base, especialmente a de referência. Tal dinâmica porém, será melhor abordada mais adiante.

### 3 - Poder de legitimidade

O poder de legitimidade é, provavelmente, o mais complexo pois envolve noções de Sociologia, Psicologia Clínica e Social principalmente voltada para grupos, suas normas e seus papéis, estando relacionado aos preconceitos socialmente prescritos. Para Linton (67) existem as normas de grupo que variam,

(1) quanto à sua universalidade, são comuns a todos os indivíduos de uma determinada cultura,

(2) quanto à sua alternatividade quando o indivíduo

tem a chance de poder ou não aceitá-las,

(3) quanto às suas especialidades, quando são específicas de uma determinada situação.

Quer seja devido à internalização de normas, à prescrição de papéis ou às expectativas do meio o fato é que todo indivíduo apresenta certas regiões para as quais ele deve se locomover e outras em que não deve, o que implica em certos comportamentos que ele pode ou não desempenhar. Conceitualmente, podemos pensar em legitimidade como uma valência numa região que é induzida por alguma norma ou valor internalizados. Essas normas e valores têm as mesmas propriedades conceituais do poder, possuem a habilidade de induzir um campo de forças qualquer. O poder de B sobre A é definido aqui, portanto, como o poder que se baseia nos valores internalizados em A que ditam ter B o direito legítimo para influenciar A e que A tem a obrigação de aceitar esta influência. Pode-se notar aqui a semelhança entre a noção de poder legitimado e a legitimidade da autoridade que tem sido explorado por sociólogos e politicólogos como Weber (107) e Engels (25). O poder de legitimidade porém não é sempre uma relação de papel; por exemplo, A pode aceitar uma indução de B simplesmente porque havia prometido previamente fazer tal coisa para B e ele valoriza muito sua promessa e não quer quebrá-la. De qualquer forma, a noção de legitimidade envolve sempre algum tipo de código ou padrão, aceito pelo indivíduo, em virtude do qual o agente externo pode assegurar o seu poder.

Alguns desses padrões que servem de suporte à legitimidade do poder são encontrados nos valores culturais, isto é, características que são especificadas pela cultura e que dão a B o direito de prescrever comportamentos para A, que não possui

tais características. Esses valores foram chamados por Weber de "autoridade do ontem eterno" e incluem características tais como idade, inteligência, casta e características físicas. Em algumas culturas a idade garante ao indivíduo o direito de determinar ou influenciar o comportamento de outros em quase todas as áreas de atuação, enquanto que em outras culturas o sexo autoriza o indivíduo a exercer poder prescrevendo comportamentos para indivíduos de outro sexo.

A própria aceitação da estrutura social em que o indivíduo está inserido se transforma numa base para o poder legítimo. Se A aceita a estrutura social do seu grupo, organização ou sociedade, como tendo o direito sobre ele, especialmente a estrutura social envolvendo uma hierarquia de autoridade, A aceitará a autoridade legítima de B que ocupa uma posição hierárquica superior a sua. Este tipo de relacionamento é encontrado nas organizações definindo mais uma relação entre posições hierárquicas do que entre pessoas.

A aceitação de uma atividade profissional como "de direito" é também uma base de poder legítimo onde um juiz tem o direito de dar sentenças, um sacerdote de prescrever penitências e dar conselhos e um administrador possui as prerrogativas de tomar e manter certas decisões.

As designações feitas por um agente visto como tendo poder legítimo é também uma base desse tipo de poder. Um determinado agente pode ser visto como tendo o direito de prescrever comportamentos para outro agente por lhe ter sido conferido tal poder através de um outro agente legitimado, por quem o agente influenciado nutre algum grau de confiança. Uma eleição é o exemplo mais comum da influência de um grupo servindo para legi-

timar a autoridade de um indivíduo frente a outros indivíduos do grupo. Um gerente de empresa aceita a autoridade de um outro gerente, em determinada área, porque tal autoridade foi delegada diretamente pelo presidente da empresa. O sucesso de tal legitimação depende da aceitação dos agentes do processo de legitimação efetuado. O processo de eleição é uma legitimação do direito de uma pessoa a uma posição que já possui um grau de poder implícito associado a ela.

O mais comum é que o agente detentor do poder de legitimidade exerça influência apenas sobre uma determinada extensão do comportamento de outros, especificamente delimitada. A tentativa de usar o poder de legitimidade além dessa extensão tenderá a diminuir o poder legítimo da figura de autoridade. Esse uso do poder que não é legítimo poderá também diminuir a atratividade do agente detentor do poder.

O exercício do poder de legitimidade de B sobre A ocasionará um novo estado no sistema de A que mantém, normalmente, grande dependência de B embora possa se tornar independente visto estar o poder também baseado, além de B, nos próprios valores internalizados de A. A indução de B serve para ativar esses valores e relacioná-los com a direção de influência pretendida, podendo A vir a tornar-se dependente diretamente de seus próprios valores sem nenhuma mediação de B.

Pelo uso do poder de legitimidade A pode considerar legítima a tentativa de B de usar outros tipos de poder, inclusive a coerção. Um aspecto interessante do poder de legitimidade é quando este se manifesta através de agentes, que numa determinada circunstância, estão em situação de extrema falta de po-

der. Embora pareça paradoxal, a falta de poder pode tornar-se uma base do poder de legitimidade. Isso ocorre principalmente em sociedades cujas normas sociais enfatizam a obrigação de ajuda aos menos favorecidos. Vários experimentos abordam este tema como Berkowitz e Daniels (12) e Coranson e Berkowitz (51). Uma pessoa cega pode, legitimamente, requisitar a uma pessoa normal que a ajude a atravessar a rua, e, por vezes, após várias tentativas mal sucedidas do uso de seu poder, a parte frustrada pode adotar uma forma extrema de coação.

Na abordagem do poder de legitimidade destacam-se os experimentos de Milgram (76) buscando testar os limites a que pode chegar a obediência e subordinação de sujeitos frente às ordens do experimentador, visto como portador de legitimidade para emitir ordens durante o experimento. Era dito aos sujeitos que o experimento se destinava a determinar os efeitos da punição no processo de aprendizagem. A punição seria um choque elétrico aplicado ao sujeito cada vez que ele desse uma resposta incorreta. O sujeito que fazia o papel de professor e aplicaria os choques, no caso de respostas erradas, podia assistir, por um painel, as contrações de dor do sujeito que devia dar as respostas e que era aliado ao experimentador, e portanto, não recebia de fato o choque. O experimentador comunicava que o choque poderia ser dolorido mas não resultaria em injúrias permanentes. As instruções eram para aumentar a voltagem a cada erro. A cada aumento da voltagem o sujeito colaborador emitia lamúrias e demonstrava dor. Frente à hesitação do sujeito em continuar a aplicar os choques o experimentador insistia, reforçando suas instruções e afirmando sua autoridade de cientista. Por incrível que possa parecer a maior parte dos sujeitos chegou a aplicar choques su-

postamente de 450 volts (65% dos sujeitos), e nenhum parou antes dos 300 volts. Uma das conclusões seria a de que o poder legítimo pode ser bastante forte compelindo o indivíduo a atitudes de extrema gravidade. Milgran observou que certos fatores aumentavam a legitimidade do poder do experimentador em influenciar os sujeitos:

- proximidade da vítima, quanto menos próximo o sujeito estivesse da vítima, sem poder ouvir seus gritos ou ver suas convulsões, maior era a obediência do sujeito em aplicar o choque -

- proximidade do experimentador, quanto mais direta for a ordem dada pelo experimentador e quanto mais constante a sua presença no local, maior era o grau de obediência do sujeito -

- o ambiente, quanto mais o laboratório estivesse arrumado de forma sofisticada, com aparelhagens profissionais e com o experimentador usando seu jaleco branco, mais os sujeitos se submetiam ao seu poder -

- pressão grupal, quando dois outros estavam presentes e o encorajavam a aplicar o choque este aumentava de frequência.

Estes estudos sobre a obediência foram realizados a partir da necessidade de se esclarecer melhor as razões das frequentes atrocidades cometidas durante a guerra sob a alegação de se estar cumprindo ordens, como ocorreu a William Calley no chamado massacre de My Lai durante a guerra do Vietnam.

4 - Poder de Referência

O poder de referência se baseia na identificação de A com B, ou pelo menos no desejo de tal identificação. Por identificação French e Raven querem significar um sentimento de semelhança de A com B ou o desejo de tal identidade. Se B é uma pessoa por quem A tem grande atração, A desejará se tornar fortemente ligado a B. Se A já estiver associado a B ele desejará manter esse relacionamento. A identificação de A com B pode ser estabelecida ou mantida se A busca comportar-se, pensar e perceber como B. Desta forma B tem a habilidade de influenciar A mesmo que B não esteja consciente deste poder. Quanto mais forte for a identificação de A com B maior o poder de referência de B sobre A.

Festinger (28) aponta, que em situações ambíguas o indivíduo busca algum tipo de "realidade social" e pode adotar toda uma estrutura cognitiva de outro indivíduo ou grupo com o qual se identifica. A falta de uma estrutura bem definida surge como uma ameaça levando-o a buscar novas crenças e valores em um grupo de referência que satisfaça sua necessidade de estruturação e lhe confira mais segurança através do aumento de identificação com o grupo.

É importante diferenciar poder de coerção e de recompensa do poder de referência. Por vezes o indivíduo é atraído por um grupo e concorda com as suas normas somente pelo medo de parecer ridículo ou de ser expulso do grupo, ou então para receber aprovação ou recompensa. O critério básico para esta diferenciação é a mediação do castigo ou da recompensa desempenhada pelo agente ou grupo identificado; na medida em que B é o media

dor das sanções, isto é, tem controle sobre A, nós estamos falando de poder de coerção ou de recompensa. Mas se A evita desconfortos e obtém satisfação através da conformidade baseada na identificação, independente das respostas de B, nesse caso existe o poder de referência. A conformidade com a opinião da maioria é muitas vezes baseada num respeito pela sabedoria coletiva de um grupo, nesse caso não se trata de poder de referência e sim do poder de "expert".

O novo estado de um sistema produzido pelo poder de referência pode ser dependente ou independente do agente influenciador, mas esse grau de dependência não é afetado pelo nível de fiscalização do agente influenciador. Na verdade, um indivíduo não tem, freqüentemente, consciência do poder de referência que outro indivíduo exerce sobre ele. Há uma tendência para que algumas dessas mudanças dependentes se tornem independentes muito rapidamente.

O termo "referente" surgiu de estudos sobre grupos de referência feitos por Hyman (60), Merton e Rossi (75) que mostram como as pessoas se referem a outras buscando avaliar suas próprias opiniões, crenças, comportamentos e emoções. Mesmo sem a ameaça direta de punição por ser diferente, freqüentemente se deriva satisfação pessoal por ser igual aos outros, particularmente aqueles que são amados e admirados.

O poder de referência pode ser exercido por pessoas com quem não se tem uma afiliação ou um relacionamento próximo, como por exemplo, a jovem que desenvolve um maneirismo qualquer semelhante ao de sua atriz predileta.

Um dos problemas freqüentemente encontrados por pes-

soas que ocupam posições de chefia é o conflito entre exercer poder de referência, que se baseia na identificação e na similaridade, ou outras bases de poder, tais como a legitimidade e "expertise", que dependem da dissemelhança. Gerentes e supervisores de empresa freqüentemente desejam se fazer próximos de seus subordinados por pensar que estes aceitarão melhor o seu comando se houver um maior senso de camaradagem entre eles. Por outro lado o gerente teme que se ele se tornar muito familiar aos subordinados, ele não será reconhecido em sua autoridade e não reconhecerão sua legitimidade de poder. Da mesma forma que um comportamento pode aumentar o efeito do poder de referência pode levar a diminuir a possibilidade de que venha a ser exercido o poder de "expert".

O poder de referência pode apresentar-se também sob uma forma negativa. Há vezes em que deliberadamente nos dissociamos dos outros, quando adotamos uma opinião ou atitude diferente de alguém, simplesmente porque alguém de quem não gostamos manifestou tal opinião, a isso chamamos de referência negativa. Este argumento é usado com freqüência com crianças e adolescentes com bons resultados, especialmente com adolescentes.

##### 5 - Poder do "expert"

A força do poder de "expertise" de B sobre A varia, dependendo do conhecimento ou percepção que A atribui a B numa determinada área. Provavelmente, A avalia o conhecimento de B em relação ao seu próprio como também em relação a um padrão absoluto. De qualquer forma o poder do "expert" resulta numa influência social primária na estrutura cognitiva de A e provavelmente sem afetar outros tipos de sistemas. Mudanças nas estrutu

ras cognitivas podem mudar a direção de forças e portanto a qualidade do movimento, mas tal mudança de comportamento é uma influência social secundária.

A extensão do poder do "expert" é mais limitada do que aquela suscitada pelo poder de referência, pois este pode influenciar várias áreas diferentes do comportamento, uma vez que a identificação com o agente influenciador inclui, possivelmente, todo o seu repertório. Já o poder do "expert" se refere sempre a áreas específicas podendo mesmo chegar a produzir o chamado "efeito de halo" em torno do "expert" mas apenas com relação à sua área de competência.

Qualquer tentativa de ampliar a extensão do poder do "expert" para outras áreas de atuação não ocasionará o efeito de influência desejado e, o mais importante, irá afetar o próprio poder de "expert" em sua área de conhecimento.

Embora esta base de poder ocasione dependência com relação ao agente influenciador, não depende de fiscalização para manter-se efetiva. Alguns exemplos de como somos influenciados pela atribuição de conhecimentos superiores a um agente de influência incluem a aceitação de um diagnóstico médico, quanto à natureza de nossa doença e de que determinados remédios, e não outros, devem ser tomados. Nesta aceitação da autoridade médica estão influenciando vários fatores, como o fato de ele estar há anos, tratando tal tipo de doença, seus cursos feitos no exterior, diplomas pendurados na parede e livros médicos nas suas estantes, enfim, todos os fatores capazes de influenciar existentes em seu consultório. Outro exemplo é a aceitação da posição do professor que depõe sobre um assunto onde, muitas vezes, o aceitamos, puramente por ser sua palavra; na aceitação das

recomendações de um vendedor que enfatiza o sucesso de um determinado produto, exatamente de que precisamos; na aceitação das informações de um menino que tenta nos indicar o melhor caminho a seguir para chegarmos ao centro de um vilarejo que não conhecemos. Mesmo não sendo o menino um "expert", no sentido formal do termo, ele assume, naquela situação particular, um conhecimento superior ao nosso. Porém, quando se suspeita que uma pessoa está usando seus conhecimentos superiores para influenciar em benefício de si mesma apenas, somos inclinados a adotar o comportamento oposto ao que ela propõe. A isto se chama de influência negativa do "expert".

A influência negativa pode surgir de uma necessidade de independência. Jack Brehm (16) realizou uma série de estudos nos quais os indivíduos demonstravam um determinado comportamento que ele chama de reatância, uma forma de influência negativa que surge quando a pessoa sente que sua liberdade, seu status como um agente livre, está sendo ameaçado. Se, por exemplo, suspeitamos que um vendedor tem determinada atitude apenas por estar recebendo uma grande comissão pela venda, tenderemos a não efetuar a compra ou não daremos crédito total aos elogios feitos ao produto. Independente da base em que se apóia, o poder pode ocasionar uma influência em sentido oposto, chamada influência negativa ou efeito de bumerangue. Este efeito foi investigado numa série de experimentos de laboratório como os de Kelman e Hovland (61) e Weiss (58) que mostraram que quando um comunicador é desacreditado ou não apreciado haverá uma tendência para adotar uma opinião que seja exatamente a oposta àquela por ele proposta.

6 - Poder de Informação

Esta base de poder foi primeiramente considerada por French e Raven ( 30 ) como um tipo de poder de "expert". Deutsch e Gerard ( 22 ) chamam o poder de informação de "... o poder de "expert" em que o agente influenciador não necessita ser um membro do grupo do agente influenciado". Este tipo de poder de "expert", segundo eles, deve ser distinguido da influência baseada no conteúdo da informação. A influência do conteúdo de uma comunicação sobre a opinião é presumivelmente uma influência secundária produzida após a influência primária, qual seja, a aceitação da informação. Visto ter sido poder aqui definido em termos de mudanças primárias, a influência do conteúdo de uma comunicação numa determinada opinião não seria o caso do poder de "expert", como foi aqui definido, e sim a aceitação inicial da validade do conteúdo que pode estar baseada no poder de "expert" ou no poder de referência. Sendo a aceitação de um fato como verdade um ato impessoal, ela é independente de um relacionamento entre dois agentes, não caracterizando assim o poder do "expert". Com isso French e Raven distinguem entre o poder do "expert", baseado na credibilidade no agente influenciador, e poder de informação, baseado nas características de estímulos tais como a lógica do argumento ou a evidência dos fatos. Mesmo diferenciando esses dois tipos de poder, só mais tarde, em 1965, Raven ( 32 ) coloca o poder de informação como uma base de poder e não como um sub-tipo do poder de "expert". Neste artigo apresenta um exemplo que esclarece bem o que significa ser o conteúdo da comunicação o fator crítico, determinante do exercício de poder. Suponha que o Sr. X peça a alguém que resolva este problema: Um número de patos nadando em formação. Dois iam na

frente, dois no meio e dois atrás. Qual o menor número possível de patos, suficientes para compor tal formação? A resposta provavelmente cogitada em primeiro lugar será seis, partindo do princípio de que três vezes dois é igual a seis. Porém suponha que o Sr. X diga-lhe que a resposta correta é quatro e mostre-lhe um desenho de patos nadando em fila única, o primeiro e o segundo na frente, o segundo e o terceiro no meio e o terceiro e o quarto atrás. Subitamente se compreende o raciocínio, no futuro, qualquer pessoa que lhe proponha esse problema receberá este mesmo tipo de resposta. Como resultado a pessoa experincia, por vezes, uma mudança cognitiva radical, vê o problema de uma face totalmente diferente. Essa mudança cognitiva, então, é a principal característica da influência da informação e, uma vez esta mudança tenha ocorrido, ela é completamente independente do agente influenciador. É a informação em si, e não o agente, que é significativa.

A influência de informação é caracterizada por sua dependência ao conteúdo informacional da comunicação, embora elementos de outras bases de poder possam também estar presentes em menor medida.

Freqüentemente o poder do "expert" e o de informação andam lado a lado. Ocasionalmente, entretanto, os efeitos da comunicação são negados pela presença de uma influência negativa do "expert" do qual não gostamos ou acreditamos. O efeito de bumerangue mencionado anteriormente representa tal situação.

Aparentemente, o poder de informação é o menos dependente da fonte emissora de poder e tem um efeito mais permanente que as demais bases do poder social.

Desta forma, temos seis bases de poder sendo que a de recompensa e a de coerção dependem de fiscalização para que sejam efetivadas e mantidas ao longo do tempo. O poder de "expert", de referência e de legitimidade não requerem fiscalização, mas para que tenham continuidade dependem da manutenção do relacionamento com o agente de influência. O poder de informação é quase totalmente independente do agente, ele é baseado no conteúdo da comunicação por si mesma e da mudança cognitiva produzida.

A avaliação do agente de influência feita pelo indivíduo influenciado será provavelmente afetada pela base de poder que é utilizada.

## III - QUADRO GERAL DAS PSICOTERAPIAS

É comum encontrarmos mais de um remédio para o mesmo mal e nos parece que os distúrbios emocionais não fogem a esta regra pois encontramos, em torno de sua cura, o maior e mais diversificado arsenal de tratamentos sob o nome de psicoterapias.

Supõe-se hoje que várias dezenas de diferentes técnicas psicoterápicas estejam em uso sendo que, embora algumas se degladiem e aparentem total divergência, não existe um critério que nos permita julgá-las quanto à sua eficácia.

Muitas vezes, a diferença das formas de linguagem utilizadas pelos adeptos de diferentes escolas enfatizam uma divergência maior do que a realmente existente; quando, porém, se examina mais profundamente as implicações de tais termos percebemos que elas congregam princípios semelhantes.

Na tentativa de diferenciar as diversas abordagens psicoterapêuticas, dois tipos de fatores são observados. O primeiro se relaciona com as observações feitas pelo terapeuta, do fenômeno clínico no decurso da prática psicoterápica. O segundo se refere a interpretação desses fenômenos dentro de uma formulação teórica e especulativa.

As técnicas de psicoterapia, embora diversificadas, não possuem formulações teóricas totalmente incompatíveis. Há algumas semelhanças básicas entre as escolas que originam abordagens psicoterapêuticas, como por exemplo: 1 - são todas orientadas para objetivos específicos e metas a atingir, 2 - são organizadas em torno de um relacionamento entre terapeuta e cliente, 3 - requerem algum tipo de procedimento para a intervenção e, 4 - evocam respostas emocionais no paciente que deverão ser terapeuticamente

te manipuladas.

Com toda a dispersão a que está exposto o tratamento dos distúrbios emocionais ficamos envolvidos por dezenas de definições do que seja psicoterapia. Algumas se completam, outras se contradizem, mas convergem sempre para um ponto comum, o de que psicoterapia constitui uma forma de abordar os problemas de natureza emocional. Dentre as diversas publicações que apresentam definições de psicoterapia consideraremos a de Wolberg (110) que nos parece ser mais completa. Segundo Wolberg "psicoterapia é o tratamento, por meios psicológicos, de problemas de natureza emocional no qual uma pessoa treinada estabelece um relacionamento profissional com o paciente com o objetivo de remover, modificar ou retardar sintomas existentes; de mediar padrões anômalos de comportamento e de promover um crescimento e desenvolvimento positivo da personalidade". Por vezes o termo psicoterapia é confundido com psicanálise mas, com mais frequência se reserva o termo psicoterapia para as formas de tratamento que adotam procedimentos mais superficiais, mobilizando-se, principalmente, em torno de processos mentais conscientes, enquanto que a psicanálise focaliza os processos inconscientes sendo por isso denominada de terapia profunda. Porém, também em torno da psicanálise, desenvolveram-se novas teorias que focalizam também, e principalmente, os processos inconscientes, mas se afastam da psicanálise clássica de Freud havendo uma tendência, por parte dos psicanalistas ortodoxos a reservar este nome apenas para a psicanálise nos moldes freudianos. Em torno dessa prerrogativa existem outras razões inclusive o "status" e prestígio profissional já conquistado, na América, por essa forma de tratamento. Para melhor situar a psicanálise dentro do contexto das psicoterapias usaremos a classi-

ficação de Wolberg (110). Podemos observar que as inúmeras construções teóricas consideradas pelo referido autor preocupam-se com a natureza dos fatores que predispõem o indivíduo ao distúrbio emocional; a maneira pela qual as experiências infantis e condicionamentos produzem distorções no desenvolvimento da personalidade; as relações entre a estrutura da personalidade e as neuroses; os fatores constituintes do conflito inferior; o significado, a função e a forma de expressão do sintoma; a estrutura do aparato psíquico e os mecanismos de defesa utilizados pelo indivíduo. Algumas escolas colocam maior ênfase em determinados fatores dos acima mencionados ou acentuam certas fases do dinamismo psíquico de forma, às vezes, não passível de verificação.

Desde que as doutrinas psicanalíticas se imiscuiram na teoria e prática de saúde mental tornou-se uma escolha arbitrária o posicionamento da psicanálise no contexto das psicoterapias. Um bom psicoterapeuta possui conhecimentos das doutrinas analíticas e é capaz de utilizá-las como parte do seu programa de tratamento. De maneira geral, os analistas freudianos não fazem objeções às inovações da técnica psicoterápica e admitem que para alguns pacientes, tais reformulações consigam melhores resultados, mas objetam veementemente que se utilize o nome de psicanálise para denominar estas novas técnicas.

As escolas neo-freudianas, por outro lado, fazem objeção ao estreito uso que então se faria da definição de psicanálise insistindo eles que a psicanálise deveria ser considerada como denominativo de qualquer método que trabalhe com resistência e transferência. Embora Freud (1914) reconheça a transferência e a resistência como ponto de partida do seu trabalho, deve-se considerar que ambas fazem parte de todos os relacionamentos hu-

manos, tornando-se assim razões difusas. Freud (37) escreveu em 1922 que "... a suposição de que existam processos mentais inconscientes, o reconhecimento da teoria da resistência e repressão, a apreciação da importância da sexualidade e do complexo de Édipo, esses constituem os temas principais da psicanálise e a fundamentação da sua teoria. Ninguém que não os aceite pode considerar-se um psicanalista".

Alguns autores aplicam o termo "psicoterapia psicanaliticamente orientada" para as formulações teóricas que aceitam algumas, mas não todas as premissas de Freud; outros consideram que psicoterapia psicanaliticamente orientada fica circunscrita às técnicas de Psicanálise que trabalham com a neurose de transferência.

Onde cada uma dessas formas de atuação começam e onde terminam acaba se tornando uma questão de opinião, permanecendo a insistência dos freudianos ortodoxos de que psicanálise é restrita a uma específica forma de tratamento, focalizado no inconsciente, em que a descoberta dos conflitos infantis reprimidos é conseguida através da resolução gradativa da resistência e pressupõe uma aceitação da teoria dos instintos (teoria da libido) e a primazia dos conflitos sexuais infantis. Há uma tendência, portanto, de considerarmos como psicanálise somente os processos de tratamento que são executados por psicanalistas treinados; têm como meta a superação da resistência dos conflitos inconscientes, sejam quais forem sua natureza, relacionando-os como uma continuidade das experiências primárias da infância e encorajando a construção de uma neurose de transferência e sua resolução através da interpretação. Outras técnicas que divergiam desses objetivos metodológicos, mesmo empregando alguns dos procedimentos tais

como interpretação de sonhos, associação livre e análise da resistência, não serão consideradas psicanálise podendo ser incorporadas às psicoterapias psicanaliticamente orientadas.

Neste trabalho utilizaremos a classificação adotada por Wolberg (110) quanto as várias formas de psicoterapias, considerando primeiramente sua posição quanto aos objetivos a que se propõe e em seguida com relação aos campos de conhecimento de que derivam suas idéias. Quanto aos seus objetivos as psicoterapias podem ser divididas em três grupos principais:

- psicoterapias de apoio
- psicoterapias reeducativas
- + psicoterapias reconstrutivas

#### A) Psicoterapias de apoio

O objetivo da psicoterapia de apoio é levar o paciente a restabelecer seu equilíbrio emocional, com certa rapidez, através do alívio dos sintomas, de forma a que possa funcionar num nível próximo ao seu "normal". Tenta-se quebrar as defesas e elaborar, mais acuradamente, os mecanismos de controle utilizados pelo paciente. É usada como tratamento principal ou como auxiliar das psicoterapias reeducativas e reconstrutivas. São utilizadas nas situações em que o indivíduo se vê momentaneamente abatido por pressões que não consegue manipular; como uma primeira abordagem visando manter pacientes fronteiros num estado mais equilibrado que permita atuações mais profundas; como uma forma de reconstruir o ego do paciente para que este possa participar de atividades mais integrativas e como uma forma temporária de acalmar um estado de ansiedade intenso que suprima a capacidade de atuação do indivíduo.

Entre os procedimentos empregados nas terapias de apoio encontramos a manipulação do ambiente, o aconselhamento, a sugestão, a externalização de interesses e a persuasão. De maneira geral, o papel do terapeuta pode converter-se no da autoridade diretiva servindo como o mentor e persuadindo o paciente a revisar sua filosofia de vida e seus valores. O objetivo é mudar o significado das atitudes habituais e prover o indivíduo de novas metas e modelos de adaptação à realidade. Muitas vezes utilizando-se francamente de recompensas e punições pretende estimular o paciente a ações mais propícias.

Uma característica geral das terapias que fazem parte desta categoria é a crença de que o paciente tem dentro dele o poder para modificar seu processo emocional patológico pela vontade ou pelo uso do "bom senso". A ação é dirigida para a inteligência e o raciocínio do paciente buscando convencê-lo a abandonar seus sintomas neuróticos e ajudá-lo a resgatar seu respeito próprio. O terapeuta estabelece um relacionamento diretivo com o paciente, reforçado pela atitude do paciente de que o terapeuta deve saber o que é o melhor para ele. Nesse processo, há a pressuposição de uma ativa participação do paciente em sua própria cura e o auxílio é dirigido aos seus recursos internos para que possam restaurar seus poderes pessoais; construir no paciente um sentimento de auto-confiança que lhe permita dirigir sua própria existência.

Os indivíduos que em geral respondem à terapia de apoio são os que possuem boa força de ego e fizeram um ajustamento satisfatório até o momento em que vieram a necessitar de tratamento em função do impacto de pressões e do "stress" ambiental, ou em pessoas com estruturas egóicas muito fracas com poucas chan

ces de uma mudança real e que estão incapacitadas de suportar a ansiedade que está inevitavelmente associada com a terapia profunda. Os objetivos do tratamento são, portanto, parciais, não permitindo uma reabilitação completa da personalidade mas permitem ao indivíduo viver com suas defesas neuróticas da melhor forma possível. Em alguns casos a restauração do equilíbrio psicológico em decorrência da terapia suportiva capacita o indivíduo a desenvolver um crescimento interno espontâneo em direção a uma mudança reconstrutiva da personalidade. Esta mudança também pode ocorrer como resultado de uma experiência emocional saudável com o terapeuta.

Como exemplo de métodos terapêuticos considerados terapias de apoio temos a hipnose sugestiva, terapia somática, relaxamento muscular, hidroterapia, terapia de grupo inspiracional, arte-terapia e terapia ocupacional.

#### B) Psicoterapia reeducativa

Nas terapias reeducativas os objetivos a serem alcançados pretendem ser mais amplos do que os da terapia de apoio visando remodelar as atitudes e comportamentos do paciente em função de uma vida mais integrada e adaptada ao seu meio-ambiente. O terapeuta busca, através do seu relacionamento com o paciente, interpor-se entre este e o comportamento neurótico manifesto utilizando-se da recompensa para as respostas sadias ou pelo exame dos processos interpessoais do paciente com a finalidade de expor seus comportamentos neuróticos e seus conflitos, para determinar como e porque seu desajustamento continua a ser reforçado. Com tal conhecimento considera-se que o indivíduo está mais apto a reorganizar seus valores e padrões de comportamento.

O objetivo da terapia reeducativa consiste na modificação do comportamento através de reforços positivos e negativos e/ou de relacionamentos interpessoais. As mudanças conseguidas raramente são suficientemente profundas para produzir uma resolução dos conflitos inconscientes mas permitem ao indivíduo alcançar um controle sobre seus problemas, retificar algumas distorções ambientais e se ajustar a outras que por ventura sejam irremediáveis, assim como organizar suas metas de vida racionalmente, executando-as de modo efetivo, fortalecer alguns mecanismos de defesa e alterar outros que se encontrem desadaptados.

Para executar esse tipo de tratamento requer-se do terapeuta um treinamento específico que o torne sensível aos aspectos do comportamento que requerem alteração e serão vulneráveis a ela. A terapia é conduzida através da implementação de uma variedade de técnicas visando recondicionar o comportamento e pelo exame, feito pelo orientador e o terapeuta, das formas de relacionamento do indivíduo consigo mesmo e com os outros. Utiliza como técnicas auxiliares a sugestão, o placebo e as dinâmicas de grupo que desempenham um papel importante na interação entre terapeuta e cliente e, embora as experiências transferenciais e a quebra da resistência também ocorram, o principal instrumento terapêutico é a abordagem estratégica diretiva e as manobras destinadas a prover o indivíduo de novas experiências de aprendizagem corretas. Um esforço deliberado para o reajustamento é indispensável por parte do paciente, buscando, através do relacionamento com o terapeuta, a modificação de suas metas e o despertar das capacidades criativas existentes, com ou sem "insights" dos conflitos inconscientes.

A forma de atuação é dirigida pelo terapeuta que desem-

penha um papel ativo sendo incentivado um relacionamento positivo; as comunicações do paciente são focalizadas nos fatos atuais do dia-a-dia e nos seus relacionamentos interpessoais. Discussões específicas sobre o relacionamento terapêutico não são encorajadas e os sentimentos mais profundos do paciente para o terapeuta não são, via de regra, abordados.

As formas de terapia enquadradas nas psicoterapias reeducativas são mais indicadas para indivíduos com estrutura de personalidade relativamente saudável que buscam auxílio para clarificar suas idéias sobre uma dificuldade existencial ou um impasse situacional. São, no entanto, menos efetivas nos casos de problemas emocionais que contenham fortes elementos de ansiedade. É pouco provável que ansiedades motivadas por conflitos inconscientes possam ser manipuladas com eficácia através de técnicas que lidem exclusivamente com idéias conscientes.

Como exemplo de métodos considerados como terapia reeducativa temos a terapia comportamentista, terapia centrada no cliente, terapia diretiva, aconselhamento terapêutico, terapia familiar, psicodrama e abordagens filosóficas (Existencialismo, Zen Budismo).

### C) Terapia reestruturativa

As terapias reestruturativas buscam reduzir a força dos impulsos irracionais e colocá-los sob controle, aumentando o repertório de defesas e tornando-as mais flexíveis, alterando o sistema de valores do indivíduo visando adaptá-lo à realidade externa e às suas necessidades interiores.

Essas formas de terapia estão basicamente montadas no mo

delo genético-dinâmico da personalidade o que significa dizer que experiências passadas, na fase prematura da vida do indivíduo, e condicionamentos têm retardado o processo de crescimento psico-social normal e levam o indivíduo a atitudes e emoções que entram em conflito com a realidade e com os sistemas de padrões e idéias incorporados. O resultado é um estado de tensão e ansiedade. De acordo com tais hipóteses os sintomas apresentados são manifestações de um colapso no processo de adaptação e os esforços terapêuticos são dirigidos para os impulsos desorganizados que são destrutivos ao ajustamento total do paciente.

Em função desses objetivos se pretende fortalecer o ego do paciente diminuindo as defesas neuróticas que são incapazes de atender às necessidades do paciente. O instrumento de fortalecimento do ego é o aumento do conhecimento de si-mesmo e a vivência com um novo tipo de autoridade, na figura do terapeuta, de experiências que visam retificar as distorções de atitudes, sentimentos, valores e comportamento.

As psicoterapias reconstrutivas se distinguem das de apoio e reeducativas pelo grau e qualidade de "insights" que são mobilizados. Nas terapias de apoio o esforço para se alcançar o "insight" é mínimo e nas reeducativas, embora existente, é voltado para os problemas relativamente conscientes. Nas psicoterapias reconstrutivas busca-se levar o indivíduo a uma conscientização dos seus conflitos inconscientes cruciais e seus derivativos.

Os métodos empregados para trazer o material inconsciente à consciência foram desenvolvidos e descritos por Sigmund Freud e inclui as técnicas de associação livre, interpretação de sonhos, análise da transferência, o uso estratégico de interpre

tações e a análise das resistências ligada ao conteúdo do material inconsciente. Para isso a atitude do terapeuta consiste em abordar as defesas existenciais; constante análise de transferência e resistência através de uma postura passiva, anônima e não diretiva, no caso da psicanálise, sendo que tais padrões são menos definidos para as demais.

Existem quatro tipos principais de terapia baseada no "insight" com finalidades reconstrutivas:

- psicanálise freudiana
- análise do ego
- psicanálise neo-freudiana
- psicoterapia psicanaliticamente orientada

Todas buscam alterações reconstrutivas da personalidade e diferem, basicamente, pelos métodos de que se utilizam para chegar a esse objetivo. Em acréscimo a esses tipos principais existem várias formas de psicoterapia decorrentes da psicanálise, fruto de modificações em um ou vários conceitos e enfatizando a dinâmica da personalidade de um ponto de vista distinto, como por exemplo a psicanálise kleiniana, análise existencial e as terapias auxiliares (hipoanálise, narcoanálise, terapia de grupo analítica).

A classificação das psicoterapias quanto aos campos de conhecimento de onde provêm suas idéias fica dividida em:

- abordagem biológica, desenvolvida a partir dos conhecimentos provenientes da neurofisiologia, neuroanatomia, bioquímica, etologia e genética, com uma formação orgânico-fisiológica e não podendo ser considerada como estritamente psicoterapêutica. O método de tratamento utilizado são as terapias somáticas tais como as que se utilizam de drogas, a sonoterapia, a

terapia eletroconvulsiva, a insulino**ter**apia e a psicocirurgia (to**pe**ctomia e lobotomia).

- abordagem psicológica, que envolve as terapias de condicionamento e aprendizagem, as teorias de desenvolvimento , teorias de personalidade e a teoria psicanalítica. Os métodos de tratamento daí decorrentes são as psicoterapias em geral incluindo a psicanálise, a terapia comportamentista, o aconselhamento terapêutico e a hipnoterapia.

- abordagem sociológica, que congrega as teorias sociais, teoria de campo, ecologia, antropologia cultural e dinâmicas de grupo. Seus métodos de tratamento principais são as terapias de grupo, psicodrama, sociodrama, terapia familiar, terapia social e terapia transacional.

- abordagem filosófica, da qual, participa a filosofia e a religião, expressa pelos métodos terapêuticos do Existencialismo, Zen Budismo, Yoga e terapia religiosa.

Obyiamente, nos dias atuais, essas classificações tendem a se fundir em novas formas de considerar o problema da doença e da saúde mental, sua expressão, orientação e tratamento, num processo altamente dinâmico de reagrupamento de abordagens que nos permitem tentar acompanhar as constantes transformações por que passa o indivíduo, ao mesmo tempo que buscar adiantar-se a elas para prepará-lo a existir, constantemente, em processo de adaptação sem desestruturar o que de constante deve manter em seu psiquismo.

É intenção deste trabalho focalizar uma dessas práticas psicoterápicas, qual seja, a psicanálise. Tal escolha se atém principalmente ao fato de ter havido, nas publicações posterior-

res a Freud, uma omissão, e por vezes negação, do papel diretivo e do exercício de influência do terapeuta sobre seu cliente. As demais terapias, de uma forma ou de outra, atestam a presença ativa do papel do terapeuta no contexto psicoterápico sendo que algumas até colocam nessa atitude a razão de ser do seu método.

No caso da psicanálise se advoga uma postura neutra, não diretiva, não influenciadora e, portanto, isenta de poder que tentaremos melhor compreender, partindo do princípio de que a relação terapêutica psicanalítica é uma relação de ajuda e, portanto, implica necessariamente em influência e no exercício de poder, expresso sobre diferentes bases.

## IV - CARACTERÍSTICAS DO PODER NA RELAÇÃO PSICANALÍTICA

A) A Teoria Psicanalítica

As origens dos princípios teóricos de Freud remontam aos trabalhos de Breuer que, através do uso da hipnose no tratamento da histeria a partir de 1880 (38), proporcionou o primeiro alicerce para a postulação do funcionamento de processos psicológicos inconscientes. Quando seus pacientes estavam sob os efeitos da hipnose eram induzidos a falar livremente o que proporcionava uma expressão profunda da emoção e alívio para os sintomas. Por esses fatos, consideravam a hipnose catártica como uma demonstração experimental da possibilidade de fatos esquecidos virem a ser recordados e que os traumas que acompanham esses fatos passassem a ser trazidos ao consciente. Aparentemente, o fator terapêutico da hipnose era a descarga emocional do sujeito decorrente da recordação de fatos traumáticos reprimidos.

Breuer e Freud continuaram suas pesquisas na área por vários anos até a publicação, em 1895, do livro "Studien Uber Hysteria" (1893-1895) onde apresentavam suas conclusões de que os sintomas histéricos eram produzidos por experiências emocionais passadas, tão traumáticas para o indivíduo, que haviam sido eliminadas da consciência pelo uso do mecanismo de repressão. A energia mental associada a essas experiências ao ficar bloqueada se convertia em inervação física formando o sintoma. A descarga dessas emoções reprimidas, proporcionada pela hipnose, liberava a necessidade de converter a energia em sintoma. Este método foi denominado de catarse.

A observação de que esta liberação era unicamente de caráter temporal fez com que Freud iniciasse novas investigações.

Também sua atenção deslocou-se das experiências traumáticas trazidas durante a hipnose para as experiências passadas do paciente, anteriores ao evento traumático, e que teriam predisposto o indivíduo; a partir de então seus esforços terapêuticos foram voltados para a reconstrução do desenvolvimento emocional do sujeito, apesar das dificuldades oriundas da repressão.

Outro passo importante foi a busca de um método terapêutico que melhor capacitasse o ego a manejar os conteúdos mentais inconscientes, uma vez que a hipnose não acrescenta condições ao ego para tratar dos impulsos reprimidos. Na hipnose as funções de controle do ego são temporariamente apagadas em consequência da repressão do paciente com relação ao hipnotizador assumindo uma atitude passiva e obediente. Durante algum tempo, Freud utilizou-se de pressão sobre seus pacientes tentando fazê-los recordar os fatos responsáveis por sua doença; esses experimentos eram chamados de "sugestão em vigília". Tal método fracassou porque o paciente não era capaz de manejar o material trazido à consciência, (por isso o havia reprimido) e Freud passou a desenvolver um novo método chamado de livre-associação. Esse processo inclui um fator muito importante que é a relação emocional entre paciente e terapeuta, que através de uma atitude objetiva, não valorativa, permite ao paciente relaxar as resistências e falar livremente sobre suas idéias e fantasias, por mais absurdas que possam parecer, podendo expressar-se com inteira franqueza.

Uma parte indispensável do tratamento psicanalítico consiste em trazer à consciência os conteúdos psicológicos que foram reprimidos; tais repressões têm, de maneira geral, origem na infância, decorrentes da desaprovação, castigo ou ameaça de

perda do afeto percebida pela criança nos seus pais, como reação a seus impulsos infantis. Como o ego da criança ainda é fraco para enfrentar tal ameaça, a criança, para defender-se exclui es ses impulsos de sua consciência, e a repressão se torna um dos seus mais importantes mecanismos de defesa. A atmosfera emocional do relacionamento entre terapeuta e paciente visa facilitar a inversão desse processo de repressão pela reação do terapeuta desprovida de valoração ou julgamento que incentiva a franqueza e a auto-revelação de pensamentos e desejos que até então estavam ocultos de outras pessoas e até de si mesmo.

Em 1938, ( 36 ) Freud mostrou a importância dos sonhos como expressão dos desejos inconscientes e que venciam a barreira da resistência surgindo disfarçados em formas simbólicas durante o sono. A partir de então buscou aperfeiçoar uma técnica de interpretação desses símbolos para alcançar este material inconsciente.

Freud observou que ao ser encorajado a dizer o que vinha à sua mente o paciente verbalizava atitudes irracionais com relação ao terapeuta tais como ódio, amor, desapontamento, medo, etc., que não se justificavam na relação real. Percebeu que as atitudes reprimidas do paciente eram dirigidas progressivamente para o terapeuta havendo uma identificação deste com os persona gens significantes do passado do paciente, particularmente com seus pais. Este fenômeno foi denominado de "transferência" e tornou-se um dos pontos centrais do processo de cura. Através da transferência o paciente podia reviver as situações infantis, não resolvidas pelo seu ego frágil, em melhor condição de torná-las integradas à sua personalidade pelo ramanejamento do conflito.

Alexander ( 2 ) assim se expressa sobre a transferência:

"... a intensidade (do conflito na transferência) é reduzida por que as emoções que entram na transferência são reações a experiências anteriores e não à relação existente entre o médico e o paciente. A única relação verdadeira entre o médico e o paciente é a de que o paciente vai ao consultório do médico em busca de ajuda e o médico trata, por todos os meios possíveis, de que as esperanças de seu paciente sejam satisfeitas". Para Alexander, o fator terapêutico decisivo consiste na diferença entre as reações do psicanalista e a das figuras significativas do passado do paciente como os pais e irmãos. É importante que haja um discernimento por parte do paciente de que suas reações não estão adaptadas à relação entre ele e o terapeuta, não apenas um discernimento intelectual mas também uma experiência emocional. Alexander ( 2 ) denomina o reconhecimento desta discrepância entre a situação de transferência e a relação real entre o paciente e terapeuta de "experiência emocional corretiva". O tratamento psicanalítico consiste, portanto, numa série de experiências emocionais corretivas que vão se alternando na medida em que o conteúdo emocional da transferência vai se modificando, "resulta evidente que a interpretação do psicanalista, ao assinalar a situação infantil em que a atitude de transferência tem suas raízes, é efetiva unicamente porque a situação terapêutica é, em realidade, diferente da situação infantil, ... a experimentação da diferença que existe entre ambas é o fator mais importante que as interpretações, que só fazem transformar em palavras os sentimentos que o paciente experimenta".

Através de seus estudos sobre a associação livre, interpretação de sonhos e análise da transferência Freud supôs a existência de uma parte dinâmica do psiquismo que não estava submeti

das leis de funcionamento mental. Chamou a este aspecto do psiquismo de inconsciente e procurou determinar que tipo de lei caracterizava o seu funcionamento. A partir de então formulou uma topografia da mente dividindo-a em três sistemas: o inconsciente, o pré-consciente e o consciente.

A observação de que uma grande parte dos símbolos trazidos pelo inconsciente eram relacionados com material sexual levou Freud a concluir que os eventos traumáticos mais importantes que haviam sido reprimidos eram de natureza sexual. Os sintomas podiam ser explicados como uma expressão substitutiva dos impulsos reprimidos.

Na sua teoria dos instintos, Freud reconheceu um instinto fundamental a que chamou Eros, instinto de vida, manifestado por uma força chamada libido, que estava sujeita a várias vicissitudes no curso do desenvolvimento do indivíduo. Esta força instintiva desloca seu ponto de concentração no indivíduo ao longo do seu desenvolvimento situando-se na zona oral, durante o primeiro ano de vida; já no final do primeiro ano situa-se na zona anal provocando prazer pela expulsão e retenção das fezes e, em torno dos três anos de idade a libido centraliza-se na zona fálica, o pênis ou clitóris. Fundamentalmente, as relações objetais são ainda primitivas e a criança experimenta um estado de ambivalência respondendo a seus pais e outras pessoas com sentimentos de ódio e amor.

Este estágio do desenvolvimento psicosexual do indivíduo se prolonga no chamado Complexo de Édipo que se constituía, para Freud, no conflito crucial e central no desenvolvimento da personalidade e que se caracteriza pelo profundo interesse despertado no menino por sua mãe. Na menina há, um incremento no interes-

se sexual pelo pai e, invejando o homem pela posse do pênis, cria um desejo de repudiar sua feminilidade acusando a mãe de responsável por não possuir um pênis e voltando seu interesse para o pai. A hostilidade do menino contra o pai o leva ao desejo de eliminá-lo como um rival e ao medo de que este também o destrua, gerando grande ansiedade, principalmente pelo medo da castração. A intensidade do medo e da ansiedade o leva a abandonar seu interesse pela mãe a transportá-lo para a figura do pai reprimindo seus impulsos hostis. Da mesma forma a menina resolve sua inimizade com a mãe assim como seu interesse sexual, por seu pai.

A resolução do Complexo de Édipo é ponto central na formação do caráter e na manifestação dos sintomas neuróticos do indivíduo. O repúdio aos impulsos sexuais e hostis, e a incorporação das proibições e injunções parentais resultam na cristalização de um aspecto do psiquismo chamado super-ego que assume as funções valorativas, proibitivas e punitivas assimiladas do meio externo. Uma parte do super-ego consiste de formas ideais em potencial para as quais o indivíduo se sente impulsionado e que é chamado de ego ideal. O super-ego se torna o guardião da moralidade introjetada, a partir dos valores de aprovação e punição introjetados das figuras de autoridade e cuja rutura favorece o aparecimento de culpa no indivíduo provocando um desequilíbrio no seu psiquismo expresso através de, por exemplo, necessidade de punição, sentimentos de inadequação e rebaixamento na sua autoestima.

A resolução adequada do Complexo de Édipo vem associada com a canalização da libido na zona genital e que capacita o sujeito a relações sem ambivalência, maduras e com objetos totais.

Após esse processo o indivíduo passa pelo chamado "pe-

riodo de latência", caracterizado pela neutralização dos impulsos sexuais, o que termina na puberdade com a exacerbação da libido e a reativação dos interesses edípicos. Há uma revivência dos conflitos edípicos e, nas soluções normais, o indivíduo transfere seu interesse sexual para pessoas fora da família e de sexo oposto. A menina renuncia a seus interesses masculinos e aceita seu papel feminino. Ocorre, por vezes, uma fixação da libido nas zonas oral, anal ou fálica impedindo o desenvolvimento psicosexual normal do indivíduo. Freud considerava que isso era devido tanto a fatores experienciáveis quanto constitucionais. A fixação da libido, além da interferência no desenvolvimento da sexualidade madura, constitui-se em um polo de retorno do indivíduo quando este se depara com frustrações e dificuldades intransponíveis; quando isso ocorre as atitudes e interesses infantis são revividos tal como a relação com os objetos parciais e a volta ao narcisismo.

Além da teoria da libido Freud elaborou o conceito de instinto de morte para explicar os fenômenos não explicáveis em termos de libido. O instinto de morte consiste nos impulsos agressivos e destrutivos que se situam no id manifestando-se numa repetição compulsiva em direção a um estado primário do organismo.

De forma a compreender melhor as operações do aparelho psíquico, Freud elaborou uma teoria estrutural do psiquismo constituída pelo id, o depositário da energia instintiva; o super-ego, servindo como censor e o ego como mediador entre o ajustamento interno e externo do indivíduo. Esta subdivisão vinha preencher uma necessidade conceitual em que Freud classificou o id como o repositório do instinto de vida e do instinto de mor-

te. O id provê o indivíduo de energia chamada libido revitalizando o organismo de forma a atender a um "princípio de prazer", por todos os canais disponíveis. Logo após o nascimento o id sofre modificações através das impressões recebidas pelos órgãos de percepção. Ao mesmo tempo em que o ego vai evoluindo a criança inicia uma percepção de si mesma diferenciada do mundo, aumentando as funções do ego e submetendo o id aos requisitos do "princípio de realidade".

Com a continuação de seu trabalho Freud observou que a repressão emocional das experiências traumáticas infantis não era a causa primária das neuroses e sim que os sintomas neuróticos eram uma forma de defesa do psiquismo contra a luta entre os instintos reprimidos e a consciência, o que ocasionou uma revisão drástica na sua teoria das neuroses em 1926 (39).

Como instrumento de defesa do ego contra a ansiedade originada das situações traumáticas o organismo dispõe de uma variedade de mecanismos tais como: - a repressão, - a projeção, - a introjeção, - a racionalização, - a regressão, - a negação, - a formação reativa e - a sublimação.

Quando o ego não conseguiu, ao longo do seu desenvolvimento, estabelecer uma estrutura forte e sadia necessita constantemente estimular suas defesas privando o id de suas formas essenciais de gratificação e desviando o ego de um contato adaptativo com a realidade.

Caso a formação do super-ego apresente problemas ou o Complexo de Édipo não tenha encontrado uma solução hábil surgirá no indivíduo fortes sentimentos de culpa e inferioridade ou pode ocasionar comportamentos psicologicamente desviantes. A harmonia entre as três instâncias do psiquismo conduz o indiví

duo à formação de uma estrutura de caráter que favoreça os relacionamentos construtivos e a adaptação social, caso contrário o indivíduo desenvolverá alguma forma patológica de comportamento.

A função do super-ego de não permitir a liberação de tensão pelo uso da repressão se opõe aos esforços do id de descarregar a tensão acumulada. A energia reprimida utiliza-se de formas substitutivas de descarga através de mecanismos como a simbolização, condensação, distorção e deslocamento. Os sonhos, fantasias e sintomas são expressões de tais mecanismos. Se a repressão em controlar a tensão provar-se ineficaz é possível que ocorra um retorno aos modelos primários de adaptação.

A terapia psicanalítica freudiana está baseada na teoria da libido e na hipótese de que o estado neurótico tem sua origem na repressão de determinados aspectos e experiências do eu, pelo medo da punição e da perda do amor dos pais. As atitudes, medos e sentimentos reprimidos assim como as experiências infantis a elas associadas permanecem lutando para alcançar a consciência mas são mantidos afastados dela pelo medo de que se repita a punição ou a ameaça de perda, agora proveniente do super-ego, o que impede o indivíduo de entrar em contato com seus conflitos básicos. A energia canalizada para manter a repressão e sustentar as defesas contra a ansiedade impede que o indivíduo a use no seu desenvolvimento psicosexual.

Estas defesas continuam a existir mesmo quando não existe mais a situação que as originou, o ego do adulto continua a se defender desses perigos e é impelido até a procurar situações semelhantes que substituam o conflito original como que para justificar seu modo de reação habitual, podendo distorcer

a percepção do real e contaminar o ego até o ponto em que surge a neurose.

### B) A técnica psicanalítica

Embora atualmente várias modificações tenham sido introduzidas na prática da psicanálise algumas formulações de Freud continuam a ser aceitas e reconhecidas como indispensáveis. As principais invariantes da técnica psicanalítica repousam em procedimentos como o uso da associação livre, a postura reclinada do paciente, o papel passivo do terapeuta, o encorajamento da transferência, a consideração de fatos que transcendem a realidade e o uso dos sonhos como material de análise.

O ponto central de todo o trabalho analítico é a transferência. Como foi abordado anteriormente, a transferência consiste em trazer para a relação atual entre paciente e terapeuta, sentimentos, atitudes e conflitos do passado, relacionados especialmente às figuras parentais e que encontram, na situação analítica, uma condição de expressão e conseqüente possibilidade de serem definitivamente resolvidos. O conflito considerado central no desenvolvimento do estado neurótico está relacionado ao Complexo de Édipo e constitui, portanto, o núcleo do tratamento analítico, a sua análise e resolução na situação transferencial. Para Wolberg (110) "... quando o Complexo de Édipo não é revelado, suas manifestações patológicas não são analisadas e trabalhadas e onde as memórias das experiências primárias infantis reprimidas não foram restauradas, o tratamento é considerado incompleto".

A transferência tem caráter ambivalente podendo mani-

festar-se em atitudes afetuosas e positivas como em hostilidade com relação ao terapeuta. Na medida em que é positiva tende a alterar favoravelmente o tratamento desviando o propósito imediato do paciente de ficar livre de seus problemas para o de agradecer o terapeuta e buscar nele amor, incentivo e proteção. Esta atitude favorece grandemente a colaboração do paciente "... sob a influência deste propósito, o paciente atinge coisas que, de outro modo, estariam além do seu alcance; seus sintomas desaparecem e ele parece ter se recuperado - tudo isso simplesmente a partir do amor pelo analista ... Os êxitos terapêuticos, que têm lugar sob a influência da transferência positiva, estão sob a suspeita de serem de natureza sugestiva" (36).

Uma vez que a transferência deve ser incentivada, supõe-se que o terapeuta se utilize de meios para consegui-lo como por exemplo, através de uma atitude extremamente passiva que é interrompida por suas interpretações dos conteúdos dos sonhos do paciente ou quando ocorre um tipo especial de verbalização do paciente calcada na livre associação. "A passividade por parte do terapeuta deve ser mantida mesmo em períodos de longo silêncio. O terapeuta deve refrear reações emocionais ou responder, positiva ou negativamente, a qualquer verbalização ou não-verbalização de atitudes ou sentimentos expressos pelo paciente!"(110)

É necessário um contato intenso com o paciente o que determina uma base de cinco sessões de análise semanais, para inclusive dificultar o "acting out" do paciente fora do contexto analítico; e a posição deitada do paciente que favorece o relaxamento e se aproxima das posturas físicas infantis. "... isso ajuda também ao terapeuta focalizar o conteúdo inconsciente sublinhando as verbalizações do paciente sem ter que ajustar-se

as exigências existentes na posição "face-to-face". (110)

O terapeuta mantém-se assim dentro de um certo anonimato não fornecendo ao paciente informações pessoais devendo manter sempre uma atitude não-valorativa, não punitiva, sem condescendências e isento de posições dogmáticas.

Com esta atitude, o terapeuta visa, também, incentivar o paciente a verbalizar o que lhe vem a mente (livre associação), o que é regra básica no processo psicanalítico e irá permitir que os conflitos inconscientes e suas lembranças venham a ser revividos. Assim como a passividade do terapeuta, a livre associação também acelera a evolução da transferência.

O terapeuta deve interferir quando surgem as resistências ao desenvolvimento da livre associação de idéias do paciente utilizando-se da interpretação até que o paciente prossiga com sua verbalização.

A análise dos sonhos é uma das formas de se ter acesso ao material inconsciente possibilitando a ativação do material reprimido e o conhecimento das defesas tal como são reveladas na estrutura dos sonhos, o que também auxilia o desenvolvimento da situação transferencial.

O trabalho da análise consiste em "... induzir o paciente a abandonar as repressões próprias do seu primitivo desenvolvimento e a substituí-las por reações de um tipo que corresponda a uma condição psiquicamente madura" (35). Através, então, dos fragmentos de lembranças trazidos à tona pelas associações, sonhos e comportamentos do paciente na análise inicia-se o trabalho do terapeuta de interpretá-los e com isso iniciar-se o processo de reconstrução da personalidade do paciente. A si-

tuação de transferência é um meio de favorecer tal evento e é, portanto, o relacionamento terapeuta-cliente, com suas características, que indiscutivelmente caracteriza o tratamento. Terapeuta e paciente possuem tarefas distintas cabendo a este último recordar algo que foi experimentado e reprimido e ao terapeuta induzir o paciente a tais recordações, alcançar os determinantes dinâmicos desse processo, através da interpretação e completar, o que foi esquecido, a partir de inferências oriundas dos fragmentos de material oferecidos pelo paciente. Esta atividade de reconstrução constitui-se num trabalho preliminar no sentido de que é necessário ser primeiro levado ao conhecimento do paciente para que este possa agir sobre ele, mas é um processo dinâmico pois não se esgota aí e sim continua a ser reconstruído a partir do "feed back" que então é oferecido ao paciente e a idéia subjacente por ele completada.

As interpretações da transferência são fontes essenciais de levantamento desses dados favoráveis à reconstrução. Interpretação é a reorganização do material apresentado pelo paciente evidenciando seu sentido latente e é aplicada aos comportamentos do indivíduo que denotam a presença dos conflitos defensivos, da resistência e da transferência através dos sonhos, atos falhos, sintomas, etc.. É, por excelência, a forma de comunicação e ação do psicanalista sobre o paciente. Embora esteja presente desde as origens da psicanálise só se tornou um modo principal de ação terapêutica quando a técnica psicanalítica começou a definir-se em 1911 (45), sendo então considerada quanto às suas regras técnicas, nível, tipo e ordem de apresentação. Embora seja a forma principal, a interpretação não pode ser considerada como a totalidade das intervenções do analista, pois

diferencia-se de outras colocações tais como o encorajamento do paciente para falar, a explicação de um mecanismo ou de um símbolo e das construções, que são colocações feitas para o paciente de um fragmento de sua história primitiva por ele esquecida.

As interpretações, mesmo corretas, são comumente rejeitadas pelo paciente como parte da manifestação de suas resistências. Com a persistência por parte do terapeuta na elaboração das interpretações elas acabam por ser positivamente consideradas o que leva o paciente a obter grandes "insights" liberando-o dos sintomas neuróticos.

A técnica psicanalítica prevê que o terapeuta se mantenha atento com relação aos seus próprios sentimentos para com o paciente durante o processo analítico. Freud vê na contra-transferência "a influência do doente sobre os sentimentos inconscientes do médico" (40), não só a pessoa do analisando como mais particularmente a transferência que este desenvolve sobre o terapeuta.

Assim como o paciente, o terapeuta também está sujeito aos seus próprios complexos e resistências internas, o que vai requerer que o analista se submeta a uma análise pessoal. Em sendo a contra-transferência uma reação à transferência, ela pode existir tanto da parte do analista quanto do analisando, sendo necessário, portanto, distinguir, em cada uma das duas pessoas, o que nelas há de transferência do que é contra-transferência. Por vezes é de extrema utilidade que o terapeuta guie sua interpretação pelas suas próprias reações contra-transferenciais estabelecendo-se assim uma comunicação "de inconsciente para inconsciente". Formas comuns de contra-transferência podem ser apre-

ciadas por sentimentos sádicos com relação ao paciente, impulsos de onipotência, desejos de rejeitar o paciente ou de não conseguir experienciar seu relacionamento com ele.

Esta aliança criada e vivida entre terapeuta e paciente ajuda a fortalecer o ego do paciente e o torna mais e mais capaz de trabalhar seus problemas sem buscar derivativos para seus conflitos inconscientes.

A contínua interpretação do terapeuta, os sentimentos, a atitude de resistência do paciente permitem a este alcançar seus medos infantis e trazer à superfície situações que poderão ser trabalhadas e resolvidas através da transferência. O paciente estará então liberto das fixações libidinais e poderá utilizar sua energia, agora liberada, para desenvolver-se mais produtivamente.

a) "Setting" e postura do terapeuta

"Uma espécie de deus invisível, enorme ameba, goleiro fantástico, que estira seus pseudópodos, intercepta nossas mensagens, e impávido nos devolve uma bola que caiu em sua casa, mas não lhe pertence. Quando nos pomos de pé, trata-se de um senhor, ou de uma senhora de amabilidade e traje corretos, que desfruta de prestígio social e de uma excelente posição econômica. Estará sempre ali, para nós, à mesma hora, salvo os feriados e as férias anunciadas". ( 86 )

No intuito de melhor compreender a relação terapeuta - cliente iniciaremos uma análise do ambiente em que ocorre tal relação. Este ambiente ou "setting" inclui o papel desempenhado pelo analista, o conjunto dos fatores espaciais e temporais

e uma parte da técnica, esta mais diretamente ligada a uma estratégia de ação do que a própria técnica em si, incluindo o contrato analítico, com o estabelecimento e a manutenção de horários, honorários e interrupções planejadas. O "setting" é todo o fundo gestáltico sobre o qual vai se desenvolver o processo analítico, fundo este que se transforma em figura confundindo-se com o processo e, por vezes, dirigindo-o em seu curso. Bleger (15) sugere que a relação terapêutica entre analista e paciente "...abarca fenômenos que constituem um processo, ou seja, o que é objeto de nossos estudos, análises e interpretações, mas inclui também um enquadramento, isto é, um "não processo", constituído pelas constantes, pelos marcos em cujo interior se desenvolve o processo".

Esse enquadramento nunca é idêntico ao processo propriamente dito da situação analítica, porque na ocorrência de "faltas" do cliente para com o enquadramento a atitude do analista é a de através da interpretação, voltar a restabelecê-lo, o que não ocorre na atitude do terapeuta para com a análise do processo existencial do cliente.

Em 1909, com o caso do Homem dos Ratos, Freud (41) permitiu, através de suas anotações, que se pudesse observar seu estilo técnico, quer fosse pelas suas interpretações, quer pelo estilo metafórico de sua linguagem. Acreditava ele que o estilo de atuação do analista deveria ser compatível com a sua individualidade e acrescentou: "... não me atrevo a contradizer o fato de que um médico com uma constituição muito diferente possa ver-se levado a adotar atitude diversa com seus pacientes e com a tarefa que está diante de si". (42) Abordava assim a possibilidade do estilo pessoal de cada terapeuta ser desenvolvido dentro de

um "setting" que também não era ainda totalmente estruturado. O estilo da técnica de Freud nesta época (1909) sofreu algumas reformulações, principalmente quanto ao envolvimento permitido com o cliente e a participação deste na vida pessoal do analista. Coltrera e Ross (20) descrevem episódios dessa fase da técnica psicanalítica, como o fato de Freud convidar pacientes para refeições com sua família e, durante a 1ª. Guerra Mundial angariar fundos para auxiliar o "Homem dos Lobos" que havia sido privado de suas propriedades na Rússia.

Nota-se que a estruturação do "setting" freudiano acompanha seu aprofundamento teórico, tornando-se cada vez mais simbólico e mais determinado em seus detalhes. Uma vez que o seu conhecimento da dinâmica emocional do cliente e o próprio objetivo da terapia se modificava, o relacionamento do analista com o cliente assumia também novas dimensões, de tal forma que o ambiente, o enquadramento, com todas as percepções por ele suscitadas passaram a ter nova dimensão para o processo. Em 1912(42) Freud abordou a atitude do analista como devendo se apresentar de maneira passiva-receptiva, com uma "atenção flutuante uniforme", que não deveria se concentrar mais num material do que em outro permitindo a este (material) desenvolver-se espontaneamente através do cliente evitando sempre as atitudes valorativas e de julgamento antecipado. Ocorreu, portanto, uma grande alteração do método psicanalítico de Freud desde suas primeiras investidas através da hipnose. A atitude de Freud frente ao cliente foi se transformando da atitude médica flagrantemente ativa, implícita ao ato de curar, para uma divisão de responsabilidade e papéis, sem dúvida definidos pelo terapeuta mas sem o aspecto coercitivo e sugestivo de seus métodos anteriores. Especificou alguns dos enganos

que um analista poderia cometer, como por exemplo o fato de expor sua própria vida interna visando encorajar o paciente a se expor. Tal atitude comprometeria a elaboração e o desenvolvimento da neurose de transferência.

Um dos exemplos usados por Freud para caracterizar a atitude cabível a um analista era a de um cirurgião durante uma operação, atento e orientado para o material que se apresenta mantendo seus sentimentos pessoais ausentes, "o analista deveria ser um espelho para seus pacientes". (42) Tal comparação representa uma aparente contradição com a natureza empática da relação entre paciente e analista.

Com relação aos seus artigos ligados à formulação da teoria psicanalítica podemos dizer que Freud especificou muitos poucos dados sobre a técnica em termos de "setting". Freud atribuía, em parte, tal carência de informações a problemas implícitos ao processo analítico que o impedia de ser mais específico quanto ao transcurso da análise. Apontava a existência de certas lacunas de conhecimento que assumiam diferentes disposições em diferentes situações de análise. As regras por ele adotadas ficavam sujeitas às desigualdades provenientes de diferentes relações psicoterápicas. Possivelmente as normas utilizadas por Freud assumiam caráter mais rígido na medida em que mais e mais precisava firmar suas descobertas para uma platéia descrente e onde os possíveis erros assumiriam proporções ameaçadoras à nova ciência. No seu artigo de 1913 (34) abordou alguns problemas que surgem no início do tratamento; já não mais adotava o hábito de explicar aos seus clientes certas formulações psicanalíticas e contestava as conversas e discursões antes do começo do tratamento pois poderiam interferir com a instauração

da neurose transferencial. Diretamente desaconselha que se aceitem como clientes pessoas amigas ou parentes destas sob o risco de vir a conspurcar tal amizade.

Quanto ao tempo, o tratamento é necessariamente longo devido ao próprio processo neurótico, a demora em se obterem mudanças profundas de personalidade e também à intemporalidade do inconsciente. Não sendo razoável tentar selecionar sintomas deixando outros de lado, a técnica requer um tempo prolongado, dependendo muito mais do paciente e de sua capacidade de reestruturação.

Outro detalhe introduzido foi o uso do divã, utilizado pelo paciente e que era uma decorrência de vários fatores: uma herança da época em que se utilizava da hipnose, a idéia já habitual dessa postura frente ao exame médico, o mal estar pessoal que gerava em Freud estar sendo encarado durante muito tempo, o fato de esta postura inclinada favorecer o estado de relaxamento que é necessário à fluência de associações e idéias livres no paciente e a proteção do desenvolvimento normal da transferência que seria prejudicada pela "leitura" do rosto do analista pelo paciente caso este assumisse uma postura face-a-face. Tal postura deveria fazer parte de um cenário razoavelmente bem iluminado, sem que a luz incidisse diretamente sobre o paciente; a decoração simples sem muitos elementos dispersivos mas acolhedora, com uma temperatura agradável e pequenos ruídos comuns ao dia-a-dia das residências.

Esse meio ambiente em que o cliente convive com seu terapeuta é visto por Winnicott (109) como decorrente da situação de "maternagem inicial" favorecendo a regressão dos pacientes na

situação analítica. A organização do "setting" corresponde a essa situação de maternagem inicial de forma idealizada. No "setting" o analista entra em contato com o processo do paciente buscando compreendê-lo e comunicando esta compreensão através de palavras. Estimula a confiança do cliente por suas atitudes de presença pontual e ausência de sentimentos fortes como ataques de raiva ou paixão, e através da interpretação consegue separar o fato da fantasia de forma a não se sentir agredido por um sonho ou fantasia de agressão e não haver a situação de revide ou punição.

Em resumo, o analista mantém-se comportado, com uma atitude madura e, se observarmos bem, incutindo uma similaridade entre este "setting", com sua técnica, e a mãe protetora. Na medida em que o paciente está regredido, o divã e as almofadas aparecerão em suas idéias e sonhos associados à pessoa do analista, confundindo-se com ele.

Toda a forma como se organiza a psicanálise clássica leva a uma grande tranquilização do paciente, especialmente pela objetividade e pelo comportamento fidedigno do analista com suas interpretações construtivas e sem o risco de ser explorado destrutivamente por paixões momentâneas. "A simples presença de uma pessoa interessada que fala num tom tranquilizador é por si mesmo um apoio. ... são seu comportamento e o tom de sua voz os aspectos mais confortadores" (100). É todo um esquema montado para favorecer a confiança mútua, e sua influência na situação analítica é tão sutil que só nos damos conta de sua extensão no momento em que algo é modificado, "... o que sempre está só é perceptível quando falta". (15)

Esta influência incide direta e indiretamente sobre o

cliente através de todo o seu conjunto de normas e atitudes dentro das quais devem se desenrolar os comportamentos. Tal enquadramento pode ser visto como uma forma de instituição cujas normas, padrões e valores tendem a manter o indivíduo num determinado "status quo", visando um objetivo definido, no caso da análise, a cura do paciente. Esta institucionalização da relação de verá moldar certas estruturas individuais do paciente levando-o a considerá-la uma extensão de si mesmo, um limite do seu esquema corporal e um núcleo de sua identidade. Como consequência desse engajamento com o "setting", o próprio paciente o reforçará sentindo profundas alterações na relação quando algo, já institu- cionalizado, vem a ser alterado, como Fenichel (26) cita: " Não há dúvida nenhuma de que as estruturas individuais criadas pelas instituições ajudam a conservar essas mesmas instituições".

O enquadramento, portanto, tenderá a ser mantido como invariável e terá como função ser o marco e a sustentação do relacionamento, e é fator decisivo para a conduta do paciente, "é a metaconduta da qual dependem os fenômenos que vamos reconhecer como condutas. É o implícito, do qual no entanto o explícito depende". (15 ). Com isso o paciente estará cumprindo parte da regra fundamental da análise, aceitando uma postura, compromisso, contrato de tempo, espaço e dinheiro e toda uma série de comportamentos permitidos, e evitando outros proibidos, para que possa, então, iniciar-se num processo terapêutico "livre". O processo propõe tal liberdade ao paciente pois a parte simbiótica da relação psicoterápica está depositada no enquadramento enquanto este é cumprido, o que portanto mantém a simbiose fora do processo analítico em si. De certa forma, todo paciente já traz um en- quadramento dentro de si como uma parte primitiva de sua perso-

nalidade, parte esta que é restaurada na análise pelo "setting" como forma de instituição da relação simbiótica primitiva e que é agora revivida através do enquadramento.

O enquadramento vai caracterizar-se pela mais perfeita compulsão à repetição. Ele é na verdade uma aglutinação de dois enquadramentos: - o primeiro é aquele proposto e mantido pelo analista e que é conscientemente aceito pelo paciente, - e o segundo é uma projeção do paciente de seu mundo fantasma sobre o primeiro. É esse segundo aspecto do enquadramento que se apresenta tão suscetível às infrações ou alterações de qualquer detalhe do "setting". Deve-se considerar também que as alterações de detalhes não são apenas de detalhes mas de partes de uma gestalt que, portanto, ao se alterarem desestruturam uma parte da organização psicológica mais primitiva do paciente o que leva à necessidade de evitar que o "setting" seja ambíguo, cambiante ou alterável.

A permanência do paciente e sua ligação com o "setting" vão requerer constante análise de forma a evitar que se transforme numa organização excessivamente estabilizada afetando a organização da personalidade e impedindo seu desenvolvimento pela permanência num estado simbiótico primário. Em outras palavras, o sujeito deve adquirir um ego adaptado em função dessa modelagem externa da relação institucionalizada.

É interessante notar que esse enquadramento se altera de acordo com o enquadramento social em que está inserido. As relações entre o analista, seu paciente e a problemática dele terão seu dinamismo modificado a medida em que se modifica o enquadramento social de cada cultura. Conforme Khan (62) exemplifica: "... o xamã de uma cultura, que é eficaz em um enquadramento

social com seu código cultural simbólico estabelecido e suas significações, não será eficaz em outro enquadramento".

A influência do aspecto social na formação do relacionamento terapeuta-cliente e seu enquadramento é visto pela diferença, entre terapeutas, do grau de envolvimento com o paciente e sua doença mesmo quando obedecendo a um princípio geral. A própria psicanálise é resultado de um processo sociológico avaliado e sintetizado por Freud que proporcionou aos indivíduos alienados desse convívio social um novo enquadramento. A doença mental e as perturbações do comportamento são fenômenos antigos mas o paciente analítico é um produto da civilização moderna. Esse enquadramento terapêutico é montado a partir de determinantes, e de situações determinadas, para induzir o paciente a partilhar seus símbolos com o desconhecido, o terapeuta, que por sua vez também dispõe de seus símbolos desconhecidos ao paciente, gerando desconfiança um no outro e trazendo para a relação as características da realidade exterior. Na verdade a estruturação do "setting" analítico sintetiza o mundo exterior, ou melhor, aquela parte do mundo que o homem encontra maior dificuldade em se adaptar, favorecendo a repetição, tantas vezes quantas necessárias, das condições propícias para que ele, paciente, se enquadre no seu meio social. "O enquadramento terapêutico de Freud não dá ênfase apenas à compreensão do significado e à solução da doença mas, mais importante e fundamental, é a descoberta, pelo analista e pelo paciente, juntos, de uma linguagem simbólica mais ampla e mais rica que o esforço individual e a tradição de cada um isoladamente". (Khan)

A confiança de "ser" do paciente dentro da situação analítica indica a capacidade deste em atribuir poder ao tratamento,

isso inclui tudo que a ele está configurado, o terapeuta, sua postura, seu ambiente já pronto e sem oscilações e um tempo definido e constante. O "setting" e o terapeuta são os reais veículos do tratamento. Ambos obedecem a um delineamento que antecede a existência do paciente, e são oferecidos a este com seus limites, nem todos conscientes, e suas propostas teóricas pré-concebidas.

Todo esse aparato tem grande poder de influência sobre o paciente, o que se não ocorrer, o levará a se afastar do tratamento. Nesta fase inicial, de "setting", contrato e contato, com um terapeuta, desenvolve-se a nosso ver a indução de um campo de forças interno do paciente através das normas e valores que estão implícitos no contrato analítico e que se compara ao tipo de poder definido por French e Raven (30) como o poder de legitimidade. Está sendo conferido ao terapeuta o poder legítimo de influenciar A, que se dispõe a aceitar tal influência; não é apenas uma relação de "papel" mas envolve uma noção de compromisso, código e padrão aceitos pelo paciente, e em virtude dos quais o terapeuta pode assegurar o seu poder. Em geral, os padrões que são encontrados na base da legitimidade são retirados dos valores socio-culturais.

No âmago de toda atividade profissional existe o caráter legítimo do exercício de tal profissão e assim também o é no exercício da atividade profissional de psicanalista. Esta, porém, está envolta num contexto mais complexo e não tão bem definido como outras profissões como Advogado, Administrador, etc. Esta complexidade é oriunda da própria ambigüidade inerente ao processo e ao papel profissional do psicanalista, que inclui uma dupla mensagem. Como o tratamento psicanalítico irá emancipar o

paciente de uma atitude infantil que a própria situação analítica reforça e até institucionaliza? Propõe-se ao paciente um trabalho de liberação e desrepressão sem com isso alterar a estrutura de seu novo papel analítico. Espera-se que "ele supere seu pai sem que lhe permitam questionar esse novo pai analista" (99), e se questiona ou rebela-se terá seu comportamento interpretado, invariavelmente, como resistência. No pensar de Schneider, tal atitude, se não for adaptada à situação vivenciada naquele momento, pode tornar-se contraditória com a lógica analítica, pois já que o analisando transfere sua relação problemática para o analista, também devem se incluir como óbvias a rebeldia principalmente quando se relaciona a sentimentos de não estar sendo querido, ouvido ou cuidado.

Afinal, objetiva e subjetivamente, o paciente está diante de um indivíduo interpretador e intocável que está fora do seu campo visual (objetivamente), que detém grande parte de sua história e um conhecimento cujas premissas lhe escapam. Todas as peças do jogo já estão dispostas antes do paciente aproximar-se do tabuleiro e elas se dispõem a um tipo de jogo e não a outro qualquer. Nas palavras de Freud (34) o analista só conhece o início e o final pois as jogadas intermediárias não podem ser previstas.

Este contexto e sua repetição no "setting" são forjados a partir do contexto social e, neste contexto, a estruturação sócio-política-familiar que o caracteriza é definida pelas suas relações de poder. Sendo assim, é incogável que tal situação seja levada para o "setting" analítico, e, mais ainda, seja um aspecto central da relação o fator indispensável à reprodução e revivência dos traumas reprimidos, no contexto sócio-familiar, na

situação analítica, "... a irreversível separação dos papéis de analista e analisando, de "sadio" e "doente", reproduz - mesmo de forma diferente (isto é, experimental) e com outras intenções (isto é, terapêuticas) - a separação irreversível de poder e papel na família, entre "privilegiados" e "desprivilegiados", "maduros" e "imaturos", "superiores" e "inferiores", que fizeram com que o paciente adoecesse" (99).

Para que se restabeleça, é preciso que ele (paciente) conquiste seu papel e poder e, já que a própria situação analítica, que se constitui numa "relação de poder discreta e cheia de tato" (99) lhe oferece tal oportunidade, provavelmente não será sempre uma forma de resistência a sua rebeldia, mas sim a transferência mais plausível de propiciar sua "cura".

Isso, porém, pressupõe que o analista esteja cõnscio do dado de realidade de sua postura, "setting" e formação como sendo e estando envolvidos na relação de hierarquia com que se instaura o processo psicanalítico. Sõ assim ele poderá, sem sentir-se ameaçado, trabalhar, desde o início do tratamento, o momento em que o seu paciente redefinirá seu papel analítico, havendo assim a verdadeira emancipação, (no tratamento e no seu processo existencial), do "ser" frente a si mesmo e à hierarquia social de que faz parte. Se em função de uma ortodoxia não questionada o analista não busca rever seu papel influenciador, poderá dificultar seu paciente a se portar como um adulto, contribuindo para a manutenção de uma relação de dependência artificial característica das análises intermináveis e, tanto o "setting" como a pessoa do analista ficam assim estilizados e empobrecidos.

A negação, portanto, da relação de influência e poder entre analista e paciente pode, além de contradizer o princípio

da psicanálise do tornar consciente, impedir que tal relação de influência altamente necessária se converta em crescimento pessoal para ambos, treino de atitudes e sentimentos a serem desenvolvidos fora da "protegida" sessão analítica e, que justamente por ser aceita e consciente passa a ser melhor interpretada e conhecida por ambos (analista e paciente), impedindo que se transforme em doutrinação do paciente pelo analista, ou que o "setting" venha a ser usado como escudo mantenedor do "status" (poder) do analista, ocorrendo, assim, a situação de interposição das dificuldades contra-transferenciais que o analista procura evitar.

A influência do terapeuta sobre seu paciente inicia-se de fato, antes que ambos se tenham encontrado e independe do que o analista pense ou faça pois está baseada (a influência) num outro tipo de enquadramento, qual seja, a da posição da profissão de terapeuta na comunidade social. A própria aceitação da atividade profissional confere um poder "de direito" ao terapeuta outorgando-lhe o grau de conhecedor de tal assunto e estabelecendo uma posição hierárquica para a profissão dentro do contexto social, com isso também delimitando seus poderes. O paciente faz parte deste mesmo contexto social que lhe supre com informações gerais sobre o terapeuta e que o leva a conferir-lhe um valor de "expertise". Havendo uma escolha livre do terapeuta (o que nem sempre ocorre em instituições) supõe-se que na base de tal escolha haja, além de outras razões, a crença do analisando na capacidade de seu analista e a confiança de que ele conheça mais sobre aquilo que o paciente pretende ter elucidado. Essa comparação do "saber mais" pode estar relacionada ao conhecimento que o paciente julga ter de si mesmo naquele momento, e

as condições que ele supõe ter para resolver seu problema, ou em relação a um padrão absoluto. A aceitação do paciente da atitude de interpretação do terapeuta implica numa aceitação prévia da autoridade dele sobre o assunto. Na aceitação dessa autoridade de conhecimentos conferida ao terapeuta pode estar como base a referência feita ao profissional e sua capacidade, o fato de já ter tratado problemas dessa natureza com bons resultados, cursos e formação profissional desempenhados ou qualquer outro tipo de informação que iniciará uma imagem do terapeuta anterior ao que este diga ou faça, e que mobilizará o paciente a ir procurar os seus serviços. Tal imagem será obviamente ampliada, reforçada ou reestruturada na medida em que forem ocorrendo os contatos pessoais, já havendo, portanto, um processo pré-transferencial.

Na influência exercida pelas características de "expertise", reconhece-se como fator fundamental, não o conteúdo informacional por ele emitido, mas um ato pessoal ligado ao relacionamento possível entre dois agentes e que conseqüentemente gera influência entre seus membros e só se mantém enquanto tal. Se surgir uma influência negativa baseada, segundo French e Raven (30) na suspeita quanto às intenções do agente influenciador, ou na necessidade de independência, não haverá relação possível entre ambos, e o paciente não se engajará no tratamento. Também é apontado pelos autores a necessidade do agente influenciador manter desconhecidos do sujeito certos conhecimentos que vão assim manter e reafirmar seu poder de conhecimento sobre o outro, o que ocorre também na situação analítica dado que o terapeuta jamais explicita ao cliente sua linha de raciocínio e seu conhecimento do processo mantendo a comunicação apenas ao nível da

interpretação daquilo que ele (terapeuta) julga que é importante que seu cliente conheça.

Em suma, a situação hierárquica existente na análise não é consequência direta do terapeuta nem do paciente, mas sim um fato existente em toda relação humana e portanto não poderia estar ausente da relação psicoterápica. É consequência de uma situação de desproteção e repressão vivenciada pelo indivíduo e que deverá ser reproduzida "experimentalmente" na relação terapêutica, através do ponto básico da regressão do paciente. Todos os artifícios de "setting", contrato, e atitude são montados antecipadamente para receber este paciente e ajudá-lo a regredir; a situação de regressão mantém e origina um estado de dependência ao terapeuta "não regredido" que irá ajudá-lo a se emancipar de suas atitudes de infância pelo próprio reforço delas na situação analítica. O paciente se empenha, então, num tratamento cujas regras não pode determinar, regras que não têm um sentido claro para ele e que não lhe são explicadas, o que solidifica ainda mais a nossa posição de que estes detalhes denotam e reproduzem as situações de hierarquia, a existência de relações de poder e, mais importante, são estas necessidades básicas para o trabalho a que a psicanálise se propõe.

Tal situação, porém, sofrerá alterações ao longo do processo e, embora o "setting", contrato, etc., persistam repetitivamente, a relação de influência apresentará novas nuances através dos processos de transferência e contratransferência.

#### b) Transferência e contratransferência

A partir então da fase inicial de contrato e ambientação, os dois membros da relação terapêutica entrarão numa fase

imprevisível do processo onde os acontecimentos dependem muito mais do analisando do que do analista.

A denominação deste jogo de forças que então ocorre, é definido na Psicanálise como transferência, originada no paciente, e contratransferência quando originada no analista.

A transferência consiste no deslocamento para o analista de figuras importantes da vida do paciente transferindo sentimentos e reações que seriam aplicáveis ao modelo original.

A transferência é de grande valor para o tratamento e, nas palavras de Freud ( 43 ) "é uma necessidade inevitável". Tem um caráter ambivalente compreendendo tanto as atitudes positivas e afetuosas como as negativas e hostis supondo-se porém que a transferência básica seja de natureza positiva sem o que o tratamento é interrompido. Enquanto positiva ela suscita a colaboração do paciente que, sob o propósito de "agradar" ao analista, alcança êxitos terapêuticos dificilmente acessíveis por outras vias "... os êxitos terapêuticos que têm lugar sob a influência da transferência positiva, estão sob a suspeita de serem de natureza sugestiva. Se a transferência negativa obtém a primazia, eles são soprados como espuma no mar, pulverizada pelo vento" ( 36 ).

A noção de transferência foi utilizada pela primeira vez, em seu sentido psicanalítico, em "Estudos Sobre a Histeria" ( 38 ) quando Freud buscava ressaltar o importante papel do médico na luta contra a resistência do paciente, considerando três casos principais em que surgiam obstáculos à sua cooperação.

O contexto no qual se desenvolveu a transferência começou com a auto-análise de Freud e com a continuação da investi-

gação do inconsciente. No artigo de 1912, "Dinâmica da Transfe  
rência" (33) supõe-se que Freud tenha se rendido à evidência de  
que os conflitos sexuais só podem vir a ser elaborados pelo pa-  
ciente no processo de transferência e não apenas na lembrança  
do conflito psicosexual infantil original e, em 1912, escreveu  
que "... todo o conflito tem que ser resolvido nos fenômenos da  
transferência" (33), abandonando uma técnica apenas de recons-  
trução intelectual.

Também no artigo sobre a "Dinâmica da Transferência" "  
houve uma primeira tomada da transferência como um determinante  
da resistência gerando com isso um paradoxo técnico em que a  
transferência é ao mesmo tempo indispensável ao progresso do  
tratamento e o maior de seus obstáculos; a transferência, como  
também a resistência, é, ao mesmo tempo, instrumento e obstácu-  
lo inerentes ao processo terapêutico.

A experiência prática nos mostra que além de não exis-  
tirem meios para evitá-la, a transferência se constitui em difí-  
cil tarefa a ser abordada. O paciente não nos traz a transfe-  
rência como um material ou assunto, ela precisa ser percebida e  
detectada nos traços da relação enquanto tal, com poucas pis-  
tas oferecidas pelo paciente, e devem ser cuidadosamente aborda-  
das para não haver riscos de conclusões arbitrárias. "É fácil  
aprender a interpretar sonhos, a extrair das associações do pa-  
ciente seus pensamentos e suas lembranças inconscientes, e pra-  
ticar métodos explanatórios semelhantes, para isso o paciente  
sempre fornecerá o texto. A transferência é que deverá ser des-  
coberta quase sem nenhuma ajuda" (43).

Freud considerava a transferência um produto da neuro-  
se do indivíduo que tinha sua formação de sintomas interrompida

pelo processo analítico. Com isso, a energia geradora da neurose formaria "uma classe especial de estruturas mentais" (43) a que denominou transferência. Referia-se nesta época a necessidade de "combater" essa nova fonte da doença, assim como se tentava combater seus outros sintomas. Mas, ao longo do seu trabalho percebe que ao invés de um impecilho, a transferência é uma grande aliada do tratamento desde que possa ser bem compreendida e interpretada para o paciente.

Não é o tratamento psicanalítico que cria a transferência e sim é esta decorrente do próprio estado emocional do paciente; a análise facilita o seu aparecimento propiciando um "setting" e mostrando um terapeuta com atitudes que induzem mais facilmente o paciente a tal processo. Caso o terapeuta não o consiga "... ele(paciente) julgará o médico "antipático", e se afastará dele tão logo seja possível, sem ter-se deixado influenciar por ele" (43).

Desde o caso da falsa gravidez de Ana O. que ocasionou um recuo em Breuer, Freud reconheceu a necessidade de utilizar o forte amor transferencial que, como um fenômeno humano, poderia ser um instrumento terapêutico. Percebia neste amor um cunho de realidade que não poderia ser negado e sim visto no seu prisma mágico-infantil. A relutância em resolver o amor transferencial se converte numa resistência em terminar a análise e que tem sua contra-partida no analista para quem também o término da análise se constitui numa despedida.

Com a descoberta da transferência foi dado o primeiro passo para a configuração da Psicologia bi-pessoal, com o reconhecimento da participação ativa do analista no processo, incluindo que foi pelo paciente, na medida em que é envolvido em con-

figurações existenciais propostas pelo paciente e assume significados de acordo com sua vida interna.

Assim o analista deixa de ter o papel que desempenhava até então na Psicologia e Psiquiatria Clássica e passa a ser observador e participante de uma mesma situação.

Também não se poderá, então, continuar a utilizar uma linguagem que pertence às situações unipessoais para descrever a experiência analítica. Esta assume facetas diferentes e por vezes divergentes em suas técnicas pois certos conceitos técnicos básicos incidem por sua vez sobre a teoria de que provêm permitindo que haja diferentes categorias de teorias e técnicas psicanalíticas com valores metodológicos diferentes dando a impressão de que, embora usando as mesmas palavras, diferentes profissionais falam linguagens distintas. Balint ( 7 ) aponta esta dificuldade dizendo que "... temos apenas algumas idéias imprecisas e não um conhecimento exato das distorções que se produzem e de tudo que não percebemos quando descrevemos experiências bipessoais com a linguagem que pertence às situações unipessoais!"

A participação do terapeuta apresenta um duplo sentido, um relacionado à sua função de compreender e interpretar e outro por ser o depositário das figuras importantes da vida do paciente, e aceitar tal função.

Se aceitamos esse pensamento vamos concluir que a situação analítica ocorre entre o analisando e ele mesmo (ou algumas de suas facetas), o analista (em sua função profissional, como pessoa concreta ou como foco de projeções múltiplas) e qualquer personagem do mundo interno do paciente, ou seja, uma relação entre o médico, o paciente e sua doença que Jean Pouillon chamou de "triângulo terapêutico" ( 88 ).

O segundo passo para que fosse estabelecida a situação analítica como bi-pessoal foi a descoberta da contratransferência. Em Freud encontramos poucas referências a ela, e pode ser explicada em sua obra "como um resultado da influência do paciente sobre os sentimentos inconscientes do médico" ( 40 ).

Seria assim a contra-partida da relação de poder que inicialmente, no processo, é uni-direcional no sentido analista-analisando, mas que assume proporções de poder mútuo, um sobre o outro, porém com características e conseqüências diferentes.

Possivelmente em decorrência da resistência em aceitar o analista como membro participante ativo e o jogo de influência que então se estabelece, a Psicanálise pouco estudou a contratransferência e atualmente, mais consciente de sua importância, ainda encontra barreiras técnicas entre os dois pontos de vista: - é a contratransferência um processo neurótico do analista que deve ser evitado, ou é a própria essência da relação por torná-la bi-pessoal?

Entendemos por contratransferência não apenas as transferências inconscientes do analista ou o "rapport" intelectual estabelecido, mas toda a sensibilidade, consciente e inconsciente, do analista para com o seu paciente.

Para Khan "é a contribuição do analista para a criação e manutenção da situação psicanalítica" ( 62 ).

Na medida em que se estabelece a neurose transferencial ocorre, dentro do "setting", uma regressão do paciente que irá fazer uma requisição muito específica à personalidade do analista, ou seja, estará determinando a estruturação de um sentido contra-transferencial. Hoffer ( 56 ) denomina a contratransferên

cia como a "humanidade" do analista e a define como "a transferência do analista que diz respeito à sua apreciação e reações humanas às necessidades reais do paciente nos vários estágios do tratamento psicanalítico".

Na medida em que o paciente assume o analista como seu ego suplementar leva o analista a perguntar-se, ao longo do tratamento, qual a necessidade que o paciente está apresentando naquele momento e pode ser uma forma de descobrir as tentativas do paciente para preencher suas necessidades básicas que são determinantes da formação do caráter e da personalidade do paciente. Nisso reside uma grande dificuldade que seria a de estabelecer contato tão próximo com a doença do paciente originando a questão de até que ponto esta "compreensão" da doença implicaria em também estar doente.

De certa forma a resposta a esta questão é sim e não. Possivelmente o "estar doente" corresponderá aos pontos do analista que, como seu cliente, encontram-se pressionados pelo super-ego e pelo meio social e que também possui suas angústias e defesas patológicas. Por outro lado, quanto melhor conscientizado de seu processo de contratransferência, mais apto de utilizá-la produtiva e objetivamente estará o analista, "se o analista não é consciente dos impulsos que experimenta muito menos o é de sua influência sobre o inconsciente do analisando". (78).

A objetividade do analista não significa impessoalidade mas, ao contrário, é colocar a disposição da relação toda uma personalidade disposta a descobrir novos setores da realidade. A resistência em conscientizar e dispor da contratransferência no processo analítico supõe que também para o analista cada processo é uma estrada no desconhecido e uma possibilidade de se

deparar com o que nunca soube de si mesmo e que não sabe o quanto pode ser atemorizador.

Pensamos que a objetividade do analista se baseia num desdobramento interno e o capacita a usar sua própria subjetividade como instrumento e objeto de observação e análise contínuas. Isso implica em que ele (analista) disponha de uma parte móvel de si mesmo que está totalmente entregue ao processo analítico e que é representada pela contratransferência, e uma parte fixa que pertence ao que denominamos anteriormente como o enquadramento, e que consiste em aceitar os encontros pessoais apenas nas horas e locais das sessões e a reserva sobre a vida pessoal do analista e sua atuação através da interpretação.

Winnicott, citado por Pla (86) destaca como normal a presença de fortes reações contratransferenciais no tratamento de psicóticos e a necessidade de, para poder analisá-los, haver o analista alcançado níveis muito primitivos de si mesmo. Quer tenha ou não explicitado a sua contratransferência, é bastante conhecido o "radar" dos psicóticos para perceber inconscientemente estas respostas contratransferenciais. Winnicott (109) destaca que toda a análise aprofundada alcança níveis psicóticos e onde "os nossos valores mais essenciais sobre a vida humana são postos em jogo e de alguma forma são comunicados com a interpretação".

Com esta interpretação estamos lidando também com o mundo externo, com nossas partes internas e nossos objetos, e que o progresso da análise põe a descoberto novas modalidades do paciente e do analista que progredirem juntos. As dificuldades surgem quando: - pela não compreensão do paciente, o analista experimenta ansiedade que irá, num círculo vicioso, comprometer

a capacidade de compreensão do analisando e,

- pela não compreensão de seus próprios sentimentos o analista bloqueia sua participação no processo que permanece apenas ao nível do contato intelectual com o paciente.

Uma defesa muito rígida da contratransferência por parte do analista tende a ampliar a parte fixa do papel do terapeuta, que consiste no seu enquadramento, imobilizando sua parte móvel, constituindo-se esta no que Baranger (10) denomina de "baluarte do analista" onde este se refugia e, embora consiga bloquear as angústias suscitadas, estará estereotipando seu papel e bloqueando também o progresso do paciente.

Desde que consideramos que o processo transferencial e contratransferencial caminham interligados, ao se imobilizar o processo contratransferencial, sua parte correspondente no processo transferencial ficará sem interpretação. Cria-se assim um impasse em que se instaura o bloqueio para impedir a crise necessária que sempre acompanha, e se constitui, no retorno do reprimido. Ela cita Margaret Little para quem as atitudes fóbicas ou paranóides do analista a respeito de seus próprios sentimentos são o maior perigo da contratransferência, e podem impedir seriamente o progresso do paciente .

A única forma que supomos evita que o analista projete suas atitudes patológicas ou que impeça que suas reações dependam de circunstâncias fortuitas ou intuitivas é conhecendo sua psicodinâmica para permitir-se questionar, a cada momento, o valor terapêutico de sua relação. Uma figura de analista vaga, neutra, impessoal e isenta de estima se constitui, além de uma impossibilidade prática, num impedimento a que haja uma relação de valor terapêutico.

Para se alcançar tal objetivo tem sido salientada a importância da análise pessoal do terapeuta comparando, em certa medida, a capacidade de analisar com a de reconhecer sua contratransferência e sentimentos e sendo capaz de elaborá-los. Em 1910, Freud (40) colocava explicitamente a importância do aprendizado da Psicanálise não somente pelos livros mas através da preceptorial com aqueles que a dominavam profundamente.

Freud percebia então que só se pode realmente compreender a doença numa outra pessoa se pelo menos assimilamos e empatizamos com sua natureza e caráter, "o que está além de nossa experiência escapa totalmente ao nosso entendimento". (62)

Esta análise pessoal deve cristalizar no analista uma capacidade de continuar crescendo internamente, quer pela sua experiência particular quer pela assimilação de elementos novos adquiridos no envolvimento com a situação analítica dos seus pacientes, que, de outra forma, estaria fora da sua sensibilidade. A observação puramente objetiva do paciente leva apenas à confirmação de dogmas estabelecidos, sem chance de novas descobertas.

Todas as considerações atuais em torno da contratransferência vêm mostrar um conceito diferente e mais amplo da situação analítica, como um contexto em que o analista intervendo como pessoa completa, apesar da necessária passividade e neutralidade. A situação analítica não é uma relação de uma pessoa frente a si mesmo, mas um contato interpessoal onde seus membros se influenciam mutuamente utilizando-se dessa permeabilidade para analisar, compreender e elaborar suas experiências; "nenhum membro dessa relação é inteligível dentro da situação sem o outro" (9).

Supomos que assim estamos apresentando a contratransfe  
rência como uma parte essencial do processo analítico, um instru-  
mento de conhecimento e, em sendo esta uma participação do ana-  
lista como pessoa no processo, torna-se contraditória com a su-  
posta "neutralidade" do analista. Se, como se refere Paula  
Heimann ( 52 ) a contratransferência fosse uma criação do pacien-  
te pois o analista intervém no processo não com sua pessoa mas  
com sua "arte", todos os analistas que funcionassem adequadamen-  
te teriam frente a um paciente o mesmo tipo de contratransferên  
cia, o que não é fato. Esta idéia vem do mesmo ponto que levou  
a Psicanálise a imaginar que o analista poderia funcionar como  
um espelho que reflete o paciente e assim os problemas da subje-  
tividade em Psicanálise estariam resolvidos. Isso, porém, não  
acontece, e a contratransferência é um processo do analista fru-  
to de suas experiências anteriores, sua concepção teórica, sua  
formação e seus valores.

Para Pla ( 86 ) uma das funções que levaram Freud a pro-  
por o mito do analista-espelho seria a necessidade de incluir  
a Psicanálise no rol das Ciências Naturais, aliado à sua forma-  
ção profissional de observador impessoal, imparcial e externo  
ao objeto que estuda. Ainda hoje se busca enfatizar essa concep-  
ção teórica visando principalmente dar resposta às críticas de  
"subjetivismo" que se fazem à Psicanálise.

Acreditamos que, além dos motivos expostos por Pla; Freud  
pretendeu, ao falar do analista-espelho, explicitar apenas um  
momento da atividade do psicanalista no processo terapêutico. A  
Psicanálise terapêutica assim como a investigação psicanalítica  
à semelhança do processo de investigação nas Ciências Naturais  
passa por uma fase de construção do objeto empírico e uma fase

de construção do modelo. Portanto, o psicanalista também passa pela fase de construção do objeto empírico que é quando, a partir de uma teoria pressuposta, apreende e seleciona os dados da história do seu paciente, assumindo uma postura de atenção difusa e flutuante buscando deixar toda a sua capacidade empática à comunicação do paciente.

Após a captação e seleção desses dados o analista empreende a construção de conjecturas dentro de um contexto teórico prévio, quando então recapitula o acontecido, interrelacionando seus elementos de forma compatível com um esquema teórico, dando-lhe forma e seqüência. O termo conjectura tem a conotação de hipótese a ser verificada sendo que as respostas que o analisando dará frente à comunicação de tais conjecturas irão permitir ao analista corrigir e reorganizar suas conjecturas iniciais. A partir dos dados fornecidos inicia-se um trabalho de construção do passado do paciente "... sua tarefa (terapeuta) é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que o paciente deixou atrás de si, ou, mais corretamente, construí-lo". (35 )

Este trabalho de construção não é o objetivo último da terapia mas constitui-se numa forma de atuação necessária na qual o analista, valendo-se de um modelo teórico e a partir dos fragmentos trazidos pelas recordações do paciente, empreende um reagrupamento desses dados de maneira a formar uma história mais organizada do que a que lhe foi apresentada. Quando o analista constrói a história de seu paciente ele também se coloca no processo através da escolha que faz de uma determinada ocasião para emitir sua comunicação e pela maneira pessoal de que se utiliza para transmitir suas construções ao paciente, "constitui o

vínculo entre as duas partes do trabalho de análise, entre seu próprio papel e o do paciente" ( 35 ).

Estas formas de atuação vão ocorrer de maneira alternada sendo necessário ao terapeuta uma ampla plasticidade de atitudes. Em suas atividades de observar, construir e interpretar, o analista não está neutro no processo de que participa uma vez que observa, constrói e interpreta de acordo com suas convicções científicas, ideológicas, filosóficas, etc., manifestando-se ativamente, introduzindo seus conhecimentos e capacidades, emitindo assertivas próprias dentro de uma relação social que, em qualquer dos seus momentos mantém sua característica empática.

A escolha, por parte do terapeuta, da teoria e da técnica psicanalítica como ferramenta de trabalho e não de outra qualquer, já pressupõe uma atitude cognitiva e pessoal frente aos eventos que se desenrolam na relação, como no dizer de Wiener, citado por Pla ( 86 ), considerado o pai da Cibernética, "... todo o enunciado sobre um sistema inclui necessariamente quem o formula, cuja informação e valores estão inextrincavelmente implicados no que enuncia".

A presença de um código de valores transcende a pessoa do terapeuta e aparece na própria ética proposta pela Psicanálise de manter o respeito à integridade do paciente e a manutenção do seu bem-estar. A Ética e os valores sociais estão relacionados uma vez que a Ética de indivíduos e grupos reflete esses valores; é uma tentativa de representar ou expressar os valores de uma forma sistematizada. Para Bixler e Seeman ( 14 ) "a ética é um princípio de ação baseado na aceitação comum de um sistema de valores". Assim estabelece uma relação entre a ética profissional e o sistema social de valores. Parece-nos um fato bastante

observável, e até esperado, que a filosofia de trabalho e a ética que norteia a atividade do psicoterapeuta reflete a filosofia de vida e a cultura dominante da sociedade em que é exercida.

Um exemplo da manifestação desse sistema de valores diz respeito ao conceito de normalidade e cura em terapia. Embora seja um tema, por si só, de grande relevância, não é nossa intenção discuti-lo mais a fundo e sim usá-lo para ilustrar uma das nuances em que os valores sociais, em termos de normalidade e saúde, incidem sobre os valores do indivíduo enquanto terapeuta delineando o que este considerará como seu objetivo terapêutico. Para muitos terapeutas a "cura" total é impossível e o que se constituirá num "conflito tolerável" será possivelmente uma postura dos valores próprios do terapeuta, apoiada numa teoria que a reforce, e sem dúvida não permitindo que fique ao nível de transgressão dos valores sociais.

Na medida em que se dispõe a trabalhar como agente de saúde mental e determina em si mesmo um propósito quanto ao que isso representa estará, em maior ou menor grau, reproduzindo uma expectativa de representatividade social numa micro- relação (processo terapêutico). A maior parte dos terapeutas insistem em que o paciente deve livremente construir seu próprio sistema ético e sua filosofia de vida. Mas não será essa proposta uma abstração do ponto de vista individual como também o é do social? Esse sistema ético a ser construído pode ser realmente qualquer sistema que o indivíduo se disponha a assumir? Estas perguntas requerem um questionamento que não cabe a este trabalho mas apenas buscamos demonstrar a posição delicada em que se situa a Psicanálise como uma instituição e portanto representativa dos padrões morais e éticos da sociedade e como uma

relação social em que um de seus membros, ingenuamente, se propõe uma atitude isenta, neutra e asséptica quanto a eles. É irrefutável que o paciente traz a todo momento situações que envolvem valores e padrões, isto é, traz o social para dentro da relação e o terapeuta ao interpretar este material estará também depondo sobre valores e padrões.

Se os valores sociais e pessoais do terapeuta influenciam os objetivos do tratamento, também devem influenciar seus métodos e técnicas, que são as formas de se atingir esses resultados. O Código de Ética da "American Psychological Association" ( 3 ) afirma que "os padrões éticos do psicólogo e sua técnica profissional são inseparáveis". Se, por exemplo, tal objetivo terapêutico é tornar o paciente responsável e independente, a técnica a ser desenvolvida com ele deve ser coerente com tal objetivo pois o paciente desenvolve sua responsabilidade praticando-a, e isso se inicia na terapia e não depois que ela termina.

Os psicoterapeutas e, em especial, os psicanalistas, têm insistido em afirmar que os valores do paciente não podem ser influenciados pela psicoterapia, mas será realmente possível que se possa evitar tal influência sobre o paciente?

Wolberg parece responder a esta questão levantada no artigo de Ginsburg ( 49 ) ao dizer que "não importa quão passivo o terapeuta possa acreditar estar sendo e não importa quanta objetividade ele mantenha na tentativa de permitir que o paciente desenvolva seu próprio senso de valores, há uma inevitável incorporação no paciente de um novo superego padronizado sobre o caráter do terapeuta conforme este é percebido pelo paciente. Há também, inevitavelmente, uma aceitação por parte do paciente de alguns dos valores do terapeuta tal como são comunicados na in-

interpretação ou através da sugestão direta, ou como eles são deduzidos, pelo paciente, a partir de sua relação com o terapeuta".

Esta influência exercida sobre o paciente independe do terapeuta achá-la válida ou não e até mesmo, por vezes, ocorre sem que este se dê conta. Desenvolve-se, muitas vezes, uma relação de influência (poder), por referência, nos termos de French e Raven (30) determinado pela expectativa do paciente de se igualar ao terapeuta como exemplo de posição, prestígio e equilíbrio ou se o paciente o percebe como possuindo as características que o tornam terapeuta e não paciente. Há algumas evidências clínicas dessas influências no trabalho de Parloff (83) em que ele demonstra o conformismo das verbalizações do paciente com a terminologia e teoria usadas pelo terapeuta. Se o terapeuta valoriza sonhos ou material de conteúdo sexual o paciente os produzirá ou os reportará em maior escala sendo que a percepção do paciente de que é este tipo de material que o terapeuta valoriza poderá ser reforçada pela escolha sistemática, por parte do terapeuta, de interpretações sobre este tipo de material.

Há como que um jogo de poder baseado na recompensa, isto é, a emissão de uma comunicação (interpretação) do terapeuta sobre um determinado material é invariavelmente sentida como gratificante pelo paciente que com isso consegue obter uma expressão manifesta de seu terapeuta e em certo sentido sente-se, assim, trazendo material interessante o suficiente para despertar a atenção do terapeuta. Dessa forma, numa relação transferencial positiva, é possível haver um reforço em um determinado tipo de material trazido pelo paciente, sua linguagem e formulações pessoais a partir do que ele perceba ser uma forma de recompensar (agradar) seu terapeuta. Há, portanto, recompensa de

ambas as partes atuando de forma a reforçar e manter uma relação gratificante.

A convicção do exercício de influência nos valores do paciente não significa que, ao ser conscientizado, deva ser reforçado no processo. A aceitação de que a influência ocorre deve servir para, se não é possível eliminá-la, ser usada como veículo de maior compreensão do paciente através da interpretação constante e sistemática de sua transferência e da contratransferência de seu terapeuta.

Para Patterson (85) quando o terapeuta está livre da crença de que é necessário ser neutro ele está mais apto para reconhecer e aceitar seus próprios valores, ele poderá estar mais consciente deles na relação, isto é, "ele pode livremente ser quem é, sem culpa por ser e sem sentimentos de que não deveria ter nenhum sentimento". Assim procedendo, há maior franqueza em lidar com sua própria contratransferência e maior utilidade ela terá para o paciente.

### c) Interpretação

"Interpretation is a rather presumptuous term, loosely applied by (some) analysts to every voluntary verbal participation made by the analyst in the psychoanalytic treatment process. I dislike the word because it gives young analysts the wrong idea about their main function. They need to be reminded that they are not oracles, not wizards, not linguists, not detectives, not great wise men who, like Joseph and Daniel, "interpret" dreams - but quiet observers, listeners, and occasionally commentators" (74).

Dentre todas as atitudes adotadas pelo analista numa

sessão terapêutica, é a interpretação aquela que maior impacto parece exercer sobre o paciente sendo, por vezes, usada para de finir e englobar o trabalho de análise que com frequência é vis to principalmente por este prisma.

A nosso ver, a interpretação constitui-se numa forma de atividade do terapeuta que, quando eficaz, estabelece uma associação entre registros diferentes, em diferentes localidades psíquicas, mas de mesmo conteúdo. É através do enlace verbal, da ligação entre a apresentação da palavra com a representação da palavra que lhe corresponde, que alcançamos as hipercatexias que provocam u ma organização psíquica mais elevada, "o que ela (repressão) ne ga à apresentação é a tradução em palavras que permanecerá liga da ao objeto. Uma apresentação que não seja posta em palavras ou um ato psíquico que não seja hipercatexizado, permanece a partir de então no inconsciente em estado de repressão" (44).

Através do enlace verbal efetuado pela interpretação a idéia e o afeto que lhe corresponde se associam.

O papel central da interpretação, na conceituação da psicoterapia psicanalítica, pode ser percebido, por exemplo, na definição de Psicanálise oferecida por Gill (48) que diz ser "...a técnica que, usada por um analista neutro, resulta no desenvolvimento de uma neurose transferencial regressiva e na resolução final dessa neurose somente pelas técnicas da interpretação".

Ao contrário do que ocorre com a contratransferência, como vimos no capítulo anterior, os estudos sobre a interpretação vêm se avolumando nas obras sobre Psicanálise. O termo, en tretanto, vem sendo utilizado para determinar qualquer interve nção do analista dando-lhe uma dimensão que transgride a posição inicial da Psicanálise Clássica. Atualmente apresenta-se a in-

interpretação como sendo desde uma intervenção verbal especial do analista, até um sinônimo para quase todas as intervenções verbais, e até mesmo não verbais, do analista.

Podemos perceber através das obras de Freud que este buscava levar seus pacientes a recuperar lembranças reprimidas. As intervenções verbais do analista se constituíam numa maneira de induzir o paciente a se permitir associar livremente seus pensamentos, buscando nada esconder ou reprimir, pois através das correlações entre os fatos, pensamento e sentimentos trazidos tal qual elos de uma corrente, poderiam ser alcançadas e postas a descoberto as situações traumáticas reprimidas no passado. Ele já não se utilizava do método hipnótico e procurava evitar a sugestão direta sobre o paciente recorrendo a atitudes que, não tão autoritariamente, pudessem facilitar a produção de material verbal do paciente. Verificou-se poder assim por a descoberto recordações carregadas de afeto e relacionadas a situações traumáticas e episódios significativos do passado do paciente. Aos poucos, Freud foi percebendo que os sintomas do paciente também eram símbolos que estavam relacionados aos supostos acontecimentos traumáticos, passando a dedicar-se, por volta de 1897, ao estudo dos processos de representação simbólica, especialmente os que ocorriam nos sonhos. Suas primeiras referências à interpretação estão relacionadas aos sonhos - A Interpretação do Sonhos em 1900 (44). A interpretação se referia ao trabalho de re-construção das origens e significados ocultos do sonho que se constituíam no seu conteúdo latente e que era conseguido atra-vés da compreensão e exame detalhados daquilo que o paciente associava livremente relativo ao conteúdo manifesto do sonho. Nesta fase, a interpretação tinha um cunho de comunicação didática

pois o analista esclarecia sua interpretação ao paciente relacionando os fatos que determinaram tal conclusão. Esta forma de apresentação do material ao paciente foi sofrendo modificações com o aperfeiçoamento da técnica passando a interpretação a não ser mais tão livremente apresentada ao paciente, percebendo-se que ela deveria obedecer a um momento no qual poderia então ser apresentada. Fora deste momento o efeito da interpretação poderia ser inócuo ou prejudicial.

Assim surgia uma distinção entre interpretação e comunicação da interpretação, devendo esta última ocorrer num momento exato para que se tivesse alguma perspectiva de êxito.

Percebendo que também as resistências e as defesas deviam ser comunicadas ao paciente, tornou-se mais relevante considerar a forma como o analista fazia seus comentários ao paciente levando o termo interpretação a ser considerado mais pelo que o analista comunica ao paciente do que pela conjectura que o analista faz do material do paciente.

Existem outras formas de intervenção do analista, embora não haja um estudo sistemático de seus componentes. Algumas dessas intervenções visam criar as condições necessárias para que o paciente siga a regra fundamental, e poderíamos melhor chamá-las de instruções ou explicações. Também as perguntas são formas de intervenções verbais e Eissler (24) aponta sua importância considerando-as "um instrumento básico, e talvez indispensável da análise, um instrumento essencialmente diferente da interpretação".

Por vezes a intervenção do analista visa chamar a atenção do paciente para um determinado fenômeno explicitando-o para maior compreensão do paciente; Sandler (98) chama a isso de con

frontação e a distingue de outra forma de intervenção - a clari ficação que consiste em colocar sob um foco mais nítido os fenômenos psicológicos com os quais o paciente foi confrontado, implicando na descoberta de novos detalhes significativos. Sandler coloca a interpretação paralelamente a essas comunicações, e a de fine como o "tornar consciente o significado, a origem, a histó ria, o modo ou a causa inconsciente de um determinado acontecimento psíquico, exigindo em geral mais de uma intervenção".

Loewenstein, citado por Sandler (98), aponta outros tipos de intervenções a que chama de "preparações para a interpretação" e que consistem em assinalar a existência de padrões semelhantes de comportamento no paciente que ele julga serem des providos de conexão.

Podemos assim diferenciar a interpretação de formas de intervenções tais como as instruções dadas ao paciente para orientá-lo no procedimento analítico, as perguntas, as confrontações, as clarificações e as preparações para a interpretação.

Apesar da descrição desses itens, não há uma concordância unânime quanto ao que se considerar ou não uma interpretação. Loewenstein, ao defini-la como intervenções verbais que produzem "aquelas modificações dinâmicas que denominamos compre ensão interna", tornou-a dependente, em última análise, dos efeitos que era capaz de produzir, ou seja, uma maior compreen são interna. Sabemos, no entanto, que há interpretações que, embora corretas, não são eficazes e outras que são incorretas mas surtem efeito. Sandler (98) cita o trabalho de Glover para quem as interpretações apesar de incompletas, imprecisas e inexatas podem ainda assim resultar em progresso para o pacien-

te por proporcionar-lhe "um sistema alternativo de organização " que pode vir a ser o novo substituto do sintoma anterior só que bem aceito pelo ego do paciente.

Assim sendo, torna-se mais coerente definir a interpretação pelos seus objetivos do que por seus efeitos, isto é, deve ser considerada do ponto de vista da intenção do analista de propiciar a compreensão do paciente e não pelos possíveis efeitos que os comentários do analista possam ocasionar. Porém, a questão sobre o modo de ação da interpretação e sua relação com o êxito terapêutico ainda não encontrou concordância entre os autores.

Percebemos com freqüência que certas abordagens decorrentes de escolas psicanalíticas com pontos de vista divergentes repercutem obviamente nas interpretações dadas ao paciente. Mesmo provenientes de pressupostos divergentes, as interpretações podem comprovar-se igualmente eficazes quando se consideram seus resultados terapêuticos. Isso não significa que a interpretação é um elemento inócuo no processo, mas parece apontar que há algo no contexto verbal da interpretação que é responsável também pela sua eficácia. Balint ( 8 ) parece ter sintetizado esse "algo" quando assinala que "...a particular linguagem analítica e o particular esquema referencial de um analista devem inevitavelmente determinar a maneira como um paciente vem a compreender a si mesmo. Desse ponto de vista, pareceria que a modificação terapêutica, enquanto consequência da análise, depende, em grande medida, da provisão de um esquema referencial conceitual e afetivo, estruturado e organizado, dentro do qual o paciente pode efetivamente situar-se e situar a sua experiência subjetiva de si mesmo e das outras pessoas".

Depositamos assim na figura do analista a raiz daquilo que chamamos de interpretação analítica.

Rabelo ( 89) enquadra a atividade de interpretação como o terceiro momento significativo na técnica analítica. O primeiro momento consistiria em induzir o analisando à situação de regressão e a produção de um determinado tipo de material, tal como sonhos, associações livres, etc. No segundo momento o analista, a partir do modelo teórico psicanalítico busca reconstruir a dinâmica psíquica do analisando formulando hipóteses a serem verificadas ao longo do processo. A interpretação viria como o terceiro momento em que as conjecturas do analista são comunicadas ao paciente, e o quarto momento é composto das reações do analisando às interpretações.

Esses quatro momentos não ocorrem de maneira estanque e vão coexistir ao longo de todo o processo analítico servindo-se mutuamente, como por exemplo as respostas do paciente às interpretações servem para orientar o analista quanto à veracidade de suas conjecturas iniciais.

Na obra de Freud o termo interpretação pode ser encontrado com diferentes sentidos. No texto "Construções em Análise" (1937), Freud fala das construções como sendo conjecturas amplas, feitas pelo analista, sobre a história do paciente e interpretação seria o trabalho de conjectura que o analista realiza com elementos isolados trazidos pelo paciente tais como sonhos, chistes, atos falhos, etc. Nos seus trabalhos sobre a interpretação dos sonhos Freud usa o termo interpretação no sentido de comunicação da construção. Neste sentido a interpretação pode ser usada com três finalidades distintas: - com a finalidade de verificar os modelos teóricos da Psicanálise podendo vir a aceitá-los ou refutá-los,

- com a finalidade

de de verificar a adequação dos modelos corroborados numa determinada praxis, isto é, na praxis psicanalítica em relação a um indivíduo concreto e,

- com finalidade terapêutica buscando o retorno do reprimido ao ego e propiciando sua reintegração no mesmo.

É importante frisar que neste trabalho estamos considerando a interpretação com finalidades terapêuticas na situação clínica do processo psicanalítico.

Parece-nos ser o momento da interpretação aquele que, dentro do trabalho de análise, propicia ao analista uma participação mais influenciadora sobre o analisando. Loewald (69) explicita bem este momento em que o "analista conduz" (o paciente) a modificações estruturais" apontando a participação do analista em que este "estrutura e articula o material e as produções que o paciente traz. Se uma interpretação de um significado é feita no seu devido tempo, as palavras pelas quais esse significado é expresso são reconhecíveis, para o paciente, como expressão daquilo que ele vivencia. Elas organizam para ele aquilo que antes estava menos organizado e, assim, lhe dão a "distância" de si mesmo, o que lhe possibilita compreender, ver, expressar em palavras e manusear aquilo que antes não era visível, compreensível, dizível, tangível, "o analista funciona como representante de um estado de organização mais elevado, e o transmite ao paciente, na medida em que o entendimento do analista está afinado com aquilo que requer organização e na maneira como executa isso" (69).

Parece-nos estar esta atividade sobejamente carregada da possibilidade do analista exercer intensa influência sobre o

paciente. Suas palavras vão dar forma às vivências do paciente e, mesmo se atendo a seus pressupostos teóricos, a situação prática da comunicação de uma interpretação expõe o analista ao risco, praticamente inevitável, de dirigir seu poder de compreensão na direção de uma organização não só teórica mas também pessoal daquilo que o paciente apresenta. Perguntamo-nos se o analista ao representar "um estado de organização mais elevado" não estará em verdade representando um estado de ordem social e pessoal a partir de cujos valores, que também fazem parte da teoria que adota, será executada uma praxis determinada que ditará a ótica através da qual o paciente será percebido?

A valoração de atitudes e formas de sentir nos parece intrinsecamente ligada à interpretação podendo apenas ser "minorada" pela forma como ela é comunicada ao paciente. Baranger (10) exemplifica esse tipo de situação "em que evitamos, por exemplo, a interpretação do tipo: "esta conduta é masoquista", que o analisando entende como um conselho direto a abandoná-la e utilizamos interpretações muito adequadas do tipo: "você busca prejudicar-se repetindo tal padrão de situação infantil".

Houve a substituição de uma interpretação pedagógica por uma interpretação aparentemente objetiva, mas o problema da valoração e da referência a um código ideológico não continua a permear tal comunicação? Na interpretação do exemplo acima continua a existir uma incriminação sobre a conduta do indivíduo como sendo masoquista e como tal faz parte de um contexto de situações neuróticas e, conseqüentemente, toda a situação, não só a de interpretar mas todo o tratamento analítico induz o indivíduo a evitá-la. Por este raciocínio fatalmente chegaríamos a infundável discussão sobre a interferência dos fatores sociais, das

ideologias e do momento histórico de uma sociedade sobre aquilo que denominamos de distúrbio mental, doença e saúde.

Nossa intenção, porém, é a de buscar melhor compreender a atuação do analista enquanto indivíduo e membro de um meio social e em um determinado momento histórico, e enquanto profissional que lida constantemente com valores morais de outros indivíduos, numa situação em que sua tarefa, além de outras coisas, implica em organizar e estruturar as vivências emocionais de outros, carregadas de aspectos éticos, morais e sentimentos, precisando estar o analista disponível e inteiro na relação mas abstendo-se de toda influência sobre seu analisando no campo ideológico. Esta formulação é chamada de regra de abstenção ideológica e nos parece paradoxal com a própria proposta do tratamento.

Em última instância o próprio conhecimento psicanalítico, como qualquer outro conhecimento, é parcialmente científico e parcialmente ideológico.

O termo ideologia sofre também, assim como o termo poder, a impregnação de um determinado campo de conhecimento tornando-a uma palavra carregada de pré-conceitos. Ambas, ideologia e poder, são termos constantes e frequentes na literatura das Ciências Políticas a partir da qual herdaram um estigma.

Estamos considerando ideologia como o conjunto sistematizado de representações atinentes a uma determinada forma de compreensão ou perspectiva do mundo, objetivos de ações e conjunto de valores, convenções e convicções com que o indivíduo possa reger sua conduta.

A Psicanálise também possui um conjunto sistematizado de

representações e dispõe de valores e formas de ação que compõem a Ética Psicanalítica que supomos estarem também comprometidas com um conhecimento ideológico. Os conceitos por ela emitidos não estão totalmente desvinculados dos valores sociais e dos padrões morais do contexto social em que atua e que por sua vez irá interferir em certas posições assumidas pela Psicanálise acerca de temas tais como sexualidade e agressão. Os conceitos obtidos na Psicanálise, e sua conseqüente forma de perceber os fenômenos irão se manifestar na atividade prática do psicanalista podendo intervir na formulação da interpretação que um analista faz do material de seu paciente.

As interpretações não estão totalmente desvinculadas de valores e padrões considerados certos e errados podendo ser percebido a partir da busca de determinadas soluções, com o analisando, que não sejam aquelas consideradas neuróticas.

Além da influência do conhecimento ideológico no conhecimento psicanalítico supomos haver um exercício de poder social na prática psicanalítica através dos valores pessoais do analista e de sua postura filosófica, ideológica, social, etc. que irão compor sua visão particular do paciente. Os fatores éticos e ideológicos são de capital importância no pensamento analítico determinando tendências teóricas que se prolongam e compõem uma determinada praxis terapêutica.

A influência ideológica exercida pela Psicanálise através do conhecimento e da prática psicanalítica pode ser verificada a partir das modificações de ordem moral e de valores que ocorrem com os analisandos no decorrer do tratamento. Quando, por exemplo, se busca abrandar as repressões de um super-ego neurótico estamos considerando a relação da moral e dos valores

sociais transmitidos pelas proibições parentais na formação desta instância psíquica cuja desrepressão implicará num questionamento de ordem ética e moral, e conseqüentemente numa modificação ideológica do analisando. Portanto, enquanto ocorre uma reestruturação da personalidade, estará havendo uma reestruturação do sistema ideológico que é comprovável e observável no processo de análise e que corresponde a uma intenção consciente do analista.

Os conceitos psicológicos utilizados pelo analista na formulação da interpretação são decorrentes da posição metacientífica por ele adotada e relacionada com suas outras concepções de sistemas de valores, e irão compor a própria personalidade do analista e a forma particular com que ele percebe e pensa sobre o mundo. É inegável a influência que ideologias não analíticas exercem sobre as considerações e interpretações que cada analista faz sobre os princípios analíticos. Um desses princípios, que vem sendo foco de discussão acirrada, é o do conceito de normal e patológico que é formulado sobre conhecimentos científicos mas é também influenciado pelo conhecimento histórico, político e social. Por mais que se procure evitar o conceito de doença tentando-se adaptar esse critério a cada analisando, as diferentes escolas de psicoterapia possuem um limite de atuação social que ao ser ultrapassado, pode ser compreensível e justificável dentro da vida de um indivíduo, mas não é considerado sadio.

Supomos que na medida em que um analista aceita um paciente, antes da relação entre ambos existir, já existe um critério de normal e patológico pertencentes ao analista e sua teoria e que será envolvido naquilo que ambos se propõem ao iniciar

uma relação de tratamento. O conceito de cura implica numa atitude normativa do analista quanto às ações do paciente frente ao mundo.

Baranger (10) cita um exemplo de limite da atuação social considerada normal para ele quando duvida "... que um ana-lista fique realmente satisfeito de haver conseguido, por exem-plo, a melhora de um homossexual manifesto mal adaptado em um ho-mosexual manifesto bem adaptado".

É de fato intenção do analista não formular interpreta-ções que dirijam ou orientem o analisando em uma determinada direção de solução de seus problemas, mas ao interpretar um mate-rial do paciente, vivenciando num dado momento da situação trans-ferencial como uma revivência de situações passadas, não está o analista apenas favorecendo o "insight" do paciente aqui-e-agora ou auxi-liando-o a compreender melhor o seu passado, estará também am-pliando setores da realidade interna e externa do paciente que ir-ão afetar suas perspectivas de futuro, suas intenções e possi-bilidades de realização. Nas palavras de Baranger (10) ".... o fato de tomar, ou fazer tomar, consciência do passado de uma forma determinada faz surgir possibilidades de futuro e configu-ra linhas de atuação possíveis".

A interpretação tem sempre um caráter intencional na sua atuação.

Outra razão pela qual o cumprimento da regra de absten-ção ideológica do analista torna-se, senão inaplicável, pelo menos comprometida, reside na impossibilidade de o analista a-tuar inteiro na relação psicanalítica se ele deixa fora dela um setor tão importante de sua personalidade. Por mais neutra que a inter-pretação possa ser em sua forma, ela se compõe também de posi-

ções ideologicamente definidas e cargas afetivas a elas ligadas. A tentativa de isolamento ideológico do analista poderia implicar no desconhecimento ou na falta de contato com as ideologias do analisando.

A conclusão de Baranger (10) nos parece sintetizar o que foi dito até então: "... a interpretação, sendo a tradução do material numa linguagem que permita ao analisando tomar consciência de si mesmo, é por definição uma relação ideológica. Interpretar consiste - deixando de lado, no momento, os fatores não interpretativos da interpretação - em traduzir algo pensado e vivenciado pelo analisando em outra linguagem mais adequada à sua realidade interna. Uma parte essencial da interpretação se situa, pois, ao nível do "logos" (e se não aceitamos isso chegaríamos à conclusão evidentemente absurda de que se pode dizer ao analisando qualquer coisa, sob o pretexto de que o essencial e ativo são as atitudes subjacentes à interpretação), quer dizer que a interpretação se situa ao nível ideológico". Com isso, ficamos novamente frente a uma situação problemática, qual seja a de considerarmos a regra de abstenção ideológica uma necessidade e ao mesmo tempo constatarmos a dificuldade do seu cumprimento. Quando pensamos na possibilidade de exercer tal influência ideológica pelas formas de coerção, recompensa ou punição, nos parece fácil evitá-las e temos consciência de não tê-las desempenhado, mas, retornando o artigo de French e Raven (30) nos damos conta das diferentes facetas da relação de influência, algumas independentemente da nossa vontade ou intenção conscientes (o que nem por isso nos torna menos responsáveis), e com o que ficamos a mercê de influenciarmos e difundirmos padrões de comportamento e valores.

## V - CONCLUSÕES

Os estudos sobre o poder social nem sempre foram considerados em destaque pela Psicologia; ao contrário, de certa forma ignorados ou mesmo o poder negado, tal como concluiu Cartwright (18) afirmando que o poder foi uma das variáveis mais negligenciadas na Psicologia Social - "... power is often seen as essentially not a psychological problem. When asked about power, Social Psychologist has typically referred the question to the political scientist, sociologist or economist; or worst, he has given answers based upon purely personal values .... but surely inability to deal with power within tradicional theories does not mean that the problem should be ignored in the future".

Mais recentemente, o poder tem sido levado mais em conta pela Psicologia Social devido, provavelmente, aos importantes fenômenos políticos e sociais que se desenrolam no mundo e sobre os quais ela é chamada a depor e, além disso, pelo fato de que a Psicologia vem sendo influenciada pelos trabalhos desenvolvidos pelas Ciências Sociais em geral, os quais têm dado ao poder uma posição de relevância localizada na raiz de tais fenômenos.

Tal negligência, a que se refere Cartwright, continua, contudo, a existir principalmente em algumas áreas da Psicologia Clínica, onde se percebe não ter sido dada ao poder a atenção necessária.

Nosso trabalho buscou abordar o tema do poder social na relação terapêutica psicanalítica freudiana, onde também não se tem observado suficiente preocupação quanto a esta abordagem.

Baseados na teoria de French e Raven sobre o poder so-  
cial onde é considerado que em toda relação social acha-se implí

cito o exercício de influência entre seus elementos, e manifestado sob diversas formas, procuramos focalizar o exercício de tal influência na relação terapêutica psicanalítica.

Foram então citadas as fontes de onde provêm os exercícios de influência, oriundas que são de seis diferentes bases de poder: recompensa, coerção, legitimidade, referência, "expertise" e informação, bem como colocada nossa proposta de que a relação psicanalítica se caracteriza inevitavelmente como uma relação de influência entre os dois: terapeuta e cliente - e, como tal nela sempre podemos vislumbrar as bases de poder exatamente como descritas por French e Raven (30).

Assim, desde o momento em que o cliente busca um terapeuta até encontrar-se sob tratamento, várias dessas formas de poder já foram ou estão sendo exercidas. A procura por um terapeuta já demonstra em si a existência de uma atribuição, pelo cliente ao terapeuta, de um "poder legítimo" para atuar como tal, e é a este conferido o direito de avaliar a situação em que ambos pretendem se envolver e, a partir dessa avaliação, estabelecer as bases e os métodos de trabalho a serem adotados.

Em geral, o fato de ser o terapeuta dono de um conhecimento que escapa ao domínio do cliente torna-o uma figura preponderante, em torno da qual se cria como que um "halo". O cliente passa a atribuir ao seu terapeuta uma autoridade de conhecimento ("expertise") que o leva geralmente a aceitar seu diagnóstico e suas afirmações sobre o tratamento e a melhor forma de encaminhá-lo.

Outrossim, quanto mais "informações" o cliente tenha obtido sobre a formação profissional do seu terapeuta (tais co-

mo cursos no exterior, trabalhos feitos anteriormente) mais estará o cliente sujeito a sofrer a influência do seu terapeuta sem questionar-lhe as atitudes.

No decorrer do tratamento o cliente pode vir a assumir um conjunto de atitudes e utilizar palavras que fazem parte do repertório do seu terapeuta ou formas de atuação que ele, cliente, lhe atribui.

Especialmente, há uma busca de identificação com o analista como pessoa, isto é, a pessoa transparece apesar de mantida a devida "neutralidade" e com o ideal de equilíbrio e segurança que o próprio cliente projetou sobre o terapeuta. Ou seja, na busca de uma estrutura mais adaptada, o cliente poderá tentar satisfazer sua necessidade de estruturação através da identificação com seu terapeuta.

Em geral o cliente não tem consciência da influência que seu terapeuta exerce sobre ele, assim como o terapeuta, por mais neutro que se mantenha, sempre haverá de fornecer dados sobre si mesmo como pessoa os quais irão compor a idéia e o modelo de "referência" utilizado pelo cliente.

A aceitação da relação de influência no tratamento psicoterápico parece-nos bastante clara e aceitável quando falamos das terapias sugestivas que muito se apóiam na autoridade do terapeuta sobre seu paciente. Quando porém nos referimos à Psicanálise parece que encontramos uma certa resistência em aceitar que, apesar da observância da regra de abstenção ideológica imposta ao terapeuta, possa estar havendo, no decorrer do tratamento, uma indução dos valores e ideologias não só do terapeuta mas também da teoria e dos pressupostos que norteiam sua prática. Ao

escolher a Psicanálise, e não outra teoria qualquer, como fundamento de seu trabalho, o terapeuta está assumindo uma série de valores pertencentes a esta teoria e a forma especial com que ela capta, compreende e comunica os fenômenos humanos. Na teoria e prática psicanalítica encontramos uma valoração dos comportamentos humanos vistos através da compreensão do desenvolvimento do psiquismo humano e uma categorização desses comportamentos. Na prática da Psicanálise juntam-se às categorias de valores da própria ciência os valores e ideologias pessoais do terapeuta, isto faz com que vários terapeutas, por mais fiéis que sejam aos preceitos da prática psicanalítica, consigam nela imprimir seus estilos pessoais de atuação que muito interferem (contribuem) para o sucesso ou o fracasso de um tratamento.

Todo tratamento possui uma proposta quanto ao objetivo a ser atingido, embora considerada com o paciente, estará dentro daqueles limites de objetivos sadios que são defendidos pela teoria psicanalítica. O próprio paciente quando busca tratamento, vai em geral procurando alguém que lhe ajude a reencontrar o seu próprio poder frente a si mesmo, aos outros e a sociedade como um todo.

O papel do poder, seja ele em forma de autoridade ou não, tem um papel central nas relações familiares, profissionais e sociais em geral, estando muitas vezes na raiz da formação de muitos quadros neuróticos. Em grande parte as transferências feitas pelo paciente ao seu terapeuta englobam sentimentos de submissão e dominação no fundo dos quais se desenvolve uma luta pelo poder social. Mesmo ao tentar reconstruir-se com base em suas necessidades e critérios pessoais, o paciente encontra-se dentro de um enquadramento mais amplo que é a sociedade em que

se encontra. O enquadramento ou "setting" analítico visa remontá-lo a esse outro "setting" mais amplo e do qual participa. Nesse momento, o terapeuta está trazendo consigo também uma parte desta sociedade e é por também dela participar e conhecer suas exigências e dificuldades que pode servir melhor como elo ou elemento mais organizado ao qual seu paciente poderá se referir.

Quando alcança uma compreensão dos problemas do seu paciente, o terapeuta oferece-lhe uma interpretação da qual estão participando não só os pressupostos teóricos da Psicanálise mas toda uma forma de compreensão, postura e atitudes pessoais do indivíduo que exerce a função de terapeuta. Ele é também um agente do seu meio social do qual sofre influência e sobre o qual também atua. A proposta de que a relação de tratamento psicanalítico traz consigo uma relação de poder social e influência nada mais é do que aceitá-la como uma parte da realidade social em que vive o indivíduo, a sociedade na qual terapeuta, cliente e tratamento devem se enquadrar.

Com isso concluímos que não só a influência e o poder social existem na relação de tratamento psicanalítico como também é elemento indispensável para a consecução do objetivo da prática psicoterápica. Seria uma relação irreal e fantasiosa, totalmente dissociada da realidade que a cerca se tentássemos retirar dela essa característica (poder) uma vez que este participa predominantemente da construção do ser. Nas palavras de Platão (87) "a definição do ser é simplesmente poder".

O poder em si não é bom nem mau, moral ou imoral, diríamos que é amoral constituindo-se uma preocupação de nossa época e como nos assegurarmos de que o poder seja aplicado com escrupulosidade.

Embora consideremos a influência dentro do processo terapêutico psicanalítico como existente e necessária, não nos passa despercebido o risco que corremos, como terapeutas, de nos tornarmos violadores do direito do nosso paciente de ter livre arbítrio sobre sua pessoa e seu comportamento. Com isso estamos nos referindo aos problemas éticos que se interpõem ao tratamento. Não há dúvida de que a psicoterapia é um meio de controle da conduta humana, e o limite entre o controle e a violência sobre o outro nem sempre é muito claro. Não está a terapia dissociada da moral vigente num determinado meio e tempo histórico do qual, na relação, o terapeuta é o agente e porta-voz. A psicanálise pode ser considerada como diz Marcuse (71) como uma das maiores ciências libertadoras do nosso tempo e compete a todos que a exercem não deixá-la se transformar em um poderoso instrumento de supressão.

Considerando este lado negativo da relação de influência percebemos que, como terapeutas, não dispomos de muitas condições para enfrentar este problema.

A fim de preservar nossos limites éticos de atuação, reservando-nos apenas aquele poder decorrente da posse de um conhecimento específico e tudo que disto advém, percebemos três condições necessárias embora nem sempre suficientes.

Em primeiro lugar é necessário assumir e compreender a real extensão dessa capacidade de influência social que possuímos ao exercer a prática psicoterápica tendo sempre, o mais consciente possível, nossa função social e nossa responsabilidade pessoal e profissional de não retirar ou tentar assumir a responsabilidade do paciente sobre si mesmo e o uso que este faça de

seus valores e propostas pessoais e sociais.

Em segundo lugar, tendo consciência de nossas possibilidades e disponibilidades pessoais e profissionais frente ao paciente, negociar um contrato de trabalho com o paciente em que ambos estabeleçam e coloquem suas expectativas e objetivo terapêuticos. Nas palavras de Brehm (17) "the most satisfying way of dealing with the ethical issues of control and influence is to negotiate a contract with the client. In marking up the contract, the therapist and the client discuss the goals of therapy. Both can suggest goals and both can argue against certain goals, but the final contract should be a joint product. During the discussion of the contract, the therapist should refrain from calculated influence attempts and simply state his opinions and beliefs freely and openly. Acceptance of the contract is based on the clients agreeing that the proposed goals are desirable for him, the therapist's believing that he has the necessary skills to help the client achieve the proposed goals, and the therapist's feeling comfortable about working with the client on these goals. ... It can also be stated that one important aspect of the therapeutic endeavor consists of the therapist using his trained judgment to make decisions about how to help the client achieve his goals. Most clients will probably not find this at all disconcerting ; after all, it is just that expertise and trained judgment for which they are paying". (17)

Uma terceira forma de manter nossa capacidade influenciadora dentro dos limites inevitáveis e positivos é, durante o tratamento, manter uma interpretação constante e sistemática da contratransferência, precavendo-nos contra a indução do paciente baseada numa necessidade do terapeuta de fazer valer seus va

lores ideológicos e morais e tentar, consciente ou inconscientemente, indoutrinar o paciente.

Finalmente deixamos aqui relacionada nossa proposta com o pensamento de Freud (46) referindo-se ao procedimento psicanalítico como aquele que não procura suprimir através da autoridade qualquer fenômeno mental que possa ocorrer ao paciente mas sim, esforçar-se para configurar a causa do fenômeno e removê-la pelo ocasionamento de uma modificação permanente nas condições que levaram a ele. Considera que, "na Psicanálise, a influência inevitável exercida pelo terapeuta orienta-se para induzir no paciente a missão de sobrepujar suas resistências, ou seja, conduzir o próprio processo curativo". O manejo prudente da técnica psicanalítica evita influenciar pela sugestão (ou ingestão) de idéias e valores pessoais do terapeuta; "tal manejo deve visar tão somente no despertar das resistências e à revisão das repressões e supressões levando à unificação e ao fortalecimento de mais longo alcance do seu ego", induzindo-o a encontrar, nele mesmo, seus valores e seus padrões de ser e não ser, de acordo com sua mais autêntica vontade pessoal e adequada metabolização do poder social legitimado na comunidade em que vive. Em suma, "o analista respeita a individualidade do paciente e não procura remoldá-lo de acordo com suas próprias idéias pessoais; contenta-se com evitar dar conselhos e, em vez disso, despertar o poder de iniciativa do paciente" para que ele consiga usar sua maior autonomia na arte e no risco de existir.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADLER, A. La Compensation psychique de l'état d'inferiorité des Organes. Paris, Payot, 1957.
2. ALEXANDER, F. Psicoanálisis y Psicoterapia. Buenos Aires, Editora Psique, 1960.
3. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Ethical Standards of Psychologists, 1, 37, Washington, 1953.
4. ARENDT, H. Imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976.
5. ARISTOTELES. The Politics of Aristotle. Oxford University Press, 1945.
6. BALANDIER, G. Antropologia Política. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1969.
7. BALINT, M. Changing Therapeutical aims and techniques in Psychoanalysis. Interamerican journal of Psychoanalysis, 31, 430-452, 1950.
8. The Basic Fault: Therapeutic Aspects of Regression. Londres, Tavistock Publication Ltd., 1968.
9. BARANGER, M. e BARANGER, W. La situación analítica como campo dinámico. In: BARANGER, M. e BARANGER, W. Problemas del Campo Psicoanalítico. Buenos Aires, Ediciones Kargieman, 1969.
10. BARANGER, W. Interpretación e Ideología. In: BARANGER, M. e BARANGER, W. Problemas del Campo Psicoanalítico. Buenos Aires, Ediciones Kargieman, 1969.
11. BEATTIE, J. Otras Culturas. México, Fondo de Cultura Económica, 1972.
12. BERKOWITZ, L. e DANIELS, L. Responsibility and Dependency. Journal of Abnormal and Social Psychology, 66, 429-436, 1963.
13. BIERSTEDT, R. An Analysis of Social Power. American Sociological Review, 15, 730-736, 1950.
14. BIXLER, R.H. e SEEMAN, J. Suggestions for a code of ethics for consulting psychologists. Journal of Abnormal and Social Psychology, 41, 486-490, 1946.
15. BLEGER, J. Simbiose e Ambigüidade. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.

16. BREHM, J.N. A theory of Psychological Reactance. New York, Academic Press, 1966.
17. BREHM, S.S. The Application of Social Psychology to Clinical Practice. New York, John Wiley & Sons, 1976.
18. CARTWRIGHT, D. Power: A neglected variable in Social Psychology. In: Studies in Social Power. Ed. Cartwright, D., Univ. of Michigan, Ann Arbor, 1959.
19. CAZENEUVE, J. e VICTOROFF, D. La Sociologie. Paris, Centre D'Estudes et Promotion de la Lecture, 1970.
20. COLTRERA, J.T. e ROSS, N. A Técnica Psicanalítica de Freud das Origens até 1923, in WOLMAN, B. Técnicas Psicanalíticas, vol. 1, Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda, 1976.
21. DAHL, R.A. The concept of Power. Behavioral Science, 2, 201-215, 1957.
22. DEUTSCH, M. e GERARD, H.B. A study of normative and informational social influences upon individual judgment. Journal of Abnormal and Social Psychology. 51, 629-636, 1955.
23. DURKHEIM, E. The Elementary Forms of the Religious Life. Londres, 1915.
24. EISSLER, K. The Effect of Structure of the Ego on Psychoanalytic Technique. Journal of the American Psychoanalytic Association, 1, 104-143, 1953.
25. ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 3a. edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977.
26. FENICHEL, O. Teoria Psicoanalítica de las Neurosis. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1966.
27. FESTINGER, L. A theory of Cognitive Dissonance. California, Stanford Univ. Press, 1957.
28. \_\_\_\_\_. Informal Social Communication. Psychological Review, 57. 271-282, 1950.
29. FRAZER, J.G. The Golden Bough. Londres, 1922.
30. FRENCH, J.R. e RAVEN, B.H. The Bases of Social Power, in Studies in Social Power. Ed. Cartwright, D.; Univ. of Michigan, Ann Arbor, 1959.
31. \_\_\_\_\_. The Bases of Social Power, in RAVEN, B.H. e RUBIN, J.Z. Social Psychology. New York, Willey, 1976.
32. \_\_\_\_\_. Interpersonal Influence and Social Power in Social Psychology. New York; Raven, B. e Rubin, J.Z., John Willey, 1976.

33. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência (1912). Ed. Standard Brasileira, Vol. XII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
34. \_\_\_\_\_. Sobre o início do tratamento (1913). Ed. Standard Brasileira, Vol. XII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
35. \_\_\_\_\_. Construções em análise (1937). Ed. Standard Brasileira, Vol. XXIII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
36. \_\_\_\_\_. Esboço de Psicanálise (1940). Ed. Standard Brasileira, Vol. XXIII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
37. \_\_\_\_\_. Dois verbetes de Enciclopédia (1922). Ed. Standard Brasileira. Vol. XVIII, 1974.
38. \_\_\_\_\_. Estudos sobre a histeria (1893-1895). Ed. Standard Brasileira, Vol. II. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
39. \_\_\_\_\_. Inibições, sintomas e ansiedades (1926). Ed. Standard Brasileira, Vol. XX. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
40. \_\_\_\_\_. As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. (1910). Ed. Standard Brasileira, Vol. XI. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
41. \_\_\_\_\_. Notas sobre um caso de neurose obsessiva (1909). Ed. Standard Brasileira, Vol. X. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
42. \_\_\_\_\_. Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise (1912). Ed. Standard Brasileira, Vol. XII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
43. \_\_\_\_\_. Fragmentos da análise de um caso de histeria (1905). Cap. 4. Ed. Standard Brasileira. Vol. VII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1969.
44. \_\_\_\_\_. A interpretação dos sonhos (1900). Ed. Standard Brasileira, Vol. IV. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
45. \_\_\_\_\_. Cinco lições de Psicanálise (1911). Ed. Standard Brasileira, Vol. XI. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
46. \_\_\_\_\_. Além do princípio do prazer (1920). Ed. Standard Brasileira, Vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
47. \_\_\_\_\_. O inconsciente (1915) - parte II. Ed. Standard Brasileira. Vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1974.
48. GILL, M. Psychoanalysis and exploratory psychotherapy. Journal of the American Psychoanalytic Association, 2, 771 - 797, 1954.
49. GINSBURG, S.W. e HERMA, J.L. Values and their relationship to psychiatric principles and practice. American Journal of Psychotherapy, 7, 546-573, 1953.

50. GLUCKMAN, M. Custom and Conflict in Africa. Oxford, 1955.
51. GORANSON, R. e BERKOWITZ, L. Reciprocity and responsibility reactions to prior help. Journal of Personality and Social Psychology, 3, 227-232, 1966.
52. HEIMANN, P. Acerca de la contratransferencia. Revista Uruguaya de Psicoanálisis, T. IV, 1, 1962.
53. HERBST, P.G. The Measurement of Family Relationship. Human Relation, 5, 3-35, 1952.
54. HERZBERG, F.; MAUSNER, B.; SNYDERMAN, B. The motivation to work. New York, John Willey e Sons Inc., 1959.
55. HOBBS, T. Leviatã. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1974.
56. HOFFER, W. Transference and Transference Neurosis. Interamerican Journal of Psychoanalysis, 37, 1956.
57. HORAI, J. et al. It's not what you say, it's how you do it: a study of threats and promises. Annual Convention of the American Psychological Association, 5, 393-394, 1970.
58. HOVLAND, C. e WEISS, W. The influence of Source credibility on Communication effectiveness. Public Opinion Quarterly, 15, 635-650, 1952.
59. HUME, D. Hume's Dialogues Concerning Natural Religion. London, Thomas Nelson and Sons, 1947.
60. HYMAN, H.H. The Psychology of Status Columbia University. Archives of Psychology, New York, 269, 1942.
61. KELMAN, H. e HOVLAND, C. Reinstatement of the Communicator in delayed measurement of opinion change. Journal of Abnormal and Social Psychology, 48, 327-335, 1953.
62. KHAN, M.M. Psicanálise: Teoria, Técnica e Casos Clínicos. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.
63. KIPNIS, D. The effects of leadership style and leadership power upon the inducement of attitude change. Journal of Abnormal and Social Psychology, 57, 173-180, 1958.
64. LANGER, M. Questionamos. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1973.
65. LASSWELL, H.D. e KAPLAN, A. Power and Society: A Framework for Political Inquiry. New Heaven Yale Univ. Press, 1950.
66. LEWIN, K. Field Theory in Social Science. New York, Harper, 1951.
67. LINTON, R. The cultural background of Personality. New York, Appleton-Century-Crofts, 1945.
68. LIPPIT, R.; POLANSKY, N.; REIDL, F. e ROSEN, S. Dinâmica de Grupo. São Paulo, Herder, 1969.

69. LOEWALD, H. On the therapeutic action of Psychoanalysis. International Journal of Psychoanalysis, 41, 16-33, 1960.
70. MAQUIAVELLI, N. O Príncipe. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1977.
71. MARCUSE, H. Libertando-se da moral opulenta. In: COOPER, D. Dialética da Libertação. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.
72. MARX, K. e ENGELS, F. Textos. Vol. III. São Paulo, Edições Sociais, 1977.
73. MAUSNER, B. Prestige and Social Interaction. Journal of Abnormal and Social Psychology, 49, 557-560, 1954.
74. MENNINGER, R. Theory of Psychoanalytic Technique. New York, Basic Books, 1968.
75. MERTON, R. e ROSSI, A. Contribution to the theory of reference group behavior, in Social Theory and Social Structure. New York, Ed. Robert, K., Free Press, 1957.
76. MILGRAM, S. Behavioral Study of Obedience. Journal of Abnormal and Social Psychology, 67, 371-378, 1963.
77. \_\_\_\_\_. Liberating effects of group pressure. Journal of Personality and Social Psychology, 1, 127-134, 1965.
78. MONEY-KIRLE, R.E. Contratransferência normal y algunas de suas desviaciones. Revista Uruguaya de Psicoanálisis, T. IV, 1, 1968.
79. MOORE, B. Poder Político e Teoria Social. São Paulo, Editora Cultrix, 1972.
80. MOSCOVICI, S. Introduction à la Psychologie Sociale. Paris, Libr. Larousse, 1973.
81. MULLER, J.G. Toward a General Theory for a Behavioral Sciences, American Psychology, 10, 513-531, 1955.
82. NEUMANN, G. Estado Democrático e Estado Autoritário. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
83. PARLOFF, M.B.; IFLUND, B. e GOLDSTEIN, N. Communication of therapy values between therapist and schizofrenic patients in PATTERSON, C.H. The Place of values in Counseling and Psychotherapy, Journal of Counseling Psychology, vol. 5, 3, 216-223, 1958.
84. PARSONS, T. Essays in Sociological Theory. Glencoe, Ill.: Free Press, 1954.
85. PATTERSON, C.H. The place of values in Counseling and Psychotherapy. Journal of Counseling Psychology, Vol. 5, 3, 216-223, 1958.

86. PLA, J.C. Sobre o Inconsciente, a Contratransferência e outros temas também espinhosos, in LANGER, M. Questionamos. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.
87. PLATÃO. A República. São Paulo, Hemus, Editora, 1975.
88. POUILLON, J. Malade et Médecin: le même et/ou l'autre? Nouvelle Revue de Psychanalyse, Vol. 1, Paris, 1970.
89. RABELO, M.A. Explicação Metapsicológica da Eficácia da Interpretação Psicoanalítica. Tese de Mestrado apresentada no Depto. de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976.
90. RITTER, G. El problema Ético del Poder. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1972.
91. RODRIGUES, A. Psicologia Social. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1972.
92. ROUSSEAU, J.J.; HUME, D. e LOCKE, J. Social Contract. London, Oxford University Press, 1966.
93. RUBIN, J.; LEWICKI, R. e DUNN, L. Perception of promisers and threateners. Annual Convention of the American Psychological Association, 8, 141-142, 1973.
94. RUBIN, J. e LEWICKI, R. A three-factor experimental analysis of interpersonal influence. Journal of Applied Social Psychology, 3, 240-257, 1973.
95. RUBIN, J.Z. e RAVEN, B.H. Interpersonal Influence and Social Power in Raven e Rubin. Social Psychology, New York, Willey, 1969.
96. RUSSELL, B. Power. London, George Allen e Unwin, 1938.
97. \_\_\_\_\_. Ética e Política na Sociedade Humana. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.
98. SANDLER, J.; DARE, C. e HOLDER, A. O Paciente e o Analista. Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda, 1977.
99. SCHNEIDER, M. Neurose e Classes Sociais. Rio de Janeiro, Zahar Editores Ltda, 1977.
100. SELESNICK, S.T. As técnicas da psicanálise desenvolvidas por Franz Alexander e Thomas French, in WOLMAN, B. Técnicas Psicanalíticas, Vol. 2, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
101. SILVA, M.G.R. Prática Médica: Dominação e Submissão. Rio de Janeiro, Zahar Editores Ltda, 1976.
102. SIMON, H.A. Models of Man. New York, Willey, 1957, in Studies in Social Power. Ed. Cartwright, D., Univ. of Michigan, Ann Arbor, 1957.

103. SMITH, M.G. Government in Zazzau. Londres, 1960.
104. STEINER, J.D. e FISHBEIN, M. Current studies in Social Psychology. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1965.
105. TAWNEY, R.H. Equality, New York: Harcourt, Brace, 1931 in Studies in Social Power. Ed. Cartwright, D., University of Michigan, Ann Arbor, 1959.
106. THIBAUT, J.W. e KELLEY, H. The social psychology of groups. New York, John Willey e Sons, 1959.
107. WEBER, M. The theory of social and economic organization. Glencoe, Ill, Free Press, 1957.
108. \_\_\_\_\_. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
109. WINNICOTT, D.W. Textos selecionados da Pediatria à Psicanálise. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1978.
110. WOLBERG, L.R. The Technique of Psychotherapy. Vol. I, 2<sup>a</sup> edition. New York, Grune & Stratton, 1954.
111. WOLF, D. Power and authority in the family, in Studies in Social Power. Ed. Cartwright, D., Univ. of Michigan, Ann Arbor, 1959.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ,  
fazendo parte da banca examinadora os seguintes professores:



Prof. Carlos Paes de Barros  
(Orientadora)  
PUC/RJ



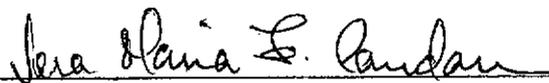
Prof<sup>a</sup>. Terezinha Féres Carneiro  
PUC/RJ



Prof. Aroldo Rodrigues  
PUC/RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 30/05/77.



Prof<sup>a</sup> Vera Ferrão Candau  
Coordenadora dos Programas de Pós-  
Graduação do Centro de Teologia e  
Ciências Humanas